



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

**JUVENTUDE EM CONDIÇÕES DE POBREZA: MODOS DE VIDA E
FATALISMO**

FORTALEZA, CE.

2012

ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

JUVENTUDE EM CONDIÇÕES DE POBREZA: MODOS DE VIDA E FATALISMO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes

FORTALEZA, CE.

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- C51j Cidade, Elívia Camurça.
 Juventude em condições de pobreza : modos de vida e fatalismo / Elívia Camurça Cidade. – 2012.
 163 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento
de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2012.
 Área de Concentração: Psicologia.
 Orientação: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.
- 1.Jovens pobres – Bom Jardim(Fortaleza,CE) – Psicologia. 2.Destino e fatalismo. 3.Jovens pobres
– Bom Jardim(Fortaleza,CE) – Conduta. 4.Jovens pobres – Bom Jardim(Fortaleza,CE) – Usos e
costumes. 5.Jovens pobres – Bom Jardim(Fortaleza,CE) – Condições sociais. I. Título.

ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

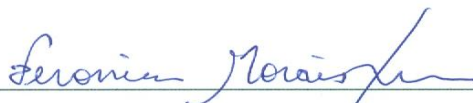
JUVENTUDE EM CONDIÇÕES DE POBREZA: MODOS DE VIDA E FATALISMO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes

APROVAÇÃO: 09 / 03 / 2012

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC



Profa. Dra. Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal do Ceará – UFC



Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC

Àqueles que lutam diariamente pela
construção de caminhos libertários para
a juventude pobre brasileira.

AGRADECIMENTOS

É, então, chegada a hora de agradecer. A psicologia, minha escolha de vida, permitiu-me o prazer de conviver, sempre de modo muito especial, com muitas pessoas queridas. Com cada uma delas, aprendi um pouco mais sobre o mundo *psi*, sobre a vida e tudo que a compõe. Por tudo isso, com o coração cheio de amor, gostaria de agradecer:

A minha amada mãe, Edúvia Camurça, meu talismã, minha fonte eterna de amor incondicional, pelo dom da vida, pelos ensinamentos de solidariedade e respeito. Você me ensinou a fé na mudança que me rendeu esta tal vontade (e crença) de poder mudar o mundo. Obrigada por nunca medir esforços em ver em meu rosto um sorriso sincero.

Ao meu amado pai, Elísio Cidade, meu gordinho lindo que tantas vezes me fala a importância do trabalho, da dedicação e do compromisso. Com você, aprendi esta vontade de que sempre é possível ir além e querer mais. Obrigada pelos cuidados silenciosos e pela presença constante nos últimos momentos desta dissertação.

Ao meu irmão adorado, amigo e padrinho, Silvio Ney, que mesmo na distância do cotidiano se faz presente com docilidade e carinho. Obrigada pela escuta paciente, pelo colo de irmão primogênito e pelas muitas vezes em que me incentivou a continuar a minha caminhada.

Ao meu irmão querido e amigo, Davy, pelas conversas sobre vida e futuro que enchem meu peito de esperança e alegria. Obrigada pelo apoio e incentivo, por dizer na hora certa o que, às vezes, é difícil de ser dito. Você contribuiu imensamente para a serenidade que precisei ao término deste trabalho.

A minha avó, Luiza Camurça, e minha tia, Veridiana Camurça, que tanto me incentivaram e contribuíram com os momentos cruciais do Mestrado. Agradeço pelas conversas intermináveis ao redor da mesa, pelo carinho e acolhida nos vários anos em que convivemos.

À Darah Camurça, minha pequena guerreira, por ser exemplo da potência inerente à vida.

A minha avó Terezinha Lisieux, que com sua doçura e simplicidade sempre compartilhou comigo meus projetos de futuro. Obrigada pela torcida, Teuzinha!

À Yara Sousa e Gabriela Almeida, minhas cunhadas queridas, por serem gratas surpresas e encherem a nossa família de alegria, bom humor e esperança;

A minha querida orientadora, amiga e conselheira, Verônica Ximenes, que sempre com zelo e afeto me ensinou sobre psicologia e vida. Agradeço a orientação competente, a confiança e o carinho a mim sempre destinados. Obrigada por me ensinar que eu posso sempre mais, por me ajudar a ver as coisas por outros pontos de vista e pela fé que seu exemplo nutriu em mim na seriedade e na competência da Universidade Pública.

À Raquel Guzzo, pelas contribuições atentas no ato do Exame Geral de Conhecimento que permitiram o aprofundamento de questões presentes neste estudo. Obrigada pela disponibilidade e acolhida com que aceitou estar presente neste momento tão especial.

À Luciana Miranda, que, sem saber, plantou em mim a vontade de estudar a juventude brasileira. Obrigada pelas várias contribuições em momentos distintos do Mestrado e pela presença atenta na Banca de Exame Final.

Ao Cezar Wagner Góis, por sua imensa contribuição em minha formação profissional e existencial;

À Turma do Mestrado Acadêmico em Psicologia da UFC 2010.1, pela condução sempre respeitosa e alegre das mais variadas discussões científicas. Em especial, agradeço à Áurea Julia, Ana Caroline Costa, Camilla Lima, Edgla Barros, Íris Guilherme, James Ferreira Júnior, Lis Albuquerque, Lucieudo Lourenço, Brennand de Sousa, Carmen Sílvia, Emylio César, Louisianne Barros, Olivia Guerreiro, Patrícia Mendes, Robson José e Rosa Àngela. A Europa e a América Latina serão inesquecíveis.

Ao Hélder Hamilton, que com sua competência e dedicação conduz a organização administrativa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Agradeço os sorrisos e o acolhimento sempre presentes.

Ao Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC (NUCOM), por ser para mim referência de força e luta em favor de formas de viver mais belas, justas, amorosas e felizes. Foi neste espaço que aprendi a importância da coerência ideológica e do saber co-construído. A todas as amigas que lá construí, fica a alegria de saber que juntos somos mais fortes.

Ao Bruno Halysen, Yárita Crys, Nadyelle Carvalho, Nayra Matos, Rayssa Vasconcelos, Jéssica Cavalcante e Alan Mendonça, pelo compartilhar de processos em

saúde comunitária na região do Grande Bom Jardim. Porque a comunidade tem sua complexidade e nós temos a disponibilidade para lá estar!

À Ester Melo, querida amiga, pela bravura com que conduz os processos de vida. Obrigada pelos vários ensinamentos sobre política, saúde e vida;

À Bárbara Nepomuceno, que tanto me ensina sobre lealdade e afetividade;

Ao James Ferreira Júnior, com quem enveredei nos caminhos do estudo sobre a pobreza. Agradeço o compartilhar de conhecimentos e os sorrisos sempre presentes;

À Ronaldo Pires, porque ele já era nuconiano e não sabia.

A minha irmã de vida, Delnise Silva, que mesmo na distância se faz presente com a ternura e o amor de quem nutre uma amizade repleta de lealdade. Com você, aprendi que ter fé é se indignar com o que dói em mim e no outro. Obrigada por estes anos de amizade que parecem o tempo de uma vida toda.

À Michelly Barreto (“Xuxua”), amiga para todas as horas, meu carinho imenso e felicidade imensurável por ter você em minha vida.

A minha doce amiga Edgla Barros, que se fez tão presente nos últimos momentos de realização desta dissertação. Obrigada pela escuta paciente e pela serenidade tão importantes.

À querida amiga Ana Caroline Costa, com quem tanto compartilhei os percalços de ter uma vida paralela ao caminho do dissertar.

À amiga adorada Íris Guilherme, presença intensa nos momentos de inquietação. Por que é preciso seguir em frente.

Aos amigos Rebeca Lemos e Eduardo Ramos, àqueles que me incentivam a ver os “cavalos brancos” e comemoram comigo a simplicidade do cotidiano.

À Turma Psicologia UFC 2009.2, meus amigos psicobizarros que vibraram comigo a aprovação no mestrado e que agora festejarão seu término. Porque “(há) braços que o tempo não separa”...

Ao Senhor Nogueira e Dona Olga Capistrano, pela acolhida sempre carinhosa e por compartilharem comigo e Dedé o sonho de construir a nossa família.

Ao meu amor, amigo e confidente, Diogo Capistrano, que comigo compartilhou as felicidades e dificuldades de realização deste Mestrado. Agradeço a paciência em compreender meus momentos ausentes e por ser em minha vida fonte de serenidade, carinho, cuidado e esperança. Por que você me achou no seu jardim e eu dou graças por você viver esta vida com você!

Ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, pela acolhida e disponibilidade em viabilizar a realização deste trabalho. Em especial, agradeço à Adriana Lisboa e Lia Sarquis, pela serenidade e competência com que conduzem o Projeto Jovem Aprendiz.

Aos jovens do Projeto Jovem Aprendiz, Yara, João, Victor, Amanda, Karla, Marina, Chiquinha, Luana, Beatriz, Chico, Luís e Maria, pela confiança na seriedade deste estudo.

Aos educandos e educadores da Fundação Social Raimundo Fagner, lembrança presente na construção deste trabalho;

Ao Magno Cezar Teófilo, pelos momentos de escuta e acolhida.

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo incentivo financeiro na realização desta pesquisa.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a construção desta pesquisa, muito obrigada!

(...)

“É difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.

E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina”.

(João Cabral de Melo Neto, Morte e Vida
Severina)

RESUMO

CIDADE, Elívia Camurça. **Juventude em Condições de Pobreza: modos de vida e fatalismo.** 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2012.

Os jovens pobres, costumeiramente associados à vitimização pelo envolvimento com drogas, práticas ilícitas e atos violentos, experienciam no cotidiano inúmeros desafios como a necessidade de superação das adversidades e privações cotidianas e a busca pelo alcance dos ideais a eles destinados de obtenção de realizações pessoais e profissionais. A pobreza, considerada sobre o ponto de vista multidimensional da Abordagem das Capacidades (SEN, 2000), impõe limitações que reforçam as experiências de constante insegurança. Diante dos investimentos frustrados em mudar a realidade, a atribuição da responsabilização dos fenômenos cotidianos a uma entidade superior aparece como alternativa para lidar com o clima de tensão social e tem no fatalismo, enquanto fenômeno psicossocial relacionado ao aparente conformismo dos grupos e indivíduos com condições deploráveis de existência e com um regime de vida opressor (MARTÍN-BARÓ, 1998), a expressão das conseqüências danosas de viver em uma cultura da pobreza. Dessa forma, esta pesquisa se questiona como o fatalismo se manifesta em jovens que vivem em condições de pobreza? A metodologia utilizada, de natureza qualitativa, orienta-se segundo o objetivo geral ‘analisar a relação existente entre as manifestações do fatalismo e os modos de vida da juventude em condições de pobreza’. A pesquisa foi desenvolvida junto ao Projeto Jovem Aprendiz, realizado pelo Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, localizado na periferia da cidade de Fortaleza (Ce). O processo de construção de dados compreendeu a realização de observação participante entre os meses de março e junho de 2012, realização de dois grupos focais, estando presentes 6 sujeitos em cada ocasião, e de autofotografia aliada à entrevista em profundidade com duas jovens que haviam participado dos grupos. Os dados gerados foram analisados a partir da proposta da Análise de Conteúdo Temática de Laurence Bardin com auxílio do *software* de análise qualitativa Atlas TI 5.2. Foram obtidas 41 categorias de análise, organizadas segundo grandes categorias ou famílias intituladas de ‘modos de vida da juventude pobre’, ‘vida em condições de pobreza’ e ‘manifestações do fatalismo’. Ao final, percebe-se que a insegurança decorrente da vida em condições de pobreza faz com que os sujeitos construam lógicas randômicas e dissonantes dos reais fatores, fazendo com que a atribuição da responsabilidade dos fatos a uma entidade divina se constitua como elemento apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico oriundo da insegurança de viver na pobreza. Instaura-se um processo progressivo de individualização do social, que auxilia na instalação da culpabilização psicológica dos indivíduos e na perpetuação do fatalismo. O desenvolvimento de práticas pautadas na práxis de libertação aparece como possibilidade de trazer os jovens à reflexão e ao diálogo sobre os reais fatores impulsionadores das manifestações fatalistas. Agradecimentos à CAPES.

Palavras Chave: Juventude. Pobreza. Modos de vida. Fatalismo.

ABSTRACT

CIDADE, Elívia Camurça. **Youth in poverty: ways of life and fatalism.** 2012.163f. Thesis (m.a. in psychology). Humanities Center, Universidade Federal do Ceará, 2012.

Poor young people, usually associated with victimization by involvement with drugs, illegal practices and acts of violence, experience in daily life many challenges such as the need to overcome the adversities and day-to-day deprivations and the quest for the achievement of the ideals they intended to raise professional and personal achievements. Poverty, considered on the multidimensional point of view of addressing capabilities (SEN, 2000), imposes limitations which enhance the experience of constant insecurity. Before the frustrated in changing the reality investments, assigning accountability of everyday phenomena to a superior entity appears as an alternative to dealing with the atmosphere of social tension and has in fatalism, while psychosocial phenomenon related to the apparent conformism of groups and individuals with deplorable conditions of existence and with a system of oppressive lives (MARTÍN-BARÓ, 1998), the expression of the harmful consequences of living in a culture of poverty. Thus, this research questioned as fatalism manifests itself in young people living in conditions of poverty? The methodology, qualitative in nature, guided by the overall objective ' review the relationship between the manifestations of fatalism and ways of life of youth in conditions of poverty '. The survey was developed with the Project young apprentice, carried out by Community Mental Health Movement of the Nice Garden, located on the outskirts of the city of Fortaleza (Ce). The construction process of the realization of data comprised participant observation between the months of March and June 2012, conducting two focus groups with gifts 6 subject on each occasion, and autofotografia combined with in-depth interview with two youths who had taken part of groups. The generated data were analyzed from the proposal of Thematic content analysis with the aid of Laurence Bardin *software* IT Atlas qualitative analysis of 5.2. 41 categories of analysis were obtained, organized according to broad categories or families entitled ' ways of life of the poor ', ' young lives in conditions of poverty ' and ' manifestations of fatalism. In the end, realizes that the insecurity arising from living in poverty conditions causes the subject to construct random logic and dissonant factors of the real, causing the responsibility of facts to a divine entity constitutes as social tension reliever element and psychic suffering from insecurity of living in poverty. Introducing a progressive process of individualization of social policy, which assists in the installation of individuals ' psychological and demonization perpetuation of fatalism. The development of guided practice in the praxis of liberation appears as the possibility of bringing young people to reflection and dialogue about the real factors of boosters fatalists manifestations. Thanks to CAPES.

Keywords : Youth. Poverty. Ways of life. Fatalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------------|---|-----|
| Figura 1 - | Categoria ‘Modos de vida da Juventude’ a partir do Atlas TI..... | 68 |
| Figura 2 - | Vida dos Jovens em condições de Pobreza..... | 100 |
| Figura 3 - | Manifestações do Fatalismo em jovens em condições de pobreza..... | 121 |
| Fotografia 1 - | Luana: ‘Trabalho Puxado’ | 72 |
| Fotografia 2 - | Karla: ‘Aprendizagem’ | 74 |
| Fotografia 3 - | Karla: ‘Conselho’ | 75 |
| Fotografia 4 - | Luana: ‘Aprendizagem’ | 76 |
| Fotografia 5 - | Luana: ‘Amizade’ | 77 |
| Fotografia 6 - | Luana: ‘Amizade no Trabalho’ | 77 |
| Fotografia 7 - | Luana: ‘Amigo do Peito’ | 78 |
| Fotografia 8 - | Luana: ‘Meu trabalho: ‘Esperança de um futuro melhor’ | 78 |
| Fotografia 9 - | Luana: ‘Meu hobby’ | 84 |
| Fotografia 10 - | Luana: ‘Hora de relaxar’ | 84 |
| Fotografia 11 - | Karla: ‘Parceria’ | 86 |
| Fotografia 12 - | Karla: ‘Folia’ | 86 |
| Fotografia 13 - | Karla: ‘Amizade’ | 87 |
| Fotografia 14 - | Karla: ‘Amor e Amigo’ | 88 |
| Fotografia 15 - | Karla: ‘Amor’ | 88 |
| Fotografia 16 - | Karla: ‘Confidências’ | 92 |
| Fotografia 17 - | Luana: ‘Diversão em Família’ | 106 |
| Fotografia 18 - | Luana: ‘MinhaVida’ | 108 |
| Fotografia 19 - | Luana: ‘Porto-Seguro’ | 127 |
| Quadro 1 - | Relação entre os objetivos específicos, suas grandes categorias e instrumentos..... | 34 |
| Quadro 2 - | Elementos mais característicos do fatalismo latinoamericano..... | 115 |
| Quadro 3 - | Manifestação do Fatalismo em Jovens em Condições de Pobreza..... | 133 |
| Quadro 4 - | Principais aspectos observados segundo os objetivos da pesquisa..... | 136 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|---|----|
| Tabela 1 - | Perfil dos Jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz e CABJ..... | 29 |
| Tabela 2 - | Perfil dos Participantes do Grupo Focal..... | 31 |
| Tabela 3 - | Relação entre dimensões, indicadores e pesos correspondentes para o cálculo do IPM..... | 49 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| AME | Arte, Música e Espetáculo |
| CABJ | Centro de Aprendizagem do Bom Jardim |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior |
| DC | Diário de Campo |
| E1 | Entrevista realizada com Karla |
| E2 | Entrevista realizada com Lana |
| GF1 | Grupo Focal realizado no turno da manhã |
| GF2 | Grupo Focal realizado no turno da tarde |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDH-M | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IDHM-E | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Educação |
| IDHM-L | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Saúde |
| IDHM-R | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Renda |
| IPM | Índice de Pobreza Multidimensional |
| MSMCBJ | Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 2 | A METODOLOGIA DA PESQUISA..... | 21 |
| 2.1 | Abordagem metodológica adotada..... | 21 |
| 2.2 | Contexto da pesquisa..... | 23 |
| 2.3 | Os participantes..... | 28 |
| 2.4 | Instrumentos de construção dos dados..... | 32 |
| 2.5 | A análise dos dados..... | 38 |
| 2.6 | Compromisso Social e Ético da Pesquisa..... | 41 |
| 3 | POBREZA E JUVENTUDE: NECESSIDADES DE DIÁLOGOS..... | 43 |
| 3.1 | Compreensão Multidimensional da Pobreza e a emergência de novos indicadores para sua mensuração..... | 44 |
| 3.2 | Pobreza e opressão: faces da dominação de um povo..... | 51 |
| 3.3 | Ser jovem pobre: caminhos anunciados, caminhos desviados?..... | 61 |
| 3.4 | Modos de vida da juventude pobre..... | 67 |
| 3.4.1 | <i>O cotidiano dos jovens: “O meu é bem corrido!”</i> | 69 |
| 3.4.2 | <i>Autoconceito e a Identificação Positiva</i> | 89 |
| 3.4.3 | <i>“Se você quer, você consegue!”: concepções sobre a vida</i> | 92 |
| 4 | FATALISMO: ALTERNATIVA DE (RE)AÇÃO DO SUJEITO?..... | 94 |
| 4.1 | Desenvolvimento Psíquico em condições de pobreza..... | 95 |
| 4.2 | O Conceito de fatalismo..... | 111 |
| 4.3 | As manifestações das atitudes fatalistas em jovens pobres..... | 119 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 135 |
| | REFERÊNCIAS..... | 141 |
| | APÊNDICES..... | 153 |
| | ANEXO..... | 162 |

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto do meu interesse em desenvolver uma pesquisa junto a jovens que vivem em condições de pobreza. Tal desejo nasceu, sobretudo, de minha experiência de trabalho com indivíduos nestas circunstâncias, o que fomentou inúmeras reflexões e questionamentos sobre os referenciais a partir dos quais são compreendidos tanto socialmente como no meio científico.

Já no terceiro semestre do curso de Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, tive a oportunidade de ingressar no Núcleo de Psicologia Comunitária desta instituição (NUCOM)¹. Esta experiência, que perdurou dois anos e meio, favoreceu meu contato com moradores de comunidades pobres da periferia de Fortaleza (CE) e a conseqüente observação e compartilhamento de suas experiências de vida, marcadas pela pobreza, pela desigualdade e pela vulnerabilidade social. Foi também neste Núcleo que pude adquirir conhecimentos sobre a Psicologia Comunitária (GÓIS, 1993, 2003, 2005; MONTERO, 2004, 2006, 2007) e seus marcos teórico-metodológicos, que trazem como elemento comum uma concepção de homem como fruto da relação dialética entre as dimensões individuais e sociais.

Adotando como referenciais a Psicologia Social da Libertação (Martín-Baró); a Teoria Rogeriana (Carl Rogers); a Pedagogia da Libertação (Paulo Freire); a Biodança (Rolando Toro); e a Teoria Histórico-Cultural (Vygotsky, Leontiev e Luria), a Psicologia Comunitária a qual fui me aproximando e me encantando fortalecia a compreensão de que as estruturas macrosociais e as condições de vida podem se imprimir no psiquismo dos indivíduos das mais variadas formas, mas sem que consiga anular seu potencial de vida e resistência.

Munida do desejo de viver outras experiências, tive ainda a oportunidade de desenvolver estágio extracurricular, por um ano e meio, em uma Fundação Social localizada na periferia de Fortaleza que tinha, através do trabalho com arte-educação, como público-alvo crianças e adolescentes em circunstâncias de vulnerabilidade social e risco. Fazer parte desta Instituição me permitiu uma observação ainda mais acurada dos

¹ Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC (NUCOM) se constitui como um núcleo de ensino, pesquisa e extensão/cooperação que tem como objetivos a co-construção de sujeitos comunitários através do aprofundamento da consciência e do fortalecimento da identidade individual e social; a formação e profissionalização dos estudantes integrantes do Núcleo; e o aprofundamento e sistematização da Psicologia Comunitária no Ceará. Maiores informações estão disponíveis no site: www.nucom.ufc.br.

modos com os sujeitos se organizam e desenvolvem suas compreensões sobre os fatos cotidianos.

No entanto, eram constantes os discursos e as queixas dos profissionais da Instituição quanto à apatia dos jovens atendidos; à dificuldade visualizada em motivá-los para a realização das atividades propostas; ao aparente desinteresse no envolvimento de ações que remetesse a um planejamento em longo prazo, como a preparação para concursos tendo em vista o ingresso em universidades, por exemplo. Se, em um momento, era comum perceber os planejamentos eufóricos de futuro daqueles jovens, em um instante seguinte, em suas falas havia uma forte sensação de não se verem como capazes de alterar as situações de vida.

Não somente as experiências de trabalho e convivência diária com a juventude pobre fomentavam reflexões quanto aos seus modos de vida, como a cada dia se tornava também mais forte em mim a necessidade de buscar compreender seus referenciais materiais, culturais e ideológicos. Afinal, não era difícil observar as singularidades de vida de cada um, os modos distintos com que suas famílias eram organizadas, as peculiares carências materiais as quais estavam sujeitos, as variadas formas com que compreendiam os acontecimentos cotidianos. Para mim, tais constatações fortaleciam a importância de que novas compreensões sobre os jovens fossem construídas, tomando como base os aspectos singulares de suas vidas e o contexto social do qual faziam parte.

Por conseguinte, conviver com este público me possibilitou perceber que, por serem jovens e pobres, não necessariamente os únicos caminhos que levariam a sua destruição seriam os que culminam nas drogas, no tráfico, na exploração sexual ou na violência. Ao contrário, fenômeno também perigoso é o desencantamento desses sujeitos do mundo, o sentimento de impotência e de “ser-menos” que a vida marcada pela pobreza ocasionam. Afinal, ignorando-se as variáveis que levam ao desencanto, o que pode ocorrer é um processo de culpabilização dos jovens por sua apatia, pela desesperança em construir caminhos diferentes daqueles anunciados por viver em condições de privação. É nesse sentido que se encontra o risco de perpetuar concepções reducionistas sobre os jovens, dissonantes de suas reais vivências e dos modos com que significam o cotidiano.

Dessa forma, foram as referidas experiências de prática extensionista e estágio, aliadas aos estudos realizados ao longo do primeiro ano do Mestrado em Psicologia, que possibilitaram a formulação do problema de pesquisa sobre o qual se orienta esta

investigação que são as implicações psicossociais da vida em condições de pobreza para a constituição dos modos de vida e perpetuação do fatalismo por jovens em privação.

Nesse sentido, a pobreza, concebida a partir da Abordagem Multidimensional das Capacidades, afirma-se como fenômeno que pode vir a prejudicar o exercício das capacidades dos sujeitos (SEN, 2000), pois se entende que não basta que os indivíduos possuam meios, como bens primários e renda, para não serem considerados pobres. Na verdade, a pobreza se dá, segundo esta perspectiva, quando os sujeitos não tem a capacidade de transformar esses meios em fins, ou seja, em funcionalidades.

Nesse sentido, as privações monetárias, durante longo período utilizadas para justificar a distinção entre os ricos e os não-ricos, demonstram-se insuficientes para dar conta das experiências de pobreza que envolvem privações sob os aspectos da saúde, educação e padrão de vida. Não é, portanto, o poder de consumo expressão máxima da pobreza. A análise da incidência da pobreza multidimensional, calculada por meio da sobreposição de privações em diferentes dimensões segundo o IPM (PNUD, 2010), nivela para cima o número de pessoas pobres existentes no mundo.

A realidade latino-americana, por sua vez, compartilha um processo de constituição social permeado por dinâmicas opressoras desde o seu período de colonização (SPRANDEL, 2004) e que contribuíram para rígidas estratificações das sociedades. A perpetuação de relações autoritárias de poder, advindas da exploração colonizadora (FANON, 2001), mantém-se à medida que ainda são contabilizadas pequenas minorias ricas e imensas maiorias miseráveis.

Expressa no cotidiano, a pobreza impõe seus riscos ao expor os jovens à situações de privação, abandono, agressão e vulnerabilidade. Eles são moradores de territórios duplamente estigmatizados pela pobreza e violência (BEZERRA, 2011), encontram as mais variadas formas de demonstrar seus desagrados. Trata-se de uma juventude que convive diariamente com os conflitos originados pela sua idealização enquanto momento áureo de transição entre os cuidados familiares e o anúncio da inserção nas responsabilidades do mundo adulto. Forjados nas periferias dos centros urbanos, os jovens que compartilham situações de privação convivem com inúmeros paradoxos (HOPPERNHAYN, 2004), que refletem as contradições existentes entre a idealização juvenil e a realidade a eles oferecida.

É possível perceber, contudo, que embora a desigualdade e a opressão oriundas de contextos marcadas pela pobreza afetem os indivíduos anteriormente ao seu nascimento, elas não são determinantes para o aniquilamento do potencial dos

indivíduos (GÓIS, 2003). Afinal, diante dessa constante negação, indivíduos e povos podem descobrir um sentido de “ser mais”, de ser livre e de ser ético (GÓIS, 2008).

É nesse sentido que os jovens pobres desenvolvem suas estratégias de sociabilidade e visibilidade. Eles buscam alternativas para lidar com o sofrimento psíquico decorrente da vida em situação de insegurança. Estes caminhos alternados, dentre os quais é destacado o fatalismo, nem sempre são facilmente reconhecidas como estratégia de enfrentamento e mecanismo de denúncia às circunstâncias de opressão que vivenciam.

Abordado a partir do exposto por este termo por Martín-Baró (1998), que o define como uma visão sobre o mundo, o entorno e as relações, o fatalismo designa uma compreensão da existência humana segundo a qual o destino humano já está predeterminado e todo fato ocorre de modo inevitável. Ele engendra comportamentos, idéias e sentimentos de modo a permitir que os sujeitos reajam aos conseqüentes esforços frustrados em mudar o curso da vida. No imaginário dos indivíduos, são formulados conjuntos de leis, justificativas e modelos explicativos com o interesse de dar conta de uma realidade que parece impossível de ser transformada após inúmeros investimentos fracassados.

Enquanto alternativa psíquica, o fatalismo favorece para que os indivíduos não entrem em contato direto com circunstâncias que lhes são dolorosas. No que tange aos jovens, Borreli, Rocha e Oliveira (2009) mencionam seus discursos fatalistas como reforçadores de construções de visões de mundo paradoxais, nas quais as escolhas são quase um fardo, tendendo mais facilmente para a indicação de um caminho negativo.

Assim, considerando o fatalismo como fenômeno oriundo do processo de insegurança e exclusão social aos quais estão submetidos inúmeros jovens que vivem em circunstâncias de pobreza, indaga-se como ele, enquanto fenômeno psicossocial, manifesta-se em jovens que vivem em condições de pobreza? O objetivo geral ‘analisar a relação existente entre as manifestações do fatalismo e os modos de vida da juventude em condições de pobreza’, está ainda relacionado aos seguintes objetivos específicos: ‘identificar os modos de vida de jovens pobres’; ‘analisar as manifestações do fatalismo de jovens pobres’; ‘relacionar o fatalismo e modos de vida de jovens pobres’.

O presente estudo, então, demonstra sua relevância ao propor discussões relacionando o fatalismo, enquanto categoria e fenômeno psicológico, à juventude, área fomentadora de grandes discussões devido à urgência de pensarmos alternativas para

transpor os riscos cotidianos anunciados aos jovens brasileiros. Acredito que desvelando, neste estudo, questões relacionadas ao fatalismo avanços se darão para compreensão desta categoria como aspecto amplo que reflete dimensões psicossociais, econômicas e ideológicas, assim como poderá ser colocado em debate a maneira como o cotidiano pode vir a favorecer o desenvolvimento de pensamentos libertários e não-fatalistas pelos jovens brasileiros.

A pesquisa foi estruturada em torno de três capítulos. No primeiro, são apresentados os fundamentos metodológicos da pesquisa, orientada por uma perspectiva qualitativa. Seu desenvolvimento ocorreu junto aos participantes do Projeto Jovem Aprendiz, realizado pelo Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ), durante os meses de março à julho de 2011. A coleta de dados compreendeu a observação participante das atividades do Projeto entre os meses de março e julho de 2011, a realização de dois grupos focais e de duas entrevistas individuais aliadas ao método autofotográfico. O material obtido ao longo da pesquisa foi analisado a partir da proposta da Análise de Conteúdo Temática de Laurence Bardin com auxílio do *software* de análise qualitativa Atlas TI 5.2.

Nos capítulos seguintes, os conteúdos teóricos e os elementos emergentes na vivência em campo são apresentados de modo relacionado, de modo a tentar fornecer uma reflexão coerente das intersecções existentes entre o plano teórico e a observação empírica. O segundo capítulo, intitulado '*Pobreza e Juventude: necessidades de diálogos*', apresenta reflexões sobre o contexto de pobreza vivido pelos jovens, as similaridades e divergências existentes entre as expectativas destinadas à juventude e seus conflitos cotidianos, bem como a estruturação de seus modos de vida em condições de pobreza.

No terceiro capítulo, nomeado '*Fatalismo: alternativa de (re)ação do sujeito?*', a vida dos jovens em condições de pobreza é apresentada trazendo à reflexão a insegurança e o estresse continuado da pobreza (GÓIS, 2008) que compartilham. As manifestações do fatalismo segundo a tríade idéias, comportamentos e sentimentos são inscritas dentro do contexto social compartilhado pelos jovens, permeado pela culpabilização do indivíduo e pela descrença na capacidade de realização de uma transformação social legítima, e que fornecem elementos para a constituição de seus modos de vida centralizados na busca pela sobrevivência e alcance de objetivos eminentemente pessoais.

Por fim, conclui-se trazendo apontamentos com o intuito de trazer à reflexão de que forma é possível construir caminhos para os jovens em condições de pobreza fundamentados em uma práxis que privilegie a libertação.

2 A METODOLOGIA DA PESQUISA

O percurso metodológico deste estudo foi definido em coerência com a fundamentação epistemológica adotada, com o objeto de pesquisa delineado, com os objetivos elencados, com a realidade do contexto de investigação e com a compreensão dos modos de interação desenvolvidos pelos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, será descrito neste capítulo a abordagem metodológica utilizada, o contexto de pesquisa, os participantes, os instrumentos de coleta e análise dos dados e os aspectos éticos envolvidos.

2.1 Abordagem metodológica adotada

O caminho metodológico de uma pesquisa representa o percurso de pensamento e prática que permite tornar viável a abordagem da realidade a partir das questões formuladas pelo pesquisador (MINAYO, 2008). Trata-se, portanto, de um decurso que inclui o método, as técnicas, os instrumentos e a criatividade do pesquisador que permitem acessar o universo que se pretende pesquisar (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2010). Dessa forma, o presente estudo se fundamenta na pesquisa qualitativa por ser esta capaz de

analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc (MARCONI, LAKATOS, 2010, p.269).

Há, com isso, a possibilidade de que sejam compreendidos os grupos e os processos em estudo que neles se manifestam por meio de sua história, das relações que desenvolve, das representações que possui sobre o mundo, das suas crenças, percepções e opiniões originadas do modo como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008). Trata-se, portanto, de um tipo de pesquisa que poderia, segundo sugere Bosi e Mercado (2007) ser mais bem definida como ‘informação qualitativa’, haja vista que representa todo um conjunto de dados impossíveis de serem expressão em números.

Ressaltam-se, ainda, duas características relevantes inerentes à pesquisa qualitativa: o caráter histórico com que os fenômenos são concebidos (MINAYO, 2008) e a consideração dos sujeitos da pesquisa como capazes de desenvolver modos específicos de percepção e interpretação do mundo (BOSI, MERCADO, 2007)

A captação dos fatos segundo um contexto que é histórico e cultural corrobora para a afirmação dos objetos de estudos dentro de uma historicidade que lhe é característica e que reflete elementos nos quais se imprimem formações sociais e configurações culturais específicas (MINAYO, 2008). A pobreza, fenômeno de grande relevância sob o qual este estudo se debruça, é concebida, em convergência com o enfoque qualitativo, como fruto de um processo histórico e que se manifesta nos modos de organização societal, de expressão de ambientes diversos, de sub-culturas, estilos e formas de vida (FLICK, 2009). Embora Freitas (2002) defenda que, durante a pesquisa, o pesquisador passa a fazer parte da situação de analisada, é relevante destacar que em situações de estudo marcadas por contextos sociais extremos, os estranhamentos e dificuldades do pesquisador que não habita aqueles *locus* de estudo são, na verdade, dados de pesquisa que podem, inclusive, favorecer o aprofundamento e compreensão das especificidades presentes naquele contexto de pesquisa.

O suposto ideal de neutralidade científica é abandonado, pois o pesquisador é visto como sujeito em processo de aprendizagem e transformação, sendo as compreensões desenvolvidas sobre os fenômenos estudados oriundas do lugar histórico-cultural a partir do qual se situa e consegue estabelecer relações com os sujeitos com quem pesquisa.

A sociedade e os indivíduos, por sua vez, são considerados como possuidores de uma consciência histórica. O sentido do trabalho do pesquisador passa a não ser apenas de seu domínio, mas também dos seres humanos, dos grupos e da sociedade em geral que lhe dão “(...) significado e intencionalidade e interpretam suas ações e construções” (MINAYO, 2008, p.40). Torna-se possível, então, o desenvolvimento de um olhar cuidadoso quanto aos modos particulares de ver, sentir e interagir dos sujeitos, sendo os conceitos trabalhados aprofundados em coerência com os dados apreendidos durante todo o processo de pesquisa.

Como enfatiza Castro (2008), o próprio fato de empreender uma pesquisa tendo como recorte a juventude coloca para o pesquisador a necessidade de que as especificidades do lugar ocupado por este público na sociedade e na cultura sejam observadas, inclusive durante a análise dessas peculiaridades sobre as questões de

pesquisa formuladas. A pesquisa com a juventude oferece, então, como desafio, e também como potencialidade, a importância da escolha de instrumentos capazes de permitir uma real inserção do pesquisador no campo, apreendendo as significações dos jovens e incitando sua participação no processo de obtenção de informações sobre a realidade em que vivenciam.

A inserção no campo de pesquisa considerando as especificidades culturais da juventude, a escolha de instrumentos de coleta de dados que privilegiassem a participação ativa dos sujeitos e o esclarecimento, durante todo o processo, das questões da pesquisa aos sujeitos envolvidos foram alguns dos cuidados tomados neste estudo. Afinal, tal como enfatizado por Sarriera e Câmara (2008), dentre os aspectos relevantes para a pesquisa com juventude estão o estabelecimento de vínculos afetivos, de afinidade e aceitação das formas de ser dos jovens com o intuito de auxiliar na compreensão de seus modos de ser. Tais elementos permitiram uma melhor compreensão dos fenômenos que se intentava investigar, além de fornecer maior segurança e clareza das questões relacionadas ao objeto de pesquisa.

2.2 Contexto da pesquisa

Na ocasião de realização do Exame Geral de Conhecimentos relativo a esta dissertação em dezembro de 2010, o contexto de pesquisa proposto foi a Escola Popular Cooperativa (EPC), integrante do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE), localizada no Bairro Benfica em Fortaleza (Ce). Entretanto, em janeiro de 2011, ao estabelecer contato para o início de desenvolvimento da pesquisa, informaram-me da inexistência de atividades, por questões da administração interna do Programa, junto aos estudantes no ano de 2011.

Frente a tal fato, entrei em contato com o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ), organização não-governamental localizada no bairro Bom Jardim em Fortaleza (Ce) e parceira do Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC (NUCOM-UFC). Comumente intitulado de Movimento, esta organização não-governamental possui em sua criação uma forte vinculação com a realidade local marcada pela pobreza e desigualdade social. Suas atividades foram iniciadas em 1996 (MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM, 2011) por padres missionários combonianos e lideranças das Comunidades Eclesiais de Base

(CEBEs) da região. À princípio, eram desenvolvidos trabalhos voluntários para criação de espaços de escuta e de acompanhamento terapêutico para famílias em situação de risco, que conviviam com a falta de recursos básicos, com um baixo desenvolvimento escolar, desemprego, falta de perspectivas e baixa estima.

A cidade de Fortaleza, que possui 2.452.185 habitantes (IBGE, 2010), sendo 224.143 pessoas com idade entre 15 e 19 anos e 494.460 pessoas com idade entre 20 e 29 anos, contabiliza 44,5% do total de sua população composta por sujeitos com idade entre 0 e 24 anos. Estima-se que 3,8% da população fortalezense vive com até R\$ 70,00 e 11,8% com até ¼ de salário mínimo, equivalente à R\$ 127,5 (IBGE, 2011).

Por conseguinte, o bairro do Bom Jardim, região na qual está localizada a sede das ações do MSMCBI, está situado na periferia sudoeste fortalezense e é caracterizado como um dos bairros mais populosos desta cidade contabilizando cerca de 230 mil habitantes. É cenário de diversas problemáticas sociais e compartilha de “[...] precariedade na infra-estrutura e grande demanda de serviços que propiciem melhores condições de vida à população, que se encontra em situações de risco e de vulnerabilidade social” (RIBEIRO, 2008, p. 60). Possui, ainda, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal por Bairro (IDHM-B²) igual à 0,403 e ocupou, nos anos de 2007 e 2009, a primeira posição entre os vinte bairros com maior incidência de homicídios em Fortaleza (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 2011).

Segundo a ONG Diaconia (2003), os maiores problemas da área para crianças, adolescentes e jovens estão relacionados à falta de esporte, cultura, lazer, exposição à violência, à exploração do trabalho infantil, à marginalidade e à falta de expectativa de um futuro melhor. Por possuir elevados números nos indicadores de violência, em 2009, a região do Grande Bom Jardim³, do qual o Bom Jardim faz parte, foi escolhida, através de decisão conjunta entre a prefeitura municipal de Fortaleza, Governos Estadual e Federal, como primeira localidade para implantação do Projeto Território de Paz em Fortaleza. Este projeto está vinculado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça e objetiva trabalhar ações de prevenção contra a violência e o envolvimento da polícia com comunidades estigmatizadas pela violência (PEIXOTO, 2009).

² O Índice de Desenvolvimento Humano por Município é fruto da média aritmética simples dos índices específicos de educação (IDHM-E), saúde ou longevidade (IDHM-L) e renda (IDHM-R). Em uma escala de 0 a 1, quanto melhor o desempenho municipal, mais próximo o índice estará de 1 (PNUD, 2003).

³ A região do Grande Bom Jardim é composta por cinco bairros: Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira, Canindezinho e Bom Jardim.

Sobre as práticas violentas e o estigma atribuído aos moradores, Bezerra (2011, p.12) descreve

No caso do *espaço físico* do Grande Bom Jardim, há produção de *efeitos de lugar* expressivos da posição de classe de seus moradores no *espaço social* em Fortaleza – figurados, em sua maioria, como *pobres, potencialmente violentos, vulneráveis e em risco* – vistos, sob imagens homogeneizadoras, como indesejáveis, a serem mantidos à distância. Encontram-se desprovidos de capital – econômico, cultural ou simbólico – necessários para romper as distâncias físicas e/ou simbólicas que os mantém presos a *um lugar* e os impedem de ocupar outros espaços sociais e físicos de nossa metrópole (Grifos do autor).

É, portanto, deste contexto marcado pelo preconceito e pela violência, no qual cerca de 30% da população vive abaixo da linha da pobreza (PIRES, 2009), sem condições monetárias de prover para si despesas básicas como vestuário, transporte, habitação, que emergem os sujeitos desta pesquisa: os jovens pobres residentes em comunidades e localidades do Bom Jardim.

Cabe ressaltar, contudo, que a região compartilha campo fértil de associações comunitárias e organizações não-governamentais, dentre as quais destacamos o Movimento. A ampliação das atividades da Instituição se deu a partir da escuta das necessidades da comunidade com base no intuito de “[...] favorecer o desenvolvimento, o aumento da consciência de si, o reconhecimento das potencialidades e da dignidade de cada um(a), tornando-os capazes de enfrentar as problemáticas advindas da situação de exclusão em que viviam” (MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM, 2011, p.1).

Transcorridos quinze anos após o início de suas ações, o MSMCBJ realiza, atualmente,

(...) grupos de Terapia Comunitária; grupos de autoajuda para o resgate da Autoestima; atendimentos de Massoterapia; atendimentos psicológicos individuais; acompanhamento de crianças e adolescentes através dos projetos Sim à Vida; resgate da cultura indígena através realização das diversas ações do Movimento na Aldeia Pitaguary com o projeto Æandé Memé Maranhense; cursos de formação profissional na Casa de Aprendizagem Ezequiel Ramin; oficinas da arte-terapia no Ponto de Cultura Casa AME (Arte, Música e Espetáculo) Dom Franco Masserdotti; Ponto de Leitura com a Biblioteca Comunitária; trabalho terapêutico e protagonista com as artes cênicas do Grupo Semearte; formação no Centro de Aprendizagem do Bom Jardim (CABJ); resgate da relação do ser humano com a natureza, através da Horta Comunitária e da construção de fornos solares (MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM, 2011, p.2)

A aproximação com as atividades do Movimento para o início do desenvolvimento da pesquisa se deu em fevereiro de 2011. Em um primeiro momento, a

pesquisadora se dirigiu à Casa de Aprendizagem Ezequiel Ramin, espaço de referência e integração dos coordenadores de projetos do Movimento. O intuito era construir um levantamento de todas as ações realizadas junto aos sujeitos com idade entre 15 e 24 anos, intervalo etário proposto pela Organização das Nações Unidas como representativo da juventude. Obteve-se, então, a seguinte listagem de ações:

- **Projeto Sim à Vida:** Integra pessoas com idade entre 07 e 17 anos. Insere-se em contextos marcados pela vulnerabilidade social. É estruturado em núcleos espalhados em pontos distintos do Bom Jardim. No primeiro semestre de 2011, suas ações eram desenvolvidas na comunidade do Marrocos.
- **Projeto Jovem Aprendiz:** Reúne jovens com idade entre 16 e 24 anos. Alguns de seus participantes são oriundos do Projeto Sim à Vida. O ingresso no Projeto se dá por um cauteloso processo seletivo composto de prova escrita e conversa com as coordenadoras do Projeto. Fundamenta-se na proposta de formação para a inserção no mercado de trabalho por meio de aulas nas áreas de atendimento, vendas e desenvolvimento pessoal. Os encontros com os jovens ocorrem duas vezes por semana, comumente nas quartas e quintas-feiras, sendo duas turmas distintas nos turnos da manhã e da tarde.
- **Clube da Oportunidade:** Participam desta ação jovens com idade entre 16 à 22 anos não exitosos no processo seletivo do Projeto Jovem Aprendiz. Os encontros semanais são facilitados por duas alunas de uma universidade particular de Fortaleza, que ministram aulas de educação financeira, administração de estoques, dentre outras. Há uma grande rotatividade de participantes.
- **Turma de Violão (Casa AME):** Na Casa Arte, Música e Espetáculo (AME) ocorrem aulas de violão com indivíduos com idade entre 12 e 45 anos. A turma integra recém-ingressos e veteranos. A faixa etária entre 18 e 24 anos, contudo, é pouco expressiva, prevalecendo a presença de participantes com mais de 30 anos.
- **Turma de Artesanato e Arte (Casa AME):** Na Casa AME, as aulas de artesanato e arte reúnem adultos e idosos, sendo o público com idade até 24 anos pouco expressivo.
- **Centro de Aprendizagem do Bom Jardim (CABJ):** O CABJ foi criado em 1996 a partir da necessidade de jovens da comunidade, oriundos da escola pública, que desejavam prestar vestibular para ingresso em uma Instituição de

Ensino Superior. Atualmente, suas atividades são desenvolvidas na Casa AME, contando com a presença de professores voluntários e sujeitos com idades acima de 16 anos residentes próximo à Casa AME. No semestre 2011.1, inscreveram-se aproximadamente 40 alunos para participar das aulas que ocorrem de segunda à sexta das 18:30 às 21:45hrs e no sábado das 16 às 18 horas.

Com o intuito de formalizar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, no ano 2000, foi sancionada a Lei n°. 10.097 (BRASIL, 2000). A Lei do Aprendiz, como é popularmente conhecida, considera jovem aprendiz pessoas com idade entre 14 e 24 anos, contratadas diretamente pelo empregador ou por intermédio de entidades sem fins lucrativos. O jovem necessita estar inscrito em curso ou programa de aprendizagem desenvolvido por instituições e, caso não tenha concluído o ensino fundamental ou médio, deve estar matriculado e freqüentando a escola. As empresas de qualquer natureza, com exceção das microempresas e empresas de pequeno porte, devem possuir, no quadro de funcionários, jovens aprendizes correspondentes a uma porcentagem entre 5% e 15% do total de trabalhadores.

No Grande Bom Jardim, as ações do Projeto Jovem Aprendiz realizado pelo MSMCBJ foram iniciadas em 2008, mediante parceria com a empresa de gestão e desenvolvimento organizacional 'Ética', responsável pela implementação de algumas ações que o constitui (MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIO DO BOM JARDIM, 2008). A Casa de Aprendizagem Ezequiel Ramin se configura como sede do Projeto, sendo referência para a comunidade local como espaço que integra ações para inserção no mercado de trabalho. De acordo com o Movimento (2009, p.1), "o projeto Jovem Aprendiz proporciona formação humana, profissional e amplia o universo cultural". Existem empresas parceiras do Movimento que absorvem grande parte dos jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz, encaminhando-os para os postos de trabalho que possuem disponíveis e que são condizentes com as aulas obtidas durante o curso de formação que dura, em média, um ano.

O Centro de Aprendizagem do Bom Jardim, por sua vez, é fruto do interesse dos moradores da comunidade do Bom Jardim de se reunir para estudar com vistas à aprovação em processos seletivos de ingresso em instituições de ensino superior. Tendo em vista que as provas de admissão das universidades ocorrem semestral e anualmente, há uma proposta de permanência dos jovens nas ações do Centro, que se iniciam em março e permanecem até novembro ou dezembro. As aulas ministradas, que obedecem

ao modelo clássico de exposição de conteúdos centralizada no professor, são estruturadas em torno dos assuntos estimados para o vestibular.

À princípio, o Projeto Jovem Aprendiz e o Centro de Aprendizagem do Bom Jardim foram selecionados por possuírem atividades com frequência semanal constante e integrarem sujeitos com a faixa-etária pretendida para o estudo, que são jovens com idade entre 15 e 24 anos. Foi estabelecido contato, em fevereiro de 2011, com os coordenadores responsáveis por cada projeto a fim de viabilizar visitas aos mesmos para conhecimento das atividades e aplicação do Questionário Sócio-Econômico (APÊNDICE A), formulado especificamente para esta pesquisa com o intuito de contribuir com a seleção dos jovens que participariam do estudo.

2.3 Os participantes

Segundo Cassab (2001), a vivência dos jovens no contexto urbano impacta na construção das suas escolhas e dos seus modos de vida ao lhe apresentar possibilidades e restrições. É nas classes subalternas do cenário urbano que se encontra grande parcela do contingente populacional de jovens brasileiros, despossuídos de poder de consumo, desterritorializados das relações de trabalho e vivendo cotidianamente condições potenciais de risco (BASTOS *et al.*, 2008).

Contudo, é necessário considerar que não se trata de uma vivência homogênea da pobreza, segundo a qual todos os jovens sujeitos habitantes de um determinado território experienciam as mesmas condições de privação. Diante desta questão, a aplicação do Questionário Sócio-Econômico a fim de selecionar os jovens que possuíam maiores incidências de privação permitiu a compreensão de qual dos dois projetos, Projeto Jovem Aprendiz ou Centro de Aprendizagem do Bom Jardim, integravam maior número de sujeitos em condições de pobreza multidimensional.

O Questionário conta com quarenta questões organizadas nos aspectos: dados gerais, saúde, habitação, escolaridade, renda familiar e esporte e lazer. Uma vez que, conforme apresentado por Sen (2000), é necessário que observemos as situações de privação aos quais os sujeitos estão inseridos e que impedem o exercício de suas liberdades, a aplicação do Questionário contribuiu para a análise das privações vividas pelos jovens participantes dos projetos e para a conseqüente seleção dos sujeitos da

pesquisa. Os demais dados que originou, contudo, não serão explorados nesta dissertação haja vista os intuitos da pesquisa.

Os indicadores de privação propostos pelo Índice de Pobreza Multidimensional (PNUD, 2010b) foram adaptados em questões de múltipla escolha e distribuídos ao longo do Questionário. Posteriormente a aplicação, os questionários foram analisados e as privações observadas receberam uma pontuação de acordo com os pesos propostos pelo Índice de Pobreza Multidimensional. Dessa forma, os participantes foram divididos em: sujeitos que não possuem privação, sujeitos em privação, sujeitos em risco de se tornar multidimensional pobre e sujeitos em pobreza multidimensional.

A aplicação dos questionários no Projeto Jovem Aprendiz ocorreu nos dias 02 e 05 de março, nos turnos da manhã e tarde, e no CABJ nos dias 18 e 21 de março de 2011. A presença em duas ocasiões distintas em cada Projeto se deu com o intuito de abranger um número maior de jovens. Foram aplicados 49 questionários no Jovem Aprendiz e 29 no Centro de Aprendizagem. A observação dos questionários permitiu a elaboração da tabela abaixo:

Tabela 1- Perfil dos Jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz e CABJ

| | Idade | | | Sexo | | Índices de Privação | | | |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|-------|------|---------------------|-------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| | 16-17 anos | 18-24 anos | 28-41 anos | Masc. | Fem. | Não há privação | Em privação | Em risco de pobreza multidimensional | Em pobreza multidimensional |
| Projeto Jovem Aprendiz | 16 | 31 | - | 19 | 28 | 03 | 23 | 16 | 05 |
| Centro de Aprendizagem do Bom Jardim | 07 | 13 | 03 | 09 | 14 | 06 | 10 | 07 | - |

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Tabela 1, pode-se perceber que aproximadamente 93,6% dos jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz possuem privação em pelo menos uma dimensão do IPM, podendo os sujeitos estar em risco ou em pobreza multidimensional. O Centro de Aprendizagem do Bom Jardim, por sua vez, apresentou cerca de 74% dos participantes em privação e risco de entrar em pobreza multidimensional, não contabilizando sujeitos em pobreza.

Dessa forma, o Projeto Jovem Aprendiz foi selecionado como espaço de desenvolvimento da pesquisa por possuir, segundo critérios anteriormente formulados, regularidade nas ações desenvolvidas e presença de jovens em situação de privação e pobreza multidimensional.

Em março de 2011, foi estabelecido contato com a então coordenadora dos cursos profissionalizantes do Movimento. Passei, então, a acompanhar as atividades do Projeto Jovem Aprendiz nas quartas e sextas-feiras, nos turnos da manhã e tarde nos horários de 08 às 11 horas e 14 às 17 horas, durante os meses de março, abril e início de maio, retomando em junho e início de julho. Havia uma variação no número de jovens presentes nas aulas do Projeto devido às contratações dos mesmos pelas empresas as quais estavam vinculados e ingresso, durante o processo formativo, de novos participantes.

A convivência com os jovens no cotidiano das aulas, nos intervalos para os lanches, em conversas anteriores e posteriores ao início das atividades e em caminhadas pela comunidade até o ponto de embarque do transporte coletivo permitiram me aproximar de seus cotidianos e de seus modos de pensar. O convívio foi registrado em Diários de Campo, que comporam material de análise da pesquisa.

Contudo, dentre os jovens participantes do Projeto, os que participaram das etapas seguintes de coleta de dados foram selecionados segundo os critérios:

- Participar regularmente das atividades do Projeto Jovem Aprendiz realizado pelo MSMCBJ;
- Possuir idade entre 17 e 24 anos⁴;
- Apresentar, segundo os dados obtidos através do preenchimento do Questionário Sócio-Econômico, privação em uma das dimensões saúde, educação e padrão de vida, conforme indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional;
- Ter lido e aceito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) para participação na pesquisa. No caso dos menores de 18 anos, também foi necessário a leitura e assinatura de seus pais ou responsáveis do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a eles direcionado (APÊNDICE C);
- Comparecer no dia e horário definidos para a realização dos grupos focais;

⁴ Este intervalo foi retirado a partir da estimativa proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), segundo as quais, na faixa-etária entre 15 e 24 anos é que há a preparação para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional (WAISELFISZ, 2004).

Foram selecionados, de acordo com os critérios idade e preenchimento do Questionário Sócio-Econômico, doze jovens no turno da manhã e dezessete jovens no turno da tarde. Contudo, dos participantes da tarde, três foram desligados do Projeto dias após a aplicação do Questionário.

O convite à participação no grupo focal se deu em conversas presenciais com os jovens ou por meio do telefone. Nas ocasiões, os jovens colocaram a dificuldade de encontrar turnos livres por motivos das atividades que desempenhavam nas empresas as quais estavam vinculados, dos compromissos familiares que possuíam e das atividades escolares⁵. Dos doze jovens do turno da manhã contatados, apenas nove demonstraram disponibilidade, comparecendo apenas seis no dia combinado. À tarde, dos catorze jovens convidados, dois apresentaram, no momento em que os convidei, a impossibilidade de estarem presentes, comparecendo seis jovens no dia de realização do grupo focal. No total, estavam presentes nos dois grupos focais doze jovens. Os nomes fictícios utilizados para designá-los foram escolhidos por eles em momentos posteriores aos grupos.

Tabela 2 - Perfil dos Participantes do Grupo Focal

| Nome | Idade | Turno | Dimensões de Privação | Itens de Privação | Índice de Privação | Situação |
|-----------|---------|-------|---------------------------------|---|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Amanda | 22 anos | Manhã | Padrão de Vida | Bens de Consumo | 5,6 | Em privação |
| Beatriz | 19 anos | Tarde | Saúde; Padrão de Vida; Educação | Sanitários, Bens Domésticos; Anos de Estudo | $5,6+5,6+ 16,7 =$ 27,9 | Em risco de pobreza multidimensional |
| Chico | 19 anos | Tarde | Saúde; Padrão de Vida | Sanitários; Bens Domésticos | $5,6+16,7 =$ 22,3 | Em risco de pobreza multidimensional |
| Chiquinha | 20 anos | Tarde | Saúde | Sanitários | 5,6 | Em privação |
| João | 21 anos | Manhã | Saúde; Padrão de Vida; | Mortalidade; Bens Domésticos, Sanitários | $16,7 + 5,6+5,6 =$ 27,9 | Em risco de pobreza multidimensional |
| Karla | 18 anos | Manhã | Saúde; Educação | Sanitários; Anos de Estudo | $5,6+16,7 =$ 22,3 | Em risco de pobreza multidimensional |
| Luana | 22 anos | Tarde | Saúde; Padrão de Vida; Educação | Sanitários; Bens de Consumo; Anos de Estudo | $16,7 + 5,6+ 16,7 =$ 39 | Em pobreza multidimensional |
| Luis | 17 anos | Tarde | Saúde; Padrão de Vida | Sanitários, Bens de Consumo | $5,6+5,6=$ 11,2 | Em privação |
| Maria | 17 anos | Tarde | Saúde | Sanitários | 5,6 | Em privação |
| Marina | 17 anos | Manhã | Saúde; Educação | Sanitários; Anos de Estudo | $5,6+16,7=$ 22,3 | Em risco de pobreza multidimensional |
| Victor | 21 anos | Manhã | Padrão de Vida | Bens Domésticos | 5,6 | Em privação |
| Yara | 17 anos | Manhã | Saúde; Padrão de Vida | Sanitários; Bens de Consumo | $5,6+16,7=$ 22,3 | Em risco de pobreza multidimensional |

Fonte: Elaborado pela autora.

⁵ Alguns dos jovens selecionados não haviam concluído o ensino médio.

Os jovens participantes do grupo focal possuíam idade entre 17 e 22 anos. Dentre eles, cinco se encontravam em privação, seis em risco de pobreza multidimensional e uma jovem em situação de pobreza nas dimensões saúde, educação e padrão de vida.

2.4 Instrumentos de construção dos dados

A triangulação, segundo Flick (2009), representa a possibilidade de, frente à complexidade inerente a compreensão de um objeto de estudo, expandir o desenho de pesquisa por meio da associação entre diferentes métodos e técnicas. Pode vir a favorecer a convergência entre os resultados da investigação, de modo a validá-los se conduzidos às mesmas conclusões, ou denunciar a invalidade dos métodos usados e dos resultados alcançados quando os dados obtidos se demonstrarem contraditórios (DUARTE, 2009).

Nesta pesquisa, a triangulação se deu mediante o uso de diferentes métodos de coleta de dados, tais como a observação-participante, o grupo focal e a entrevista em profundidade aliada ao método autofotográfico.

A presença nas atividades do Projeto Jovem Aprendiz se deu, inicialmente de modo pontual, após o dia 02 de março de 2011. Já neste dia, a pesquisadora foi apresentada aos jovens, com eles compartilhou o que ali estava fazendo e explicou-lhes a possibilidade de retomar em um momento posterior.

Com a definição da ação a ser acompanhada, a presença da pesquisadora, então, passou a ser constante. Embora as atividades acontecessem nas quartas e sextas, era comum a presença no Movimento em dias em que não haviam aulas. Nestas ocasiões, era possível conversar com os jovens que, pelos mais variados motivos, compareciam à Instituição.

A observação participante (MONTERO, 2007; ANGROSINO, 2009), frente aos desafios impostos pelo campo de pesquisa, consistiu em um importante referencial metodológico. De acordo com Montero (2007), este tipo de observação representa uma atividade metodológica realizada no cotidiano de pessoas e grupos específicos tendo como fundamentos os propósitos da investigação. Sendo classificada por Angrosino (2009, p.56), como “(...) a mais objetiva das habilidades etnográficas”, a observação

participante favorece que sejam conhecidos os sentidos, perspectivas, valores, normas e modos de vida dos atores sociais em circunstâncias específicas.

O pesquisador, para tanto, precisa conhecer e ser reconhecido, em um processo cauteloso de inserção, os indivíduos pertencentes ao grupo ou a comunidades (ANGROSINO, 2009). Baseando-se nestes princípios, que possível conviver, sentar nas cadeiras em que os jovens sentavam, olhar os professores a partir do ponto de vista que eles olhavam, conversar e aprender com eles novas expressões linguísticas e seus significados.

Dessa forma, uma vez que é interesse da pesquisa analisar a relação existente entre fatalismo e os modos de vida da juventude em condições de pobreza, a presença no cotidiano dos sujeitos ancorada na proposta da observação participante, favoreceu não apenas a aproximação dialógica com os jovens, como também o processo de delineamento do objeto de pesquisa. A inserção no mundo dos sujeitos evidenciava a importância da consideração das relações que estabelecem com os elementos materiais, histórico-sociais e simbólicos que compõem seus cotidianos. A cada dia as discordâncias de concepções mitificadas e degradantes sobre os jovens pobres se tornavam mais claras e fundamentadas nas observações do processo de pesquisa. Instaurou-se um processo de vivência que permitiu uma melhor compreensão da realidade em que vivem e dos modos com que a significam. O aflorar de questionamentos de muitas das concepções prévias sobre as quais se fundamentava este estudo possibilitou, inclusive, que as indagações propostas para o grupo focal fossem repensadas, assim como previsto por Minayo, Deslandes e Gomes (2010).

O diário de campo⁶, ao longo desse processo, foi importante instrumento de registro e descrição da investigação no campo. Sua escrita se deu de modo livre ao final de cada jornada de trabalho investigativo, trazendo as observações, as reflexões, os desafios e as novas elaborações possibilitadas com a inserção no campo e a realização dos instrumentos de construção de dados. Segundo Montero (2007), este processo de escrita se aproxima da autobiografia intelectual, pois permite que seja relatado, inclusive, o processo de se chegar a certas idéias, desenvolver interpretações e superar concepções errôneas formuladas sobre o objeto de pesquisa.

⁶ No estudo, os diários de campo serão citados por meio das iniciais DC seguidas da data de sua realização.

A observação participante e a elaboração dos diários de campo foram os primeiros passos no caminho de alcance dos objetivos propostos para a pesquisa. Embora já tivesse uma proposta dos instrumentos de construção de dados, foi após este momento inicial de inserção no campo que o caminho metodológico a ser seguido ficou mais claro, condizente com o objeto de pesquisa e os objetivos elaborados. As relações entre os objetivos específicos, as grandes categorias e os instrumentos estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1- Relação entre os objetivos específicos, suas grandes categorias e instrumentos

| OBJETIVOS | GRANDES CATEGORIAS | INSTRUMENTOS |
|--|--|---|
| I. Identificar os modos de vida de jovens pobres; | - Modos de vida da juventude pobre; - Vida em condições de pobreza; | Diário de Campo, Grupo Focal, Entrevista em Profundidade |
| II. Analisar as manifestações do fatalismo por jovens pobres; | - Manifestações do Fatalismo; | Grupo Focal e Entrevista em Profundidade. |
| III. Relacionar as manifestações do fatalismo aos modos de vida de jovens pobres; | - Modos de vida da juventude pobre; - Manifestações do Fatalismo | Grupo Focal e Entrevista em Profundidade. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Embora haja controvérsias sobre sua definição, o grupo focal pode ser considerado como um tipo de entrevista grupal, segundo o qual há um grupo de indivíduos reunidos em torno de um tema ou foco comum (BAUER, GASKELL, 2002; MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2010). Contudo, vale ressaltar que, durante a facilitação do grupo focal, alguns cuidados metodológicos devem ser empreendidos a fim de assegurar a participação de todos os membros e a relevância dos dados obtidos para o desenvolvimento da pesquisa. Dentre esses cuidados, destacam-se: a necessidade de que o facilitador tenha formação em trabalhos de grupos, de modo a propiciar uma ambiência de acolhida e confiança aos voluntários; centralização das discussões no assunto em pauta, de modo a manter os objetivos de trabalho do grupo; escolha das variáveis de composição do grupo (sexo, idade, local de moradia etc) em dependência do objetivo de estudo (GATTI, 2005; BARBOUR, 2009).

Foram realizados dois grupos focais, contendo cada um 6 jovens com idade entre 17 e 24 anos e que vivem em situação de privação ou pobreza. Os dois grupos foram agendados para o dia 06 de maio de 2011. Entretanto, somente no turno da manhã

foi possível, tendo em vista a presença de seis jovens, a condução do grupo. À tarde, compareceram, com uma hora e trinta minutos de atrasos, apenas duas participantes. Uma vez que o número mínimo estimado para a condução do grupo focal são 6 participantes (GATTI, 2005), remarquei com as jovens um novo encontro para o dia 12 de maio e, novamente, entrei em contato presencialmente e por telefone com os faltosos. Na segunda ocasião, estiveram presentes 6 jovens.

No início de cada grupo focal, questões relativas à pesquisa foram explanadas, tais como o objetivo geral no qual se fundamenta, a importância da contribuição dos jovens e as implicações éticas relativas à participação. Foi solicitado aos jovens presentes a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dessa forma, a gravação dos grupos, que coincidentemente duraram 1 hora e 56 minutos, deu-se com o consentimento prévio dos jovens, que não se mostraram incomodados com tal ação. Para tanto, foram utilizados um gravador digital e um MP4.

A condução de ambos os grupos focais, realizados em uma sala da Casa de Aprendizagem Ezequiel Ramin, foi baseada em um Guia de Tópicos (APÊNDICE D), organizado em torno de questões relativas aos tipos de relações estabelecidas; os modos de participação em atividades cotidianas (na família, na comunidade e na escola); suas percepções sobre a pobreza e a compreensão que possuem sobre os fatos cotidianos (relação entre a origem dos fatos, suas causas e conseqüências).

Nos grupos realizados, a presença de uma estudante do Curso de Graduação em Psicologia da UFC que acompanhava a pesquisa desde fevereiro de 2011, contribuiu para que fossem feitos registros da ordem em que os participantes falavam, das primeiras palavras utilizadas, de expressões marcantes e entonações, o que facilitou enormemente o processo de transcrição das falas. Além disso, interrupções e a linguagem corporal dos participantes também puderam ser registradas. A presença deste aluno, conforme afirma Barbour (2009), foi valiosa tanto para o seu processo de aprendizagem como futuro pesquisador, como para o processo de pesquisa em questão, pois me permitiu estar atenta e entregue ao processo de facilitação do grupo, o que dificultaria fazer anotações de campo.

O potencial que apresenta para a compreensão dos modos com que os indivíduos processam e significam as informações, bem como para a conseqüente formação de suas atitudes (BARBOUR, 2009) fez com que fosse também o grupo focal capaz de fornecer elementos para alcançar o segundo objetivo específico deste estudo que é *'Analisar as manifestações de fatalismo por jovens pobres'*. A realização da entrevista em

profundidade possibilitou, ainda, o aprofundamento de questões apresentadas durante o grupo focal pelos jovens.

Segundo Barbour (2009), este tipo de associação de métodos em pesquisa qualitativa é comum, principalmente no que concerne a integração do grupo focal a outros métodos qualitativos, como a entrevista. Assim, realizados ao longo da pesquisa, o grupo focal e a entrevista semi-estruturada possibilitaram a compreensão das percepções desenvolvidas pelos jovens sobre os fatos cotidianos; as concepções que possuem sobre religiosidade, vida, pobreza, relacionamentos; os fatores que acreditam ser determinantes do futuro e os modos com que significam os fatos desagradáveis do cotidiano. Como metodologia de construção de dados, a entrevista individual

[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (BAUER, GASKELL, 2002, p.65).

Dessa forma, a entrevista individual do tipo aberta ou em profundidade (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2010) é conduzida tendo por base um Roteiro que pode ou não ser definido após a realização do grupo focal. O Guia (APÊNDICE E), neste estudo, foi construído com o intuito aprofundar reflexões trazidas pelos sujeitos durante o grupo focal.

Por sua vez, a vinculação da entrevista semi-estruturada ao método autofotográfico se dá com o intuito de aprofundar questões trazidas pelos jovens e que se demonstraram relevantes para a investigação. Isto é possível porque método autofotográfico representa um método não verbal que permite ao indivíduo atribuir significados às imagens (NEIVA-SILVA, KOLLER, 2002; NEIVA-SILVA, 2003), sendo considerados como elementos importantes na análise desse material tanto o conteúdo, quanto o autor das fotos e sua percepção em relação às imagens que produziu.

A autofotografia permite a observação quanto aos aspectos temporais implícitos na imagem fotográfica (passado, presente e futuro da vida da pessoa), o que favorece para que o indivíduo veja a si mesmo de uma forma objetiva, algo importante para o desenvolvimento de seu autoconceito. Em termos práticos, o método autofotográfico consiste em entregar uma câmera fotográfica ao participante e solicitar-lhe que tire um determinado número de fotografias a fim de responder a uma questão anteriormente formulada (NEIVA-SILVA, KOLLER, 2002).

Em nosso estudo, o desenvolvimento deste método foi iniciado em um momento posterior aos grupos focais com os jovens. Foram escolhidas, para a realização da entrevista, duas jovens, Karla e Luana, que demonstraram dificuldades em se expressar no momento grupal, tendo falas acompanhadas de choro. Diante desta observação, a autofotografia se constituiu como possibilidade de mediar o acesso a conteúdos verbais difíceis de serem expressos livremente, o que ressalta a importância do uso desse método em contextos específicos nos quais se observe a relevância da aproximação entre entrevistador e entrevistado por meio do levantamento de elementos que compõem o cotidiano dos sujeitos da pesquisa.

Foram entregues, em momentos distintos do dia 17 de junho, uma Câmera Kodak Power Flash Uso Único com 24 poses para cada uma das jovens. Foi solicitado de cada jovem um número de 12 fotografias, segundo a instrução: *“Eu gostaria que você pensasse em seu cotidiano, em como é a sua vida. Eu gostaria que você tirasse 12 fotos que possam me mostrar como é seu dia-a-dia e como você enfrenta os desafios que aparecem em seu cotidiano. Depois que você tirar as fotos, eu vou revelá-las e nós vamos conversar sobre elas. Após nossa conversa, você levará as fotos para você. Não se preocupe, pois não é necessário ter treino para bater as fotos. Não existem fotos feias ou bonitas, o importante é você me mostrar como é sua vida e como você enfrenta seus desafios cotidianos. Caso você tenha alguma foto guardada que ache importante, pode trazer junto com o filme que eu irei revelar”*.

Logo após a consígnia, pediu-se que cada uma delas batesse duas fotografias de modo que pudessem se familiarizar com o equipamento. Foi acordado, com ambas, a entrega da câmera para o dia 22 de junho, de modo que pudessem ter o intervalo do final de semana como possibilidade para bater as fotos. Karla entregou a câmera no dia combinado, porém Luana ligou para o Movimento e solicitou que fosse informado de sua impossibilidade de ir à ocasião por motivo de adoecimento de um de seus irmãos, de quem é cuidadora. A entrega foi remarcada para o dia 27 de junho. A entrevista com Karla se deu, então, no dia 01 de julho e a de Luana no dia 02 de julho de 2011.

Karla bateu 13 fotografias, sendo três de teste. Ela demonstrou surpresa por não haver um número maior e disse ter tido receio de ultrapassar o número estipulado, que era de 12 fotografias, o que, segundo ela, pode ter resultado em um número menor. Afirmou não ter outras fotos reveladas que gostaria de compartilhar, mas forneceu o endereço de seu *Blog* como ambiente virtual no qual estão fotografias suas que aprecia.

Luana bateu 16 fotografias, porém somente quis falar, no momento da entrevista, de 11 delas.

As entrevistas de Karla e Luana foram realizadas nas instalações da Casa de Aprendizagem Ezequiel Ramin, local onde são desenvolvidas as atividades do Projeto. As entrevistas foram iniciadas por meio de perguntas de como havia sido, para elas, bater as fotografias. Karla disse ter sido interessante o uso de uma câmera descartável, que não possibilita acompanhar o resultado das imagens. Luana disse que, no momento de realização das fotos, percebeu que não havia compreendido quais fotos deveria bater.

Para cada uma das fotografias, no momento da entrevista, foi solicitado que as jovens atribuíssem títulos. Karla intitulou suas fotos de: “Amizade”, “Amor e amigo”, “Amor”, “Aprendizagem”, “Confidências”, “Conselho”, “Felicidade”, “Folia”, “Parceria” e “Presente”. Luana tituló as fotos de: “Amigo do Peito”, “Amizade no trabalho”, “Amizade”, “Aprendizagem”, “Diversão em família”, “Meu hobby”, “Meu trabalho – esperança de um futuro melhor”, “Minha vida”, “Porto Seguro” e “Trabalho Puxado”.

Embora houvesse sido elaborado um Roteiro, a entrevista foi conduzida segundo os conteúdos trazidos pelas jovens a partir dos títulos atribuídos às fotografias. O método autofotográfico, assim como já evidenciado em Carvalho (2010), permitiu o acesso à outra forma de linguagem que não se reduzisse à expressão verbal, fazendo dos momentos das entrevistas experiências intensas de compartilhamento sobre a vida, as dificuldades e esperanças de futuro das jovens. Dessa forma, a grande contribuição trazida pelas imagens para o processo de pesquisa se deu, sobretudo, a partir das reflexões oriundas da observação das imagens e que fomentaram conteúdos verbais relevantes sobre suas experiências de vida.

2.5 A análise dos dados

Após a realização dos registros dos diários de campo e a transcrição das falas, a observação participante, os dois grupos focais e as duas entrevistas resultaram em material que foi analisado com auxílio do *software* Atlas Ti 5.2⁷. Este *software* consiste

⁷ Segundo García (2011), a primeira versão do Atlas Ti foi desenvolvida entre os anos de 1989 e 1992 na Technical University of Berlin. O significado de sua nomeação está associado aos arquivos de tecnologia, da vida das palavras e da linguagem do cotidiano. A extensão ‘Ti’, por sua vez, quer dizer ‘interpretação de texto’.

em uma ferramenta tecnológica para análise qualitativa mediada pelo computador (BAUER; GASKELL, 2002) que possibilita o armazenamento de informações e o registro do processo de categorização e análise realizado pelo pesquisador. Todos os comandos são, nesse sentido, desempenhados pelo sujeito responsável pela pesquisa, sendo a grande contribuição do *software* a interatividade permitida entre os arquivos obtidos durante a pesquisa e que potencializam a análise e registro pelo pesquisador das informações construídas no trabalho de campo.

Nesta pesquisa, percebe-se que o processo de análise de dados mediado pelo uso do Atlas Ti 5.2 contou com três grandes etapas: a etapa de armazenamento e exploração dos dados; a etapa de categorização e a etapa de análise das interações observadas, sendo as duas últimas intimamente relacionadas. Durante a etapa de armazenamento e exploração dos dados, foram criados dois bancos de dados, um com os conteúdos dos diários de campo, dos grupos focais e das entrevistas e outro com as imagens oriundas do método autofotográfico. Os bancos foram agrupados em Unidades Hermenêuticas (HU). Estas Unidades são *containers* que permitem o reconhecimento da localização de dados que podem ser explorados e interpretados (PAULIN, 2011). Cada arquivo relativo aos conteúdos foram identificados como *Primary Documents* (P-Docs) e referenciados, ao longo do texto, pelas iniciais GF1, para se referir ao grupo focal ocorrido no turno da manhã; GF2, para designar o grupo realizado no horário da tarde; E1, referindo-se à entrevista realizada com Karla; ou E2, correspondendo à entrevista realizada com Luana.

A Análise de Conteúdo do Tipo Temática de Laurence Bardin (2011), enquanto fundamentação metodológica de análise de dados, foi potencializada com uso do Atlas Ti 5.2 sobretudo por haver similaridades entre o processo de desenvolvimento desta proposta de análise e a utilização da ferramenta tecnológica. Segundo Bardin (2011, p.48), este método de análise representa

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Ela se vale de procedimentos de extração dos sentidos de um texto por meio de unidades elementares, tais como: palavras-chave; léxicos; termos específicos; categorias

e temas, procurando identificar a frequência ou constância dessas unidades para fazer inferências e extrair os significados inscritos no texto, a partir de indicadores objetivos.

Barros (2007) propõe que a análise de conteúdo temática obedeça seis passos: 1) leitura flutuante das cada entrevista; 2) codificação das entrevistas, que consiste em enumerar todas as suas linhas, perguntas e respostas; 3) estabelecimento de dimensões analíticas, com base nos objetivos específicos do estudo a que se destina e nas leituras flutuantes do material disponível; 4) extração das unidades de sentido presentes no discurso dos(as) entrevistados(as); 5) criação de categorias de análise com base nas unidades de sentido; 6) elaboração de quadros temáticos para cada entrevista, visando organizar logicamente as dimensões, as categorias e as unidades de sentido codificadas.

No presente estudo, tendo em vista que a análise temática tem como potencialidade a investigação rápida e eficaz dos discursos diretos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2011), a fundamentação teórica da pesquisa e a leitura fluente dos diários de campo, das transcrições das entrevistas e dos grupos focais resultaram no desenvolvimento do processo de categorização do material. No *software*, a definição de categorias se deu de modo manual por meio da criação de *Codes* (códigos). À elas foram relacionadas às *Quotations* (segmentos), que são as citações das falas dos sujeitos participantes da pesquisa. Estes conteúdos verbais são análogos às unidades de sentido propostas por Barros (2007).

Contudo, no decorrer da análise, novas categorias ainda emergiram e foram acrescentadas como ao conjunto de *Codes* já existentes, contabilizando, ao final, 41 categorias, a saber: Experiência de Privação, Experiência de Abandono, Experiência de Agressão, Doença crônica, Família, Conflito Familiar, Doença Crônica, Alternativa para melhorar a vida na comunidade, Implicação com a comunidade, Melhorias na Comunidade; Visão que tem da Comunidade, Dificuldades da vida na comunidade, Preconceito, Insegurança, Auto-conceito, Concepções sobre a vida, Identificação Positiva, Cotidiano, Participação em atividades na comunidade, Consumismo, Contato com drogas, Uso abusivo de álcool, Diversão, Participação em Grupo Religioso, Amizade, Escola, Esporte/Lazer, Namoro/Casamento, Trabalho, Contato com práticas ilícitas, Relacionamento no trabalho, Projeto Jovem Aprendiz, Dificuldades de mudança da realidade social, Compreensão dos fatos, Visão de Futuro, Evocação de Deus, Comportamento diante de situações desagradáveis, Falta de Iniciativa, Sentimentos diante da pobreza, Indignação, Humor/Ironia.

Estas, por sua vez, foram agrupadas em grandes categorias ou Famílias (*Families*), em torno das quais o trabalho está organizado, que são: ‘modos de vida da juventude pobre’, ‘vida em condições de pobreza’ e ‘manifestações do fatalismo’⁸.

A construção de quadros temáticos comuns aos processos manuais de desenvolvimento da Análise de Conteúdo não acontecem quando do uso do Atlas TI. Na verdade, ocorre que o software permite o armazenamento dos códigos e dos segmentos a eles relacionados oriundos do processo de categorização. Dessa forma, percebe-se que a etapa de análise pode ser iniciada durante a categorização, quando a reflexão sobre os conteúdos obtidos podem ser registradas por meio da criação de *Memos* (notas de análise), que descrevem o histórico da pesquisa e permitem que o pesquisador registre suas interpretações, seus *insights*. Além disso, outra possibilidade de registro são os *Comment* (comentários), que são utilizados para que o pesquisador registre observações sobre os elementos constitutivos da pesquisa, bem como para registrar a importância do elemento para a teoria que está sendo desenvolvida (GARCÍA, 2011).

A possibilidade de construção de vínculos entre as categorias (*links of codes*) de associação, pertencimento, causa, contradição e similaridade favoreceu a elaboração de esquemas gráficos (*Netview*) que permitiram a visualização das relações existentes entre as diversas categorias e auxiliaram no desenvolvimento dos conteúdos propostos pelo estudo.

2.6 Compromisso Social e Ético da Pesquisa

O compromisso social e ético com esta pesquisa transpõe as determinações burocráticas. A postura adotada em campo, a consideração, a aceitação positiva e o respeito destinados aos conteúdos apresentados pelos jovens ao longo de minha presença no campo ultrapassam as prerrogativas, inserindo-se na dimensão ideológica em que se fundamente este estudo.

Foi a vivência prática e teórica em psicologia comunitária que fortaleceu em mim a opção ideológica em trabalhar com as classes vítimas da opressão de uma vida marcada pela pobreza e desigualdade social. Nesse sentido, o compromisso que se

⁸ Em Apêndice (F), pode ser observado Quadro Síntese das Famílias, Categorias e Sub-categorias.

ênfatiza com este trabalho é o da importância de sua publicação, aprimoramento e transformação em ações que beneficiem os jovens das periferias dos grandes centros urbanos, que acreditam e buscam construir um futuro melhor para si e para a comunidade em que vivem.

Contudo, atendendo às dimensões burocráticas, esta dissertação foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, tendo sua aprovação obtida em 25 de fevereiro de 2011 a partir do Protocolo COMEPE n°. 017/11 (ANEXO A). Depois de estabelecido contato com os jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz e do Centro de Aprendizagem do Bom Jardim para preenchimento do Questionário Sócio-Econômico na primeira etapa da pesquisa, à eles foram esclarecidas as dúvidas sobre a participação na pesquisa. Todos os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Participantes (APÊNDICE C). No caso dos jovens com idade inferior à 18 anos, o pais ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a eles direcionado (APÊNDICE D).

Após a defesa e correção da dissertação, a mesma será apresentada ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim e disponibilizada na íntegra à Instituição, à Biblioteca do Centro de Humanidade da UFC, nos sites do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim e do Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC, bem como em formato reduzido através de publicações em artigos científicos e apresentações em congressos e encontros.

Vale ressaltar, ainda, que ao longo de todo o processo de pesquisa foram obedecidas as normas presentes na Resolução CNS 196/96, que normatiza a pesquisa envolvendo seres humanos, bem como as determinações presentes nos incisos do Art.16 do Código de Ética do Psicólogo.

3 POBREZA E JUVENTUDE: NECESSIDADES DE DIÁLOGOS

A pobreza, neste estudo, representa categoria primordial, pois fornece elementos para a compreensão do universo histórico-cultural, econômico e social no qual se inserem os jovens pesquisados. Sobretudo por isto, pobreza e juventude serão abordadas conjuntamente, tentando construir os enlaces teóricos e empíricos originados com a pesquisa de campo.

A abordagem da pobreza, aqui, parte de um resgate da evolução histórica e ideológica do fenômeno, por considerar que a reprodução de sua compreensão como simples ausência de renda desconsidera situações cotidianas de sobreposição de privações as quais estão submetidos inúmeros sujeitos.

Segundo a Abordagem das Capacidades, que compreende a pobreza como fenômeno multidimensional, o desenvolvimento de um povo somente é possível através da garantia de sua capacidade de exercer sua liberdade (SEN, 2000). Por conseguinte, evidencia-se, ao longo do texto, que foi justamente a crítica à redução da pobreza a dados monetários e sua conseqüente ampliação congregando novas dimensões de análise que contribuiu para a elaboração de índices como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e o novo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estes novos instrumentais de análise nivelam para cima a realidade de pobreza dos povos ao considerar que existem “multipobres”, ou seja, indivíduos que, mesmo não estando abaixo de um limiar de pobreza definido em termos de renda monetária, encontram-se em situação de privação segundo apontado pelos indicadores das dimensões educação, saúde e padrão de vida que compõem os Índices.

Discute-se a pobreza e a opressão como faces da dominação do povo latino-americano, o que contribui para a perpetuação de redes ideológicas de submissão. A partir do relato dos jovens, percebe-se que eles estão são submetidos, desde a infância à experiência de privação, abandono e agressão, que, por se constituírem em fatores de risco, podem vir a influenciar negativamente seu processo de desenvolvimento.

Porém, vale ressaltar que, mesmo em situações que disseminam o desprezo por si dos povos que vivenciam a opressão decorrente da pobreza, sua dominação nunca é completa. Ser pobre, como afirma Gutiérrez (1992, p.32), não significa apenas conviver

com carências, “(...) é um modo de viver, de pensar, de amar, de orar, de crer e esperar, de passar o tempo livre e lutar por sua vida”⁹.

A juventude, quando inserida em situações de privação, desenvolve formas alternativas de vivenciar sua condição juvenil. Os jovens criam novas estratégias de sociabilidade, organizam o cotidiano segundo suas necessidades e aspirações. A vida em condições de pobreza não lhes passa despercebida. Eles encontram formas, silenciosas ou não, de expressar o desconforto em face desta situação de viver em privação. Eles saem do papel de vítima (DE MELLO, 2008). Negam os caminhos anunciados de marginalidade (CALIMAN, 2008), drogadição, tráfico, intolerância, discriminação (CASTRO *et al.*, 2001), violência e exploração sexual (ABRAMO, 1997) facilmente acessíveis na comunidade em que moram. Recriam, a partir da construção de visões de futuro, novos caminhos, centralizando no trabalho a esperança de um futuro distinto de sua realidade atual.

Os modos de vida da juventude, dessa forma, representam as estratégias de construção de seus cotidianos que vão desde o exercício de atividades laborais, a presença em espaços de esporte e lazer, em grupos religiosos e atividades escolares, até a maneira com que vivenciam o consumismo, o relacionamento entre pares e as possibilidades de diversão presentes na comunidade. Os auto-conceitos, a identificação positiva com amigos, irmãos e professores e as concepções que possuem sobre a vida culminam por influenciar, também, o que se entende como os modos de vida da juventude em privação.

3.1 Compreensão Multidimensional da Pobreza e a emergência de novos indicadores para sua mensuração

O fenômeno da pobreza sempre esteve presente na história da humanidade (LACERDA, 2009). As diferentes definições e as variadas formas de abordá-la ao longo do tempo favoreceram a compreensão do processo de sua evolução fortemente relacionada à “(...) gênese da construção ideológica da pobreza” (SIQUEIRA, 2009, p. 3), fundamentada, inicialmente, em concepções cristãs de predestinação divina.

⁹ Segundo trecho original: “(...) ser pobre es un modo de vivir, de pensar, de amar, de orar, de creer y esperar, de pasar el tiempo libre, de luchar por su vida” (GUTIÉRREZ, 1992, p.32).

Entre os séculos XII e XV, a concepção de determinação divina da pobreza e a associação dos pobres a sentimentos positivos de compaixão e solidariedade (SPRANDEL, 2004) cederam lugar a compreensões dos sujeitos nessas condições como preguiçosos, vagabundos e incompetentes, enfraquecendo, assim o ideário espiritual da pobreza (SIQUEIRA, 2009). Ao pobre, mão-de-obra potencial, caberia a função de se adaptar às novas exigências do mundo do trabalho.

Durante os séculos XIX e XX, pesquisas foram desenvolvidas com o intuito de estimar a quantidade nutricional mínima necessária para garantir a sobrevivência de uma pessoa (LACERDA, 2009). O intuito era assegurar que um número reduzido de benefícios e beneficiários fossem mantidos, haja vista a necessidade do capitalismo de manter um excedente de mão-de-obra.

A pobreza passa a representar um tipo de deficiência na renda ou na capacidade de consumo dos sujeitos, sendo, para tanto, necessário estipular uma linha de pobreza como parâmetro de análise entre os ricos e os não-ricos (LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003; LACERDA, 2009). Encontra-se, neste aspecto, a base para a elaboração da Abordagem Monetária da Pobreza, fundamentada em concepções de mensuração e a identificação dos pobres (MATTOS, 2006).

De acordo com Néri (2006), a linha da pobreza dispõe sobre o limiar no qual o indivíduo possui capacidade de custear alimentação, vestuário, transporte e habitação, já a linha da miséria, representa o custo mínimo necessário para assegurar uma alimentação suficientemente calórica para manter viva uma pessoa. Segundo esta compreensão, o pobre seria o indivíduo pertencente a um agregado familiar cuja renda *per capita* estaria abaixo da capacidade de atender suas necessidades alimentares e não-alimentares, enquanto que, no caso da miséria ou indigência, nem mesmo a necessidade alimentar mínima seria sanada.

Há, presente no desenvolvimento de linhas de mensuração da pobreza, da miséria e da indigência, uma noção de bem-estar fundamentada em uma racionalidade utilitarista (MATTOS, 2006; LACERDA, 2009). Uma vez que “a ‘utilidade’ de uma pessoa é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade” (SEN, 2000, p.77), o consumo seria, do ponto de vista da Abordagem Monetária da Pobreza, caminho encontrado para obtenção de bem-estar individual por meio da satisfação de necessidades pessoais. Quer dizer, o bem-estar individual é estimado em função da utilidade gerada por meio do consumo de mercadorias.

Nesse sentido, o bem-estar social é fruto da “(...) maximização da soma das utilidades, ou a função consumo total” (LACERDA, 2009, p. 39), ao passo que a pobreza representa a impossibilidade do sujeito de viver sua utilidade total em decorrência de sua inviabilidade financeira.

A viabilidade econômica dos indivíduos (CHAUDHARY, 2009) e suas experiências de bem-estar são confundidas com seu poder de consumo, sendo este colocado como elemento primordial de análise e de definição da população pobre. Para Sloan (2009), o consumismo representa a estrutura ideológica central que sustenta a globalização corporativa, incidindo nos níveis: a) comportamental (consumo de bens desnecessários à sobrevivência); b) emocional (construção de um universo simbólico de bem-estar); c) cognitivo (o consumismo seria a força impulsionadora do crescimento) e d) institucional (apoio das instituições financeiras na manutenção e expansão do poder de compra dos indivíduos).

Uma vez associando a pobreza à incapacidade de consumo, as estratégias de enfrentamento a esta situação culminam por ignorar aspectos relevantes, reduzindo a uma única dimensão um fenômeno complexo que congrega múltiplos elementos. Contudo, o que pode ser percebido é a constante associação entre pobreza e desenvolvimento econômico, fazendo com que, em muitos países, as estratégias de combate à pobreza sejam confundidas com estratégias de desenvolvimento (ROLIM *et al.*, 2006). Ocorre, nestes casos, que as peculiares formas de expressão da pobreza no cotidiano dos indivíduos são mascaradas e sua superação é atribuída apenas às mudanças econômicas.

Tenciona-se, portanto, de um lado, o discurso entre um combate à pobreza associado meramente à distribuição de alimentos e valores monetários e, do outro, a necessidade de criação de condições estruturais e redes sócio-assistenciais para a sua superação, o que englobaria não somente medidas econômicas, mas, sobretudo, de saúde, educação, habitação dentre outras. Afinal, conforme ilustra Rolim *et al* (2006, p.514), “[...] dependendo da conceituação de pobreza considerada, serão propostas diferentes estratégias e programas para superá-la”, inclusive associando a esta concepção o reconhecimento de que indicadores sobre o desenvolvimento de uma nação devem considerar as diferentes esferas da vida humana em sociedade.¹⁰

¹⁰ De acordo com Rolim *et al* (2006), foi justamente a evolução de uma visão essencialmente econômica do desenvolvimento e que trazia como indicador sintético mais famoso o PIB (Produto Interno Bruto) *per*

Embora seja atraente o equívoco de atribuir ao descompromisso das organizações sociais e instituições a responsabilidade pela perpetuação da pobreza (SLOAN, 2009), tal atitude, é bem verdade, apenas corrobora para a manutenção da compreensão da pobreza como fenômeno dissociado de campos como a saúde, a educação e a habitação ofertadas à população. É preciso ter em mente que a definição dos critérios de pobreza em patamares mínimos de renda reduz a atuação das políticas sociais (LACERDA, 2009) ao centralizar em um único elemento o caminho de superação de um fenômeno que possui raízes históricas concretas e inter-relacionadas a vários elementos da vida cotidiana.

Assim, a ampliação da concepção de pobreza, avançando em direção ao reconhecimento das necessidades peculiares dos indivíduos inseridos em contextos sociais e culturais específicos, possibilitaria que novos elementos sejam acrescidos com o intuito de alcançar sua superação. Este processo de expansão conceitual, que, desde já, anuncia também transformações metodológicas nas alternativas visualizadas para transformação desta realidade, permite o avanço em direção a um enfoque multidimensional da pobreza, segundo o qual, uma vez nesta condição, o indivíduo passa a conviver com situações adversas de sobrevivência material e simbólica.

Segundo Amartya Sen (2000), o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelos indivíduos e não meramente com sua associação ao crescimento do Produto Nacional Bruto de um país, ao aumento de rendas pessoais, ao avanço tecnológico, ao processo de industrialização ou à modernização social. É preciso ter em mente que, aos fatores expressos pela economia nacional, faz-se necessário associar as disposições sociais, políticas e econômicas dos indivíduos, as possibilidades de garantia de seus direitos civis e os modos como vivem e tomam decisões. Assim,

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.18).

O enfoque sobre a pobreza, ao ser adotada esta perspectiva de desenvolvimento, deve recair sobre a situação de privação de capacidades as quais os sujeitos estão submetidos. Significa dizer que, diferentemente de métodos normativos de análise da

capita para uma conceituação mais ampliada, que favoreceu o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a ser melhor abordado posteriormente.

pobreza, que a definem em termos de limite (ou limites) baseado em padrões mínimos de vida (BOLTVINIK, 1996), a abordagem da pobreza como privação de capacidades foca sua atenção nas possibilidades reais dos indivíduos de exercer sua liberdade.

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente exposto, a liberdade para ter estilos de vida diversos) (SEN, 2000, p.95).

Contudo, é necessário enfatizar que, segundo tal enfoque, a ausência de renda pode sim designar uma das razões primordiais da privação de capacidades de uma pessoa (SEN, 2000). No entanto, outros elementos como o funcionamento social de uma população (padrões de consumo, por exemplo) devem ser considerados.

Enfatiza-se, portanto, as capacidades e oportunidades disponíveis aos indivíduos para que tenham uma vida longa e saudável, sejam alfabetizados e participem livremente na sociedade em que vivem (ROLIM *et al*, 2006). Com isso, redireciona-se o indicador da pobreza dos meios (são pobres os que têm uma renda pessoal ou familiar abaixo de um determinado nível) para os fins (são pobres os que não possuem as habilidades e oportunidades mínimas para viver em um nível aceitável). Esta mudança nada mais é que uma demonstração da ênfase sobre a qual recai a abordagem das capacidades: a liberdade individual.

Nesse sentido, o ser humano é dotado de um potencial para transformação, necessitando, para tal, que processos e oportunidades sejam assegurados tendo em vista o alcance de sua liberdade. Caberia, porém, ao Estado e a sociedade o compromisso social para o fortalecimento e a proteção das capacidades humanas (SEN, 2000)

Considerando a importância do reconhecimento da pobreza como elemento multifacetado e, por conseguinte, multidimensional, o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010a, p.98), esclarece que suas dimensões

(...) vão muito para além de rendimentos inadequados, abrangendo a saúde e a nutrição deficientes, um baixo nível de educação e competências, meios de subsistência inadequados, más condições de habitação, exclusão social e falta de participação. (PNUD, 2010a)

Baseando-se na Abordagem das Capacitações, o PNUD, em parceria com centro de pesquisas *The Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), elaborou

o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Este índice, que substituirá o Índice de Pobreza Humana (IPH) ¹¹ utilizado desde 1997, foi formulado com o intuito de fornecer um retrato amplo da pobreza (PNUD, 2010b). Ele integra as dimensões educação, saúde e padrão de vida, também consideradas para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ¹², acrescentando a elas dez indicadores com pesos diferenciados, conforme podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Relação entre dimensões, indicadores e pesos correspondentes para o cálculo do IPM

| Dimensão | Indicador | Há privação se... | Peso no índice |
|-----------------------|---------------------------|---|-----------------------|
| Educação | Anos de Estudo | Nenhum membro do domicílio completou 5 anos de estudos | 16,70% |
| | Matrícula das crianças | Pelo menos uma criança em idade escolar não estiver freqüentando | 16,70% |
| Saúde | Mortalidade | Pelo menos uma criança na família morreu | 16,70% |
| | Nutrição | Pelo menos um adulto ou criança desnutrido | 16,70% |
| Padrão de Vida | Eletricidade | O domicílio não é servido por eletricidade | 5,6% |
| | Sanitários | A estrutura de sanitária não é adequada ou é partilhada com outros domicílios | 5,6% |
| | Água | O domicílio não tem acesso à água potável ou a fonte de água potável está a mais de 30 minutos a pé de casa | 5,6% |
| | Piso | É de terra, areia ou esterco | 5,6% |
| | Combustível para cozinhar | A família usa lenha, carvão ou esterco | 5,6% |
| | Bens domésticos | O domicílio não tem mais de um: rádio, TV, telefone, bicicleta ou moto e se não tem carro ou trator | 5,6% |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010b)

¹¹ O Índice de Pobreza Humana (IPH) considera o desenvolvimento humano a partir de três variáveis: a) vulnerabilidade à morte prematura; b) analfabetismo; e c) padrão de vida abaixo do aceitável, o que compreende a falta de acesso a serviços de saúde, água potável e alimentação adequada (PNUD, 1997).

¹² A mudança no cálculo do Índice de Pobreza está atrelada, também, a mudança no cálculo do que já é chamado de “novo Índice de Desenvolvimento Humano”, algo mais adaptado a preferir leituras sobre a perdas no desenvolvimento humano devidas às desigualdades na saúde, na educação e no rendimento (PNUD, 2010a; 2010c). Neste indicador, por exemplo, a variável ‘Alfabetização’ foi substituída por ‘Anos médios de estudo’, o que poderá auxiliar na discriminação do processo educacional junto à população e na conseqüente realização de ações para sua melhoria.

Segundo esta nova concepção, uma família para ser considerada multidimensionalmente pobre deve estar em situação de privação de, pelo menos, dois até seis indicadores do IPM, obedecendo ao peso atribuído a cada indicador específico na medida geral. Assim, seu cálculo resultará da “(...) contagem da pobreza multidimensional (o número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais) e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre (a intensidade da pobreza)” (PNUD, 2010a, p.114), o que permitirá uma leitura mais cautelosa e ampliada sobre situações de carências que vão além daquelas oriundas da pobreza de rendimentos.

As mudanças propostas com a adoção do IPM, contudo, não retratam interesse em negar os valores obtidos nas pesquisas realizadas adotando-se os critérios do IPH, por exemplo. Ao contrário, pretende-se, complementar as medidas da pobreza monetária, incluindo a estimativa de 1,25 dólares por dia, e a elas acrescentar peculiaridades inerentes a vida dos indivíduos e que não estavam sendo abordadas nos indicadores anteriores.

Com isso,

o novo indicador revisa para cima o número de pessoas em estado de pobreza no conjunto de 104 países que abrigam 5,2 bilhões de habitantes (78% do total mundial). Segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), quase um terço da população das nações abrangidas (1,75 bilhão de indivíduos) vive com privações (PNUD, 2010a, p.1).

Se, na América Latina, em 2008, ocasião na qual a região concentrava cerca de 563 milhões de habitantes (CEPAL, 2009a), deste total, 180 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza e 71 milhões em situação de indigência ou miséria (CEPAL, 2009b), de acordo com estimativas referenciadas nos padrões de renda, a implementação dos parâmetros de privações do Índice de Pobreza Multidimensional revelariam quadro ainda mais alarmante. Para se ter uma idéia, visualizando apenas a questão da desigualdade nos rendimentos, a região que abrange a América Latina e Caraíbas¹³ congrega, atualmente, nove dos 15 países do mundo com maiores perdas no Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010b).

Quanto à realidade brasileira, segundo o IPM, já se sabe que 8,5% da população total do país, atualmente mensurada em cerca de 185 milhões, vive em situação de pobreza multidimensional e 13,1% se encontra em risco de entrar nessa condição. Há,

¹³ Caraíbas, ou Caribe, representa o conjunto de arquipélagos entre a América do Norte e América do Sul.

também, uma percentagem de 28,2% de habitantes com privação em pelo menos uma das dimensões do IPM, sendo 20,2% com ao menos uma grave privação em educação, 5,2% em saúde e 2,8% em padrão de vida (PNUD, 2010a). Em termos de rendimento domiciliar per capita, estima-se que, no Brasil, 3,7% da população residente na zona urbana se encontra em pobreza extrema, vivendo com renda mensal de até R\$ 70,00 e 11,5% em situação de pobreza, com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, que equivale à R\$ 127,5. No cenário rural, estes dados sobem para 20,8% dos sujeitos em situação de extrema pobreza e 39% em pobreza (IBGE, 2011)¹⁴.

Manifestas no cotidiano dos povos, porém, as expressões da pobreza são ainda mais assustadoras que os números obtidos nas pesquisas. Ela se perpetua através de modos de acumulação de capital, de ‘círculos perversos’ (KLIKSBERG, 2002) que originam processos regressivos, de construções ideológicas que mantêm a opressão e o sentimento de ‘ser menos’, incapaz de alterar suas circunstâncias de vida e, assim, empreender processos de mudanças sociais profundas.

Neste estudo, portanto, é interesse apresentar como estes círculos de pobreza e de marginalização se imprimem no cotidiano dos povos da América Latina e, especificamente, do Brasil, atingindo a juventude pobre como contingente vulnerável a estas variáveis. Afinal, como afirma Sen (2000), dentre os fatores que acentuam a relação negativa entre renda e privação de capacidades estão, justamente, aqueles referentes às necessidades dos grupos etários, os quais estão inclusos os mais jovens.

3.2 Pobreza e opressão: faces da dominação de um povo

O fenômeno do empobrecimento da população dos países que compõem a América Latina não possui raízes somente em suas “condições econômicas recessivas” (KLIKSBERG, 2002, p.15). A este fator, é preciso acrescentar a dinâmica opressora vivida pelos povos latino-americanos desde o seu período de colonização (SPRANDEL, 2004) e que contribuiu para rígidas estratificações das sociedades em classes sociais.

¹⁴ O governo brasileiro, em virtude da necessidade de adotar parâmetros monetários para definição dos beneficiários para seus programas e políticas sociais, instituiu diferentes cortes de renda domiciliar *per capita*, sendo, então, consideradas pobres as famílias cuja renda se situa abaixo de determinado patamar monetário. O Programa Bolsa Família, que designa uma ação governamental brasileira responsável pela transferência de renda com base em condicionalidades, por exemplo, considera extremamente pobres as famílias com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 70,00 e pobres aquelas com até R\$ 140,00 *per capita* (IBGE, 2011).

A face mais nociva da herança colonizadora, dessa forma, não foi apenas a histórica concentração da posse da terra (SILVA, 2006), que auxiliou para o conseguinte processo deficitário na distribuição de renda. A perpetuação de relações autoritárias de poder, advindas da exploração colonizadora (FANON, 2001), manifesta-se até os dias atuais por meio da herança de dominação que mantém a desigualdade social. A sobreposição dos ideais dos colonizadores aos colonizados, à época assegurada por meio do uso da violência, de baionetas e canhões (FANON, 2001), atualmente se vale de mecanismos mais silenciosos, mas não menos violentos, dentre os quais podem ser citados o desemprego, a imposição de ideais de consumo, a destruição do meio ambiente e o acesso precário a condições mínimas de salubridade e saneamento, que reforçam a distância entre uma pequena minoria rica e uma grande maioria pobre ou miserável.

As experiências de privações alimentares vividas na infância e narradas pelos jovens participantes da pesquisa, por exemplo, aparecem fortemente relacionadas ao desemprego dos pais. A jovem Beatriz narra as conseqüências deste fenômeno em sua dinâmica familiar.

Não vou mentir, eu já passei muita necessidade, não eu exatamente, mas a minha família toda. O meu pai teve uma época que ele parou de tudo. Era uma época que era proibido falar em construção civil, que não existia. (...) Teve uma época em que ele parou e a gente tudo pequenininho, nenhum de maior ainda pra poder ajudar em casa. (...) E assim, a gente vendia o almoço pra comprar a janta, vendia a janta pra comprar a merenda do dia. Quando eu era pequena e tomava leite, a gente tinha minha vó que dava. A minha casa era pobre, pobre, pobre. (BEATRIZ, GF2, p.4).

As privações alimentares aparecem em situações vividas já nos primeiros anos de vida dos sujeitos e que permanecem como memória tanto por meio de suas próprias lembranças como pelas de seus familiares. Maria (GF2, p.14) complementa: *“Quando eu era pequenininha, no tempo que meu pai ficou desempregado, minha mãe disse que eu via minha vizinha tomando mingau e ficava olhando. Minha mãe chorava desesperada, porque ela num tinha condições”*.

Contudo, embora frente às melhorias nas condições de vida narradas pelos jovens quando em comparação de suas experiências infantis, suas privações alimentares, atualmente, dão-se pela restrição no acesso a determinados alimentos. Segundo Maria (GF2, p.13): *“Essa semana só comi linguiça, mas se só tiver linguiça, todo mundo come [risos]! É a comida dos próprios escravos, mas é a vida, a gente vai levando... [risos]”*.

Os pais, possuidores de baixa qualificação, ficam à mercê das situações de mercado que privilegiam uma ou outra ocupação segundo sua lucratividade. Assim, o

fenômeno da pobreza, ao colocar os sujeitos em constantes situações de privação, os submete a processos regressivos que reforçam a insegurança pessoal e originam ‘círculos perversos’ (KLIKSBERG, 2002).

O círculo perverso: “família pobre, educação incompleta, desemprego, pobreza”, vai interagir com outros círculos perversos, como o da “falta de acesso a bens essenciais como água potável, instalações sanitárias, eletricidade, má saúde, dificuldades profissionais”, ou o de “delinqüência, impossibilidade posterior de encontrar trabalho para reintegrar-se, probabilidade de reincidir na delinqüência”. No conjunto da situação vai sendo produzido um acentuado processo de exclusão social (KLIKSBERG, 2002, p. 26).

Com isso, tem-se que viver em condições de pobreza não se refere apenas, se é que podemos minimizar os sentimentos subjacentes a este fenômeno, conviver com a carência material, com o conteúdo não acessível aos indivíduos. Ao contrário, experienciado na concretude do cotidiano dos indivíduos está a fome, o analfabetismo, o desrespeito aos direitos humanos, a inexistência de condições adequadas de habitação, as desigualdades experienciadas no acesso aos de serviços públicos, os sentimentos oriundos da experiência de ser tratado como sujeito à margem da sociedade, subalterno, e o constante cercear de liberdades individuais.

Segundo apresentado pelos jovens, suas experiências de privação não estão restritas às carências alimentares, elas se expandem para privações de acesso a moradias adequadas, às atividades de esporte, lazer e educação e aos serviços de saúde. Maria (GF2, p.14), por exemplo, descreve “*Lá em casa é pequeno, é um ovinho. A pobreza é ao mesmo tempo muito presente na vida da gente, mas também é distante, porque a gente vive bem, tem o que comer todo santo dia*”.

Ocorre que, entre os jovens, há a associação da pobreza à ausência de renda e à incapacidade dos sujeitos de prover bens para aquisição de alimentos. Ser pobre, portanto, aparece como algo observado na realidade que vivenciam ao andar pelas ruas de sua comunidade e que, de certa forma, faz parte de uma realidade externa a sua. Em determinados momentos, os jovens se definem como estando em um ponto intermediário entre a pobreza e a riqueza, pois se vêem tendo o essencial para viver. Segundo Maria (GF2, p.13), “*Eu não vou dizer que eu sou pobre [risos], mas também não sou rica*”. João (GF1, p.14), por sua vez, esclarece que “*Pobreza, basta andar três quarteirões aqui pra você ver. Tem muitas pessoas carentes aqui, questão de*

financeiramente. Às vezes eu olho assim pra mim e lembro que tenho um pai que me apóia nas coisas (...)”.

Entretanto, percebe-se que os jovens possuem, associadas às suas experiências de privação, experiências de abandono e de agressão ocorridas na infância e no início da adolescência. As situações de abandono vividas pelas jovens Yara, Amanda e Luana foram ocasionadas por motivos distintos, perpassando questões como conflito familiar decorrente da separação dos progenitores, disposição para adoção nos primeiros meses de vida pelos pais biológicos e doença crônica acompanhada do falecimento da mãe.

Yara expôs o abandono inicial do lar pela mãe quando tinha seis meses. Anos depois, foi a vez de seu pai tomar a mesma atitude. Ela declara: *“Aí meu pai deixou a gente com a minha vó num final de semana, pra ir viajar com ela, minha madrasta, e aí até hoje... Tipo... Nos abandonou. Já vai fazer 12 anos já que ele foi embora”* (YARA, GF1, p.2). Luana (GF2, p.5), por sua vez, descreve sua família após a morte precoce da mãe:

E assim, família, não tenho muito o que falar, porque eu moro sozinha com meus irmãos. Minha mãe faleceu faz uns 5 anos, ela deixou 4 crianças, o mais novo com 2 meses de idade. Aí fiquei responsável por eles. Aí eu cuido deles sozinha, minha vó vai lá de vez em quando me ajudar um pouquinho.

Por conseguinte, as experiências de agressão vivenciadas dizem respeito a maus-tratos infantis e atos violentos proferidos contra eles e seus familiares. A jovem Yara (GF1, p.2) narra a violência doméstica a que era vítima: *“Como ele [pai] saía pra trabalhar, né, ela maltratava demais eu e meu irmão. Como minha vó morava só, ela sempre defendia né, mas num era, assim.. Quando como ele chegava tarde em casa, pronto!”*.

Os atos violentos aos quais os jovens são vítimas, contudo, se estendem ao longo de suas vidas. Eles vêm seus familiares sendo vítimas e causadores de atos violentos. Chico narra a agressão sofrida pelo irmão usuário de drogas e envolvido com furtos e a experiência de ter sido confundido com ele.

No ano de 2008, se não me engano, ele teve 4 tiros: um na mão, que atravessou, um tiro na perna, outro na barriga e o outro esqueci onde foi. Lá em Sobral, um dia eu tava indo pra casa da minha vó e tinha 2 caras que queriam matar ele e os caras pensava que fosse ele. Aí eu fui mais pra frente pros cara ver que era eu. Depois pegaram a bicicleta e saíram fora. Aí eu continuei mais meu pai andando” (CHICO, GF2, p.4).

Beatriz (GF2, p.4), por sua vez, relata a atitude proferida pelo irmão frente à iminência de ser assaltado.

Teve um irmão meu que passou bem próximo da morte, saiu de madrugada pra procurar emprego e um ladrão... Meu irmão, como é muito agressivo, ele não admite esse tipo de atos, ele vai pra cima do ladrão e não quer nem saber, reage ao assalto. Mas graças à Deus nunca aconteceu nada pior, ele só saiu ferido, mas hoje tá bem, tá em casa.

Os jovens estão, direta ou indiretamente, envolvidos com atos de violência. Ela perpassa seus cotidianos e impõe, inclusive, a adoção de posturas peculiares diante das situações cotidianas, quer sejam de preocupação e cautela, quer de enfrentamento do risco, como mencionado por Chico e Beatriz. Assim, é necessário que se atente para o fato de que, mesmo sendo de grande relevância considerar o aumento expressivo na vitimização por homicídio dos jovens brasileiros (WAISELFISZ, 2011), dano que merece ser igualmente observado é como a violência interfere nos modos com que os jovens compreendem os acontecimentos diários e tomam atitudes diante da iminência de ações agressivas.

Interessante lembrar que, durante o advento e a expansão dos governos ditatoriais na segunda metade do século XX, vários países da América Latina viveram “(...) momentos históricos de enorme dilaceramento social que custaram a vida de várias centenas de milhares de civis” (GABORIT, 2009, p.245). Atualmente, um número igualmente alarmante de óbitos envolvendo jovens vem sendo obtidos. Estima-se que há uma incidência de “(...) duas vezes e meia mais homicídios juvenis do que nas restantes faixas etárias” (WAISELFISZ, 2011, p.73).

Martín-Baró (1995, 1998) previu que, à época dos governos ditatoriais das décadas de 1970 e 1980, a expressão mais perniciosa dos combates instaurados não era a luta militar, mas sim a guerra psicológica. Este tipo de guerra tem como intuito obter a vitória através da conquista das mentes e corações dos inimigos. São desenvolvidas estratégias bélicas, mas não militares no sentido estrito (MARTÍN-BARÓ, 1998), que vão da desmoralização do rival, do convencimento de sua inadequação ou incapacidade de seguir lutando, até o questionamento das razões do conflito e busca por diferentes formas de resolvê-lo. Menosprezar a legitimidade da luta e convencer o sujeito de sua incapacidade correspondem, segundo esta ótica, a uma eficiente estratégia de luta e dominação psicológica. Nesse sentido, a insegurança pessoal corresponde

(...) a insegurança acerca das próprias crenças, insegurança sobre o próprio julgamento, insegurança sobre os sentimentos que experimentam, insegurança sobre o que é bom ou mal, sobre o que pode e deve fazer e sobre o que não pode nem deve fazer (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.232)¹⁵.

Submeter o indivíduo a situações de insegurança representa, segundo este raciocínio, o modo mais rápido e tranquilizador de fazê-lo aceitar a suposta existência de uma verdade oficial e se submeter a ‘uma ordem estabelecida’ (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.232), desvinculada de sua realidade e indiferente a suas necessidades.

No que concerne aos jovens, a submissão, desde seus primeiros anos de vida, às experiências de privação, abandono e agressão são elementos que reforçam sensações de insegurança tanto do ponto de vista social como pessoal. Tais experiências representam, ainda, elementos que compõem a definição de fatores de risco expresso por Koller, Moraes e Cerqueira-Santos (2009, p.18), que são as “experiências de violência intrafamiliar e na comunidade, exposição às doenças/drogas, deficiência, discriminação, institucionalização, vida na rua, conflito com a lei, empobrecimento/pobreza, separação/perda da família”.

Os fatores de risco, para além da descrição das situações de vida as quais estão submetidos os jovens brasileiros, designam todos os eventos negativos que aumentam a probabilidade de que os sujeitos venham a manifestar problemas físicos, psicológicos, comportamentais e sociais (KOLLER, MORAIS, CERQUEIRA-SANTOS, 2009). Os riscos não são determinantes de desenvolvimento psicopatológico (TROMBETA, GUZZO, 2002), mas predis põem os sujeitos e podem vir a interferir em seu desenvolvimento. Eles não se manifestam igualmente nos indivíduos, o que induz a ser pensado em termos dos processos que influenciam e que os ligam às suas conseqüências.

Contudo, quando se fala de contextos marcados pela pobreza, as vulnerabilidades decorrentes aumentam a incidência dos fatores de risco que, por sua vez, mantém e reforçam situações vulneráveis. Dessa forma, frente à vida em condições de pobreza, recaem sobre os sujeitos inúmeras circunstâncias que corroboram para a perpetuação de concepções sobre si como incapazes de transpor as situações de privação. A opressão, fenômeno psicossocial e coletivo que resulta em diferentes formas de violência e sofrimento individual (GUZZO, 2010), reúne as diferentes

¹⁵ Segundo o original (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.232): “(...) inseguridad acerca de las propias creencias, inseguridad sobre el propio juicio, inseguridad sobre los sentimientos que se experimentan, inseguridad sobre lo que es bueno y es malo, sobre lo que puede y debe hacerse o sobre lo que no se puede ni debe hacer”.

estratégias de convencimento do outro de sua incapacidade como estratégia de dominação e se ancora na pobreza para garantir sua perpetuação. Afirma-se, portanto, a relação existente entre guerra psicológica, fatores de risco, opressão e pobreza, segundo a qual uma está intimamente relacionada à outra. Afinal, uma vez em situação de pobreza, as experiências de privação, abandono e agressão, que reforçam sentimentos de insegurança próprios da guerra psicológica, acentuam o sentimento de incapacidade decorrente da opressão oriunda da vulnerabilidade de viver na pobreza.

Nesse sentido, a opressão se afirma como a contenção, a subordinação à consciência do amo (FREIRE, 1980), a compressão de um povo ou de uma classe social por outro povo ou outra classe. Nestas circunstâncias, o risco é que, uma vez tendo interiorizado a opinião do opressor sobre ele, o oprimido passe a desenvolver uma compreensão de si como desprezível, incapaz.

Não obstante, quando já não é mais possível evitar tamanho menosprezo, são os próprios acontecimentos do cotidiano opressor que culminam por colocar o indivíduo frente a um processo de constante humilhação social, que deturpa a imagem que ele tem de si e de seu entorno. Nesse sentido,

o humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo – em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz – e também reconhecível em seu mundo – em seu trabalho e em seu bairro (GONÇALVES, 1998, p.14).

Nada mais coerente com este processo de aviltamento do que a constante difusão de concepções sobre os pobres associadas a uma culpabilização pelos seus fracassos, ao desenvolvimento de discursos sobre sua (in)competência em obter um determinado padrão de vida; e sua permanente associação à violência (EUZÉBIO FILHO; GUZZO, 2006). Por fim, eles “ouvem dizer tão freqüentemente que não servem para nada, que não podem aprender nada, que são débeis, preguiçosos e improdutivos que acabam por convencer-se de sua própria incapacidade” (FREIRE, 1980, p.61).

Os jovens apresentam concepções sobre a pobreza perpassadas por elementos religiosos, compreendendo-a a partir de referenciais de pena, caridade e amor ao próximo. Eles declaram não julgar os motivos que levaram os sujeitos a pobreza. A transposição da realidade de privação, para eles, somente é possível por meio do repasse de valores monetários. Uma vez que não possui este poder de transformar a vida do outro, o jovem João afirma se sentir inferior diante do que observa.

Assim, às vezes, eu num julgo não por isso ter acontecido, mas eu me sinto um tanto inferior, porque você não pode né, ajudar completamente aquela pessoa pra mudar de vida, né? Mas o pouco que eu tenho, eu tento assim ajudar, sabe? Tem uns amigos meus com a vida assim um pouco, como posso dizer? Não tem assim apoio de pai, os pais num dão conselho, só eu que dou conselho pros meus amigos, assim. Antigamente eu dava né, porque agora eu tô um pouco sem tempo. Aí assim fico um pouco triste por isso acontecer, mas eu num posso fazer nada né? Acho que quando uma pessoa chega a pedir paz, é preciso que ela tenha nela primeiro né, e eu me sinto um pouco assim... Um pouco triste por causa disso. (JOÃO, GF1, p.15).

A humilhação social aparece, assim, como reforçadora da sensação de incapacidade frente a uma realidade social que parece impossível de ser transformada também pelo sujeito que a observa. Por conseguinte, a idéia da caridade cristã destinada aos menos favorecidos economicamente cedeu lugar a uma visão social de que o responsável pela ajuda está sendo ludibriado, enganado pelos sujeitos. A fala de Yara (GF1, p.15) traz elementos que estão associados a esta afirmativa.

Assim, o que é um real, se num vai fazer falta? Eu sei que aquele CD ali num vai me trazer nada, mas pra ele um real vai né, eu penso assim, entendeu? Eu gosto muito de ajudar as pessoas, às vezes me chamam até de besta: “ah, tu ajuda, essa pessoa tá é mentindo, tu dá esse dinheiro aqui, ela vai comprar outra coisa!”, mas eu tô ajudando, eu penso assim. Pra mim não importa o que ela vai fazer, eu dei pra ela, entendeu? Eu penso dessa forma. As vezes tem gente que maltrata no terminal.

A fala da jovem Yara é representativa de muitos sentimentos associados à pobreza. Há uma dualidade entre a visão do pobre que desperta compaixão e auto-responsabilização e a compreensão deste sujeito como responsável por sua situação, eliciador de sentimentos como a raiva e a desconfiança. Para a jovem Maria (GF2, p. 13), a pobreza está associada a algo que remete ao feio: “A gente pode dizer assim: “necessidade”. Mas aí é pior né?! Eu acho pobreza uma palavra tão feia!”.

A dificuldade dos jovens de se definirem como pertencentes ou não a pobreza possui relações com a idéia de exclusão, segundo a qual os sujeitos não estão totalmente excluídos socialmente. De acordo com Sawaia (2009a), é a relação dialética entre os processos de inclusão e exclusão ocorridos constantemente na vida em sociedade que possibilitam a distingui-lá como sistema à medida que assegura a manutenção de uma ordem social baseada na estratificação de classes.

Assim como o exercício do poder arbitrário e a desigualdade, o sofrimento ético-político se origina de práticas econômicas, políticas e sociais que reforçam a exclusão social (SAWAIA, 2003). Ele se refere ao

(...) sofrimento gerado pela situação de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano (por causa da pobreza ou em virtude da natureza restritiva das circunstâncias em que vive) (SAWAIA, 2009a, p.109).

A desigualdade social oriunda da pobreza, por sua vez, passa a se inserir no cotidiano dos indivíduos como uma diferença aceitável (CALIMAN, 2008), sorrateira em seu processo de agregar novos seguidores, despossuídos de bens e subestimados em suas potencialidades. Essa desigualdade, que é de renda e capacidades, manifesta-se em “(...) cada favela das cidades latino-americanas, em cada sinal de trânsito, em cada rua” (PORTO, 2010, p.4) e, no lugar de causar estranhamento, muitas vezes, torna-se elemento comum aos cenários urbanos.

Os jovens pesquisados ressaltam a pobreza que observam cotidianamente na comunidade em que moram. Beatriz (GF2, p.14) analisa a situação atual e declara: *“Aí é por isso que eu digo, existe pobreza e miséria, existe muita pobreza ainda, principalmente aqui no Bom Jardim. Tem aqueles programas: Bolsa-família, bolsa-escola, mas ainda não ajuda a diminuir a pobreza que existe aqui”*. Ocorre que as mudanças propostas pelo governo brasileiro para a situação sócio-econômica de sua população, em certo sentido, ainda é difícil de ser percebida pelos jovens que convivem cotidianamente com a pobreza.

Fruto de processos históricos de dominação e sobreposição de uma nação à outra, a desigualdade social é produto de uma ideologia que dá continuidade e legitima os padrões de produção capitalista, que destitui o homem de sua totalidade (WOLFF, 2009) e se intensifica como condição necessária ao desenvolvimento econômico. Nesse contexto, pobreza e miséria se tornam elementos de controle ao servirem como referência ou fator de dissuasão para os trabalhadores, ameaçando-os de que, caso percam seus trabalhos, facilmente se tornarão pobres e miseráveis (CALIMAM, 2008).

Seguindo esta lógica perversa, a opressão e exploração presentes no cotidiano dos países latino-americanos passam a representar uma condição “necessária ao desenvolvimento dos países imperialistas e à concentração da riqueza nas mãos de uma burguesia nacional serviçal dos países ditos desenvolvidos” (GÓIS, 2008, p.46). Há, dessa forma, perpetuações da dialética dominação-opressão (SANTIAGO, 2007) como instrumento de controle e de manutenção de dependência, ao colocar uma sociedade ou uma classe como objeto de uma outra sociedade ou de outra classe, assim como indivíduos dependentes de outros indivíduos.

Assim, em benefício da perpetuação do modelo capitalista e da acumulação de riquezas, o eixo estruturador da sociedade passa a ser a exploração dos seres humanos e depredação da natureza, de modo que aquele que conseguir se manter nessa dinâmica e obedecer a essa lógica, obterá promessas de riquezas (GUZZO, LACERDA JÚNIOR, 2007). Em contrapartida, aquele que não se adaptar a estas condições, negando as constantes advertências oferecidas pelos padrões capitalistas, será responsabilizado por seu insucesso, mascarando, assim, a dialética dominação-opressão presentes nas relações de mercado.

Contudo, embora o crescimento da desigualdade na América Latina tenha condicionado a forma de existir, a cultura, a política interna, as instituições e a história de seus povos, esta dominação não foi completa. Como anunciou Fanon (2001, p.47)¹⁶,

O colonizado é apanhado nas malhas fechadas do colonialismo. Mas vimos como, por dentro, o colono só recebe uma pseudo-petrificação. A tensão muscular do colonizado é liberada periodicamente em explosões sangrentas: lutas tribais, lutas de sofes, as lutas entre os indivíduos.

Ao contrário, a negação da identidade do povo latino-americano pelos seus opressores e a perpetuação de processos de naturalização de seus cotidianos através de redes ideológicas, econômicas e culturais, não foram suficientes para anular seus potenciais de vida e criatividade em lidar com estas questões¹⁷.

Ocorre, no entanto, que para resgatar os valores inerentes à libertação e à cidadania, é necessário empreender um processo de “negação da negação do indivíduo ou povo de serem mais” (GÓIS, 2008, p.46). É, então, urgente que superemos a tendência de focarmos a atenção para as formas mais macroscópicas e visuais da pobreza, para, assim, sermos capazes de visualizar os conteúdos simbólicos, ideológicos, políticos, culturais e psicológicos subjacentes a esta vivência.

Por conseguinte, quando nos atentamos a questionar a constituição da juventude, associada a esta temática surgem, costumeiramente, diversas problemáticas sociais como a marginalidade juvenil (CALIMN, 2008); abuso de álcool e drogas; gravidez

¹⁶ Segundo o texto original: “El colonizado se ve apresado entre las mallas cerradas del colonialismo. Pero ya hemos visto cómo, en su interior, el colono sólo obtiene una pseudopetrificación. La tensión muscular del colonizado se libera periódicamente en explosiones sanguinarias: luchas tribales, luchas de çofs, luchas entre individuos.” (FANON, 2001, p.47).

¹⁷ A exemplo deste poder de resposta, após a segunda metade da década de 1960, novas elaborações foram formuladas a partir, inicialmente, de reflexões de setores significativos do clero latino-americano. A ampliação deste movimento para outros campos de conhecimento que não só a teologia, deu origem ao que hoje chamamos de Teoria ou Paradigma da Libertação, que congrega ciências autenticamente latino-americanas (SANTIAGO, 2007), forjadas a partir das práticas de seus povos e de perspectivas de transformação da sua condição de dominados

precoce; comportamentos anti-sociais; desinteresse pelos estudos; infrações ilegais; violência (BASTOS *et al.*, 2008). Um movimento contrário, de consideração das experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação dos jovens, conforme afirma Abramo (1997), ainda é recente.

A situação se agrava, consideravelmente, quando ao termo juventude acrescentamos a expressão ‘pobre’. Talvez por isso, seja preciso questionar até onde a compreensão sobre este público responde a questões originariamente deturpadoras da realidade em que vivem, dos anseios que possuem e das formas que compreendem os fatos cotidianos.

3.3 Ser jovem pobre: caminhos anunciados, caminhos desviados?

O termo juventude¹⁸ somente passou a ser amplamente utilizado a partir do século XX (GONÇALVES *et al.*, 2008; RAITZ, PETTERS, 2008; IULIANELLI, 2003), anunciando a crescente preocupação em atribuir uma identidade social e política aos sujeitos pertencentes a um grupo social específico. A expectativa, até então, era que a juventude se configurasse como processo de preparação dos sujeitos para inserção no sistema produtivo e para a construção de projetos pessoais autônomos de suas dinâmicas familiares de origem (HOPPENHAYN, 2004).

Contudo, o não cumprimento, nas sociedades modernas, do ciclo estimado entre mudanças etárias e integração produtiva e social, colocou a juventude como objeto de discussão e análise. De acordo com Hoppenhayn (2004, p. 15), “conflito ou apatia política, abandono escolar, adiamento da maternidade, desemprego em massa, crises normativas ou condutas de risco tornam-se parte da linguagem que a sociedade usa para se referir aos jovens”¹⁹.

¹⁸ Almejando diferenciar os termos juventude e adolescência, Waiselfisz (2004) expôs que o primeiro se remete a um segmento populacional que faz parte de uma determinada sociedade, a passo que o segundo conduz a um aspecto mais relacionado ao plano individual e demarcado cronologicamente. No presente estudo, optamos por utilizar o termo juventude uma vez que o mesmo está em coerente com o intuito de desenvolvermos uma compreensão ampla deste segmento.

¹⁹ Texto original: “Conflictividad o apatía política, deserción escolar, postergación de la procreación, desempleo masivo, crisis normativa o conductas de riesgo pasan a ser parte del lenguaje que la sociedad usa para referirse a la juventud” (HOPPEHAYN, 2004, p. 15).

A multiplicidade de elementos envoltos na definição da juventude, que perpassa divergências quanto às delimitações etárias²⁰, contribuiu para a sua compreensão como categoria social (GROPPO, 2000) ou segmento populacional (WAISELFISZ, 2004) capaz de integrar as representações histórico-culturais, simbólicas e as situações sociais vivadas pelos indivíduos. O próprio advento de seu uso no contexto histórico da modernidade, aliado às situações sociais específicas, ressalta a variedade de elementos relacionados a sua definição. Ocorre, então, que não é possível apresentar uma juventude homogênea (HOPPEHAYN, 2004), segundo um conceito definido, cristalizado em torno de limites etários ou elementos culturais fixos, pois esta ação representaria o risco de tentar reunir, sob um único bloco, uma multiplicidade de identidades (KIMMEL, WEINER, 1998).

Na realidade dos grupos sociais concretos, cada recorte sócio-cultural²¹ permite que seja observada uma pluralidade de juventudes. Assim, “cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes” (GROPPO, 2000, p.15). Abramo (2005) considera a condição juvenil como etapa de preparação no ciclo de vida que liga a infância à vida adulta para o exercício de funções de produção, reprodução e participação na sociedade. Contudo, Martín-Barbero (2008) ressalta que um dos sinais da grande mudança nos estudos sobre a juventude está na a relativização da questão cultural no processo de análise da condição juvenil.

A existência de uma ‘des-ordenamento cultural’, utilizando o termo de Martín-Barbero (2008), em meados dos anos de 1990 favoreceu para que a escola, até então tida como modelo social de comunicação, dividisse esta função com os meios audiovisuais e as novas tecnologias. Os jovens passam a exercitar novas estratégias de sociabilidade e visibilidade. A profusão de representações midiáticas do ‘ser jovem’, aliadas aos ideais de consumo e as experimentações oriundas das vivências urbanas, passaram a fornecer substratos para a compreensão dos “(...) processos de formação de imaginários, da constituição de comportamento e, efetivamente, da cristalização de dinâmicas de auto-percepção e afirmação de si” (ROCHA, SILVA, 2008, p.112). Contrariamente ao ideal da juventude como momento áureo de transição entre os cuidados familiares e o anúncio da inserção nas responsabilidades do mundo adulto, a

²⁰ A Organização das Nações Unidas, contudo, adota como critério demográfico a delimitação entre 15 e 24 anos para composição da juventude.

²¹ Compõem a concepção de recorte sócio-cultural, segundo Groppo (2000), a classe social, a etnia, a religião, o gênero a vivência em contextos rurais ou urbanos dentre outros.

realidade das maiorias juvenis dos países ibero-americanos é mais dura e menos utópica.

A proposta é, neste estudo, compreender que não existe uma juventude, mas juventudes como construções de determinadas sociedades que adotam múltiplas formas de vê-las a partir “(...) da conjugação de estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc” (ESTEVES, ABRAMOWAY, 2007, p.23). A estes elementos, somam-se, ainda, os aspectos sócio-econômicos a eles relacionados.

É bem verdade, os jovens convivem com inúmeros paradoxos (HOPPERNHAYN, 2004), que refletem as contradições existentes entre a idealização juvenil e a realidade a eles oferecida. Dentre os paradoxos, destacam-se: o maior acesso da juventude à educação e informações, que a empregos e lugares de poder; desenvolvimento de maiores expectativas de autonomia que a obtenção de opções de materializá-la; acesso a melhores condições de saúde, porém pouco conhecimento das causas de sua morbimortalidade; desenvolvimento de maiores aptidões quanto às mudanças produtivas, embora delas ainda excluídos; expansão do consumo simbólico e contraditória restrição do consumo material; grande noção de autodeterminação e protagonismo, enquanto convivem com condições de precariedade e desmobilização, e, por último, o contraste entre os papéis de receptores/objetos de políticas e a real capacidade de exercerem seus potenciais de agentes de mudanças.

Intrínseca à definição de juventude estão, portanto, conflitos que refletem os tensionamentos cotidianos vividos pela sociedade contemporânea. A pobreza aparece como questão social e econômica relacionada “(...) as situações de segregação, exclusão e vulnerabilidade a que nossos jovens se encontram” (WAISELFISZ, 2004, p.28), bem como as experiências de privação, abandono e agressão as quais estão sujeitos e que já foram mencionadas neste estudo.

A população jovem, quando inserida em condições de pobreza, encontra, se comparada ao restante da população, maiores dificuldades de sair desta situação (HOPPERNHAYN, 2004). Tal fato se deve tanto às dificuldades de alcançar a independência financeira e, assim, constituir sua própria família em situação distinta da de sua origem, como de conseguir superar as principais causas da perpetuação da pobreza em suas vidas. Dentre estas causas, Hoppehayn (2004) destaca: os baixos níveis de cobertura e qualidade dos serviços educacionais formais e informais, desvinculados do mercado de trabalho e da realidade dos alunos; a incapacidade do mercado de

trabalho de absorver a oferta de mão de obra juvenil devido a sua baixa qualificação e a precariedade das ocupações laborais oferecidas; as transformações e instabilidades familiares vividas pela grande maioria dos jovens pobres; a alta incidência de gravidez na adolescência, que contribui para a feminização do círculo da pobreza; a segregação espacial urbana, que impacta no acesso de políticas públicas com serviços deficientes; convivência com altos índices de violência e facilitado acesso ao uso de drogas, além da discriminação dos jovens, de seus símbolos e culturas pelo mundo adulto.

No que tange à realidade nordestina, contexto de desenvolvimento deste estudo, em 2009, estimava-se que 66,7% da população de crianças, adolescentes e jovens viviam em situação de pobreza ou miséria (AGÊNCIA BRASIL, 2009). Trata-se de um cenário no qual esta população se encontra impedida de ter acesso a bens como alimentação, vestuário, transporte e habitação. Somados a tal situação de privação, estão também os aspectos simbólicos intrínsecos à vivência na pobreza e as alternativas de sociabilidade encontradas pelos jovens.

Contudo, aos serem desprezadas estas variáveis, o que ocorre, costumeiramente, é a construção de referências e lugares sociais a partir da subalternidade (CRUANHES, 2000), atribuindo ao público jovem em condições de privação visões freqüentemente deturpadas ou generalizantes, encaixando-os equivocadamente em padrões formulados *a priori*. A família e a escola são consideradas como fragilizadas em seu potencial de promover o pleno desenvolvimento desses sujeitos. A existência de mecanismos complexos de estigmatização, por si, contribui para que as barreiras impostas pela exclusão social se tornem mais rígidas, dificultando a transição dos jovens pelas classes sociais (BASTOS *et al.*, 2008).

A vida em condições de pobreza, nesse sentido, implica em modos específicos de inserção no mercado de trabalho, quer pela restrição de acesso às políticas públicas, quer por deficiências em seus processos formativos ou pela vivência do estigma da pobreza. Beatriz (GF2, p.6), ao falar sobre a realidade de inserção no mercado de trabalho analisa,

O Jovem Aprendiz oferece muita coisa pra Aldeota, etc, mas quando você abre a boca pra dizer que é do Bom Jardim... Eles falam assim: “não, no momento não temos tendo uma solicitação do seu cargo” ou dizem que vão ligar...

Os jovens pobres são vistos como oriundos dos territórios da pobreza (COIMBRA, 2001) e, caso não tenham desde a infância suas virtualidades controladas,

poderão representar potenciais pertencentes às classes perigosas. Os próprios jovens, ao conversarem sobre a realidade no Bom Jardim, abordaram a questão dos roubos e uso de drogas envolvendo a juventude. Para quem está neste caminho, disse uma das jovens, restam três opções: cadeia, morte ou fugir (DC, 11/05/2011). O preconceito e a insegurança são as grandes dificuldades apontadas pelos jovens sobre a vida na comunidade.

O preconceito, no entanto, não é apenas dos sujeitos externos com os moradores do Bairro é, também, destes com a comunidade, como menciona Maria (GF2, p. 6).

Aqui existe um preconceito dos próprios moradores, acha que a violência aqui é grande, sabe? Tem medo de chegar no seu próprio bairro. Eu me sinto à vontade, mas ando segurando minha bolsa, olhando prum lado e pra outro. Você não conseguir chegar até a esquina é um lado ruim desse bairro, já pela fama dele que puseram ou tem, não sei. É um bairro violento como todo bairro, é perigoso, tem criminosos, mas acho que a própria comunidade deveria assim se unir, sei lá, encarar manifestações, pra abrir o olho dos moradores. Os próprio morador ajuda com o preconceito.

Dessa forma, ausentes análises aprofundadas sobre os impactos das causas da pobreza na vida dos jovens, a associação dos jovens pobres a problemáticas como a drogadição, o tráfico, a intolerância, a discriminação (CASTRO *et al.*, 2001), a violência, a exploração sexual (ABRAMO, 1997) e a marginalidade (CALIMAN, 2008) são difundidas sem que estratégias de intervenção sejam pensadas a partir da mudança da realidade estrutural nos âmbitos educacionais, de ocupação laboral, familiares, de convivência social dentre outros. Constrói-se, com isso, uma rede de associações na qual intrínseca a uma reflexão sobre a juventude pobre estaria o mito de sua periculosidade (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003) e criminalização, de sua incapacidade de transformar os caminhos apresentados como previamente delineados para seu futuro.

A vulnerabilidade social decorrente da pobreza é vista como condição de desenvolvimento da juventude e utilizada como legitimação da visão dos sujeitos nessas condições como potencialmente incapazes de transpor as barreiras econômicas, sociais e políticas as quais são submetidos.

Nesse sentido, em meio ao “risco de ser adolescente” (BASTOS *et al.* 2008, p.568) instaura-se um progressivo processo de vitimização dos jovens, no qual está presente desde o agravamento de questões como a violência, o abandono e a negligência até uma conseqüente diminuição de sua autonomia, participação e cidadania,

justificadas sobre a argumentação de sua suposta incapacidade de responder às expectativas sobre eles investidas.

Embora seja considerado que, assim como aponta Góis (2003), a desigualdade e a opressão oriundas de contextos marcadas pela pobreza afetam o indivíduo mesmo antes de seu nascimento, pois, logo no útero materno, o feto é submetido a situações de fome e rejeição, essas condições não são determinantes para o aniquilamento do potencial dos indivíduos. Afinal, mesmo diante dessa constante negação, indivíduos e povos podem descobrir um sentido de “ser mais”, de ser livre e de ser ético (GÓIS, 2008). É nesse sentido que

Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e luta, resistindo às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano, e conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital e entendida como inexorável e imutável (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p.35).

Assim, à medida que são destituídos de seu poder de expressão, quer no foro íntimo do cotidiano familiar ou nos espaços públicos de participação social, aos jovens cabe encontrar modos alternativos de expressão do desagrado de viver em privação.

Tais possibilidades, contudo, nem sempre são facilmente reconhecidas como estratégia de enfrentamento e mecanismo de denúncia às circunstâncias de opressão que vivenciam. Muitas vezes travestidas de comportamentos de passividade, desesperança, apatia, indiferença e rebeldia, estas posturas encontram suas raízes alicerçadas na realidade de pobreza experienciada pelos jovens. Contudo, há indícios, a partir do que propôs Martín-Baró (1998) e Góis (2003), de que estes comportamentos possuem estreitas relações com a maneira com que esses jovens vivenciam a exclusão social a qual estão sujeitos e que são agravadas por condições de privação.

Se, por um lado, a pobreza “(...) facilita sentidos culturais perversos, inclusive comprometendo a subjetividade, a criatividade (...)” (CASTRO *et al.*, 2001, p.25), este processo encontra grande força na dimensão ideológica estruturada a partir dessas condições ao propiciar a distorção do indivíduo de sua real compreensão dos fenômenos que os circundam.

Nesse sentido, a pobreza, o convívio com situações de privação e vulnerabilidade contribuem para a constituição de uma das faces da condição juvenil brasileira. Imersos nas classes pobres, os jovens desenvolvem modos de se relacionar, de se portar no convívio social; constroem conceitos que sobre si e sobre a vida e

adotam modos de compreensão dos elementos do cotidiano. Juntos, estes elementos corroboram para a construção do que poderia ser intitulado de constituição psicossocial da juventude em condições de pobreza.

3.4 Modos de vida da juventude pobre

De acordo com Jodelet (2009, p.53), “(...) a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma simbólica, através da qual, ela se traduz (...)”. Há, portanto, um movimento dialético: o sujeito desenvolve modos de se relacionar a partir da realidade a ele apresentada, ao passo que também a modifica segundo suas necessidades. As estratégias potenciais de resistência e luta se manifestam, então, no curso da vida dos sujeitos.

No que concerne a juventude pobre, assim como já exposto, a vivência nesta realidade impacta nas percepções desenvolvidas pelos sujeitos, nos conceitos que constroem e, talvez de maneira mais expressiva, nos modos de vida originários de suas experiências.

A categoria modos de vida será aqui abordada a partir dos elementos cotidianos dos jovens, das ações que desenvolvem, dos modos com que se vinculam e elaboram concepções sobre si, sobre a vida e a comunidade. De maneira distinta dos trabalhos que a compreendem em termos de padrões de comportamentos (NOBRE, 2005) e modos de relações (LEITE, 2010), a categoria modos de vida é considerada a partir das proposições de Borsoi (2005) e Pignatti e Castro (2008).

Borsoi (2005, p.31), durante estudo realizado com trabalhadores fabris, considerou modo de vida como

(...) uma categoria que aborda condições de vida, considera a vivência dos trabalhadores no sentido de como conduzem suas vidas – individual e socialmente, dentro e fora do trabalho – usufruem aparatos econômico-sociais e culturais visando atender as necessidades do corpo e da fantasia, buscam formas de adaptação e resistência às condições materiais de vida, aderem a determinado conjunto de normas e valores que justifiquem intrinsecamente as próprias ações, enfim, constroem sentido para a própria vida.

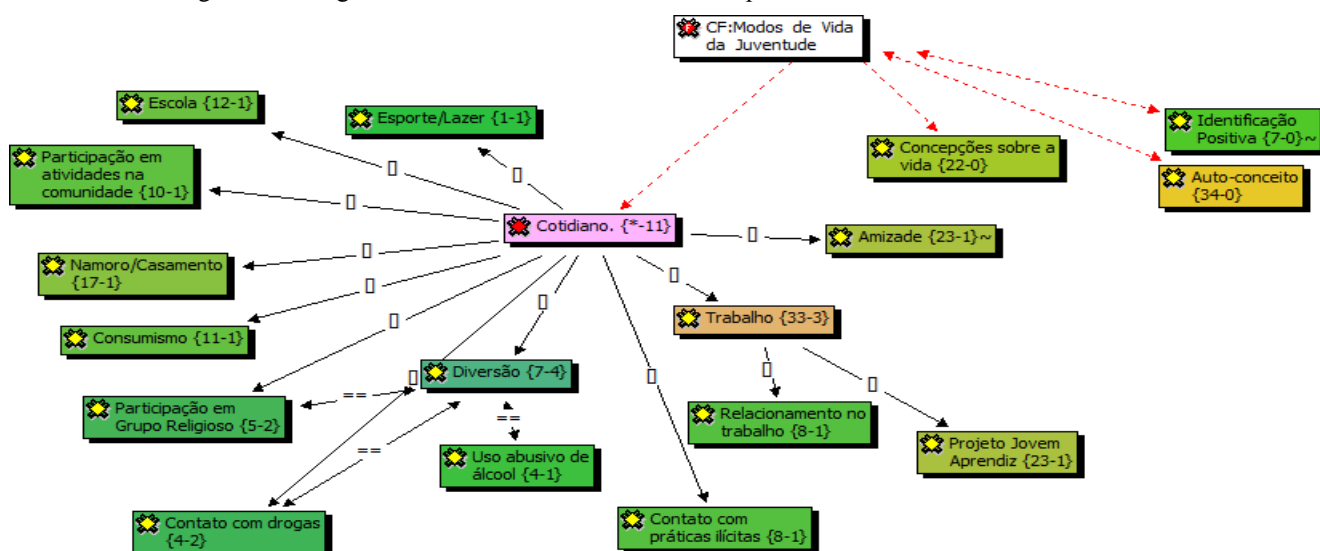
Por conseguinte, Pignatti e Castro (2008) propõem a definição de modos de vida a partir da concepção de *habitus*, termo elaborado por Bourdieu em substituição ao termo hábitos, pois este se associa, costumeiramente, a comportamentos cristalizados,

perpetuados no cotidiano como obediência não-reflexiva de regras sociais. O intento dos autores é afirmar que os modos de vida dos sujeitos se constituem como princípios geradores de escolhas e de condutas, postulando a interação dialética entre o vivido e o que vem a ser a consciência construída a partir do convívio em sociedade (PIGNATTI, CASTRO, 2008).

Nesse sentido, há uma relação dialética entre os modos de vida dos sujeitos, que são as experiências vividas, e sua consciência social. Estas experiências envolvem, ainda, a capacidade criadora, ativa e inventiva dos sujeitos em receber e reinventar suas heranças sociais e culturais, dando-lhes novos caminhos. Com isso, conforme exposto por Pignatti e Castro (2008), é a observação dos *habitus* dos indivíduos que permite compreendê-los em sua condição social, inclusive de maneira a poder descrever suas características e a dos grupos a que pertencem.

Observar os modos de vida da juventude, segundo tais concepções, permite compreender o cotidiano dos jovens como expressão de suas condições de vida, das escolhas e condutas que adotam e dos conceitos compartilhados como forma de manifestação dos processos adaptativos e de resistência às situações de vida. Após a análise dos materiais obtidos durante a pesquisa de campo, obteve-se com o auxílio do Software Atlas TI a Figura 1. Ele representa a tentativa de apresentar, por meio de esquema de relações, as interações existentes entre os elementos do cotidiano, os auto-conceitos, a identificação positiva com seus pares e as concepções dos jovens sobre a vida.

Figura 1 - Categoria 'Modos de vida da Juventude' a partir do Atlas TI.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 1, percebe-se que fazem parte do cotidiano dos jovens as atividades de esporte e fazer que realizam, suas atividades escolares, a participação em atividades na comunidade, os relacionamentos amorosos, suas práticas de consumo, a participação em grupos religiosos, o exercício de atividades laborais e de diversão. No que concerne à diversão dos jovens, a participação nos grupos religiosos aparece em suas falas como algo que remete ao entretenimento. Contudo, elementos que merecem destaque por estarem associados à diversão são ainda os recorrentes relatos de contato com drogas e uso abusivo de álcool nas ofertas de distração disponíveis aos jovens na comunidade. Na esfera trabalho, estão presentes aspectos do cotidiano no Projeto Jovem Aprendiz e dos relacionamentos experienciados pelos jovens nesses espaços. Por conseguinte, os auto-conceitos elaborados pelos jovens, a identificação positiva e as concepções que compartilham sobre a vida também aparecem relacionadas aos modos de vida da juventude.

3.4.1 O cotidiano dos jovens: “O meu é bem corrido!”

Freitas (2008, p.69) considera que “(...) é na vida cotidiana que são forjadas as ações, as possibilidades de intersecção com outros atores sociais, as diferentes maneiras de negociação, de tensão e de conflito”. Segundo a descrição dos jovens pesquisados, seus cotidianos estão marcados pelo desempenho de atividades laborais, presença em atividades escolares e participação em grupos religiosos e em atividades de esporte e lazer na comunidade. Como descreve Yara (GF1, p.2)

Assim, o meu [dia-a-dia] é bem corrido. Na segunda... Assim, eu, às vezes, eu fico em casa, às vezes eu faço volei lá na Vila Olímpica. Aí, terça eu tô em casa, quarta eu venho pra cá. Aí quinta eu vim pra cá, aí sexta eu vim pra cá e pronto, é assim que começa. Às vezes eu venho aqui no Movimento para ver as provas [], se já corrigiram e tudo mais, de noite eu vou pra escola, de tarde vou trabalhar, domingo vou pra igreja.

A dimensão trabalho, na fala dos jovens, aparece como o principal estruturador de suas rotinas diárias. Dispõe não somente das funções exercidas enquanto jovens aprendizes, como também integra atividades produtivas que realizam em horários alternados. Afinal, dos doze jovens participantes dos grupos focais, cinco exercem ações remuneradas aos finais de semana ou em horários noturnos. Marina, por exemplo, acumula duas atividades além do exercício administrativo na Empresa em que trabalha

como jovem aprendiz. É dela a expressão: “*Quinta eu fico na lan house que tem lá em casa. Quarta e sexta eu venho pra cá, sábado e domingo eu trabalho num salão, aí durante a semana, de segunda a sexta, trabalho no hotel.(...)*” (MARINA, GF1, p.2)”. Amanda, aos sábados, desloca-se para um bairro fortalezense de classe média alta a fim de vender cartelas de bingo. “*Sábado eu vou pra Aldeota vender Totolec*” (AMANDA, GF1, p. 2).

O acúmulo de funções pelos jovens reflete a precariedade das ofertas ocupacionais a eles oferecidas e que os coloca diante de relações de trabalho vulneráveis, caracterizadas pela informalidade e instabilidade. Por sua vez, os jovens dos seguimentos sociais mais favorecidos, diferentemente dos jovens pobres, permanecem maior tempo na casa dos pais, continuam estudando com o intuito de alcançar os crescentes níveis de qualificação exigidos pelo mercado de trabalho e entram mais tardiamente em contato com responsabilidades do mundo do trabalho (BORELLI, 2008).

Nesse sentido, as exigências comuns a juventude para que alcancem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional (WAISELFISZ, 2004), são mais difíceis de serem superadas em classes marcadas por condições de privação. Em contato diário com carências materiais, os jovens são inseridos, desde seus primeiros anos de vida, no exercício de trabalhos braçais em detrimento da participação em atividades intelectuais. Progressivamente, o trabalho passa a concorrer com a escola e com as estratégias de qualificação profissional complementar e, de modo distinto dos jovens de classe média, os jovens pobres são inseridos no mercado de trabalho com pouca qualificação e direcionados para ocupações subalternas. A jovem Amanda, contudo, diante da possibilidade de abandonar a escola, optou por abrir mão da vaga conquistada.

Fui selecionada pra outras entrevistas de trabalho. Numa eu tinha passado, só que não dava pra mim por causa dos meus estudos, porque era pra entrar 2 horas da tarde e ficava muito longe, esperava o ônibus por horas pra vir estudar aqui, ficava muito complicado. Aí eu não aceitei. Outra também não deu certo... (AMANDA, GF1, p.11).

A conquista do primeiro emprego, contudo, não significa a superação dos obstáculos do mundo do trabalho. Durante o exercício de suas funções, os jovens vivenciam dificuldades de diversas naturezas derivadas tanto da baixa qualificação, como do “(...) baixo grau de articulação política comparado ao de seus colegas adultos” (ABRAMOVAY *et al*, 2002, p. 46), e da competitividade derivada da instabilidade

laboral (CEPAL, 2003). Estes aspectos interferem nas possibilidades vislumbradas pelos jovens de obter crescimento profissional a partir das ações do Projeto Jovem Aprendiz, pois se vêem em contato com as dificuldades em atender as exigências formativas de seus locais de trabalho:

Eu trabalho diretamente dentro do Banco, só vão investir se a pessoa tiver uma faculdade, e é bem difícil... Entendeu? Porque tem a questão financeira, né. Eu acho que é bem difícil. O contrato é muito pouco tempo, a pessoa já tá cursando uma faculdade, tem que ser formada...(YARA, GF1, p.10).

A inserção no mercado de trabalho, muitas vezes apresentada aos jovens das periferias urbanas como anúncio de um futuro promissor (MOURA, 2008), coloca-os em contato com as problemáticas que estão no cerne da manutenção da vulnerabilidade social e que dificultam o acesso à saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. Afinal, o ‘círculo perverso’ de perpetuação da pobreza (KLIKSBURG, 2002) corresponde às relações entre ‘família pobre - educação incompleta – desemprego - pobreza’.

As famílias pobres, cenário de onde partem inúmeros trabalhadores, como já mencionado neste estudo, impõe modos de apropriação dos sujeitos com a realidade do mundo do trabalho e com os espaços de qualificação. Por sua vez, são os modos de estruturação e funcionamento do mercado de trabalho, que ao exercer forte poder e controle sobre os processos de inserção e ‘des-inserção’ dos indivíduos no sistema produtivo, influenciam a construção de identidades profissionais, pessoais e coletivas (DIB, 2007) tensionadas entre a precarização e o estabelecimento de relações produtivas baseadas na competitividade e na instabilidade.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho pelos jovens, muitas vezes associada à busca de reconhecimento social e a obtenção de valores financeiros, possui relações também com os determinantes da situação econômica geral dos países, da renda familiar, da idade e da disponibilidade de freqüentar a escola. Seguindo este raciocínio, o fluxo financeiro dos países, que muitas vezes contribui para a perpetuação da desigualdade de rendimentos entre os cidadãos, acrescidas aos poucos recursos familiares e ao acesso ao ensino precarizado contribuem, tanto quanto o alcance da idade, para o ingresso juvenil na realidade do mundo do trabalho cada vez mais cedo e sob condições precários vínculos laborais (HOPPEHAYN, 2004).

Sobre aspectos relacionados à educação, dentre os jovens da pesquisa, Yara, João, Amanda e Luis ainda estão cursando o ensino médio em escolas públicas da comunidade. Apenas uma jovem, Karla, está cursando nível superior em uma faculdade

particular. O desejo de permanecer em contato com práticas de ensino, para Luana, contrasta com a realidade cotidiana vivida, que a obriga a se dividir entre os afazeres domésticos, o cuidado com os irmãos e o emprego.

Ave Maria, eu gostava muito de estudar! Já era pra mim tá numa faculdade, já podia estar formada já... Só que eu tive que parar. Não é só ir pro colégio, porque tudo tem que ter um tempo também, pra estudar um pouco em casa... E eu não tenho tempo nenhum. (LUANA, E2, p.7).

As concepções dos jovens sobre trabalho circulam entre visões da atividade laboral como algo cansativo, penoso fisicamente, atribuído aos subalternos e a sua consideração como espaço de obtenção de aprendizagens necessárias para o vislumbre de um futuro melhor. Durante a Observação Participante, um jovem mencionou: “*Aqui a gente sabe a teoria e lá [no trabalho] vai para a chibata!*” (DC, 20/04/2011).

Valendo-se de humor, Luana argumenta sobre o título “Trabalho Puxado” atribuído à fotografia seguinte.



Fotografia 1 - Luana: ‘Trabalho Puxado’

Diante da imagem, a jovem coloca “*aqui, 'trabalho puxado', eu trabalho muito, e essa minha vizinha aqui que me escraviza demais [risos]*” (LUANA, E2, p.3). O humor é utilizado, neste contexto, como uma forma sutil de estabelecer contato com a exigente realidade laboral com a qual a jovem está em contato, bem como com as relações entre os colegas.

Por sua vez, as divergências, apontadas pelos jovens, entre o vivido durante o exercício da prática do Projeto Jovem Aprendiz e suas condutas adotadas no cotidiano²² sugerem o distanciamento entre estes dois aspectos da vida dos sujeitos. Os jovens adotam um conjunto de comportamentos a fim de atender o perfil profissional estimado pelas empresas. Eles antecipam as possibilidades de situações desagradáveis caso desempenhem as atividades de modo distinto ao solicitado.

Contudo, a descontinuidade entre as ações desenvolvidas como forma de adaptação ao trabalho e as emitidas no dia-a-dia sugere que se trata de uma suposta adequação às exigências do ambiente laboral e não do desencadear de transformações profundas. Durante a pesquisa, percebeu-se que os jovens demonstram dificuldades de proferir uma visão mais ampla sobre a realidade do mundo do trabalho, que muitas vezes impõe padrões de competição prejudiciais ao convívio harmonioso e a cooperação entre colegas. A responsabilização pelos problemas vividos é atribuída a si, a incapacidade de atingir o perfil esperado ou às dificuldades relacionais com colegas.

Karla, ao narrar os desafios encontrados na prática no Projeto Jovem Aprendiz, expõe o relacionamento conflituoso com uma colega do setor.

Assim, eu erro, ela me critica, briga comigo em voz alta... Só falar dela que já começo...[] Porque, digamos, eu tô sendo treinada pra saber o que ela faz, não pra tomar o lugar dela, mas se ela tá ausente, eu tô lá. Não pra tirar o lugar dela. Eu dou suporte. Como agora, quando ela tá ausente, sei me virar. Talvez ela não goste disso, só que se eu não souber o que ela sabe e ela se atrasar, eu vou acabar me atrasando, por isso aprendi a tirar o papel e fazer. Se eu me atrasar, digamos que vou prejudicar ela (KARLA, E1, p.5-6).

O jovem Victor, por sua vez, relata a contradição entre suas expectativas e a realidade oferecida pelo Projeto

Aí teve uma entrevista []. Eu fui. Aí lá me disseram que era pra uma coisa, tudo bem, eu fui, fiquei super alegre, pra loja, aí o gerente já me olhou com uma cara assim “esse daí não sabe de nada”. Ele me olhou assim com um olhar... Aí me colocou pra um canto nada a ver comigo. Eu fiquei super decepcionado no meu primeiro dia de trabalho. Aí eu pensei: “Poxa, cara! Eu vim pensando que era uma coisa e é outra”. Aí demorou, arranjei uma confusão lá, até hoje, aí pedi pro pessoal daqui me mudar de setor. E me mudaram. Arranjar confusão em setor é horrível. É horrível mesmo! Aí me mudaram de setor (VICTOR, GF1, p.12).

Para o jovem, as exigências do trabalho estão aquém de suas potencialidades, resultando em forte incômodo e desmotivação. Segundo Teixeira (2005), as diferentes

²² Um jovem mencionou, durante intervalo entre aulas no Curso de Formação: “Em casa eu sou de um jeito, no trabalho, de outro”(DC, 20/04/2011).

gradações de oportunidades, que muitas vezes são estipuladas pelas possibilidades e limites estabelecidos por outros sujeitos, representam fator que contribui para a identificação dos jovens com as atividades que realizam. Entretanto, quando o reconhecimento social que os jovens intentam obter por meio do trabalho é prejudicado devido à ocupação de postos que geram menos identificação e visibilidade, os anseios de prestígio social e realização pessoal são abalados. Por sua vez, o risco é que o próprio trabalho, até então compreendido como meio para a construção de uma visão social dos jovens pobres como dignos e capazes de ascender socialmente, seja elemento reforçador da associação destes sujeitos como subalternos e incompetentes na busca de reconhecimento social.

Contudo, apesar de o ambiente de trabalho como jovens aprendizes ser palco de conflitos e tensionamentos, é a partir das experiências nesses espaços que os jovens conseguem reconhecer a importância do Projeto Jovem Aprendiz para a inserção no mercado de trabalho e para a obtenção de novas aprendizagens necessárias para a ocupação de postos de trabalho no ‘mundo dos adultos’. Maria (GF2, p.6) relata: *“Aí é aquela sina né, como começar sem experiência? Mas também como ter experiência se ninguém dá uma oportunidade? De certa forma o Movimento, o Jovem Aprendiz foi a porta, o caminho pra gente chegar lá”*.

Durante a realização da autofotografia, o local de trabalho, para Karla, apareceu como referência à aprendizagem e aos conselhos que recebe de colegas mais experientes. Frente à Fotografia 2, intitulada ‘Aprendizagem’, Karla expôs o contato com jovens ex-participantes do Projeto e as possibilidades destes repassarem os conhecimentos obtidos durante seus momentos iniciais como aprendizes.



Fotografia 2 - Karla: ‘Aprendizagem’

Karla, então, relata

Aqui é 'aprendizagem', esse é o lugar onde aprendo tudo, tanto com quem foi aprendiz, com quem não foi, todo mundo repassando os conhecimentos. Até quem eu dou suporte acaba me ensinando mesmo não querendo porque, no caso, eu tenho que dar suporte a elas (KARLA, E1, p.2).

O ambiente de trabalho também foi cenário para a Fotografia 3 nomeada por Karla como “Conselho”. Segundo a jovem, os conselhos acontecem tanto em situações de falhas como de acerto. Eles são justificados sob a argumentação de auxiliarem “(...) a não persistir no erro” (KARLA, E1, p.2). É interessante perceber que a função de aconselhamento é exercida pelos adultos, considerados mais experientes e referenciais de competência.



Fotografia 3 - Karla: 'Conselho'

A visão adultocrata socialmente destinada aos jovens, segundo a qual estes são vistos a partir de referenciais do mundo dos adultos, favorece para que, no tratamento com a juventude, os mais velhos lancem mão de estratégias e posturas conservadoras, rígidas, denunciando as limitações da sua aproximação com o universo juvenil (ESTEVES, ABRAMOWAY, 2007). Por outro lado, os próprios jovens se apropriam do ideal do mundo adulto como referencia de independência e autonomia econômica e afetiva (HOPPENHAYN, 2004), sendo o trabalho o elo entre o desvirtuado mundo dos jovens e a seriedade do meio adulto. Chiquinha relata a idealização que possuía sobre o trabalho e o receio de não responder a educação exigida em determinados postos de trabalho.

(...) Toda vez que eu ia no hospital ou alguma coisa assim, só via adulto, gente formada, com algum curso profissionalizante. Aí eu pensava, pra eu ter coragem de fazer tudo isso pra arranjar um emprego assim, vou ter que esperar muito. Mas esse surgiu, mesmo estando estudando (CHIQUINHA, GF2, p.6).

Os jovens são inseridos em ambientes muitas vezes distantes de suas realidades. Eles vivenciam experiências ao mesmo tempo desafiadoras, conflitivas e promissoras. Relatam adoção de posturas compromissadas e associam a efetivação nos locais de trabalho como consequência de 'dar o melhor de si', de comprometimento com o exercício da função. As aprendizagens no Curso de Formação do Projeto Jovem Aprendiz e a práticas profissionais por ele mediadas são encarados como potencial de crescimento, assim como mencionado por João.

Através aqui do curso... Assim, é mais da entrevista, você tá com os olhos mais abertos pro mercado de trabalho, a postura, como você deve ter, saber se comunicar entre uns e outros nas empresas. Acho que meu futuro aqui no Jovem Aprendiz é isso, assim pra mim. Eu aprendi com isso, tô aprendendo ainda né. Muitas coisas tô aprendendo aqui pro meu futuro (JOÃO, GF1, p.11).

Mesmo frente às dificuldades da ocupação que desempenha, Luana percebe a importância da aprendizagem obtida no Curso de Formação do Projeto. A Fotografia 4, abaixo, foi intitulada por ela como 'Aprendizagem'.



Fotografia 4 - Luana: 'Aprendizagem'

A amizade é também descrita por Luana como aspecto comumente presente tanto no Curso de Formação do Projeto Jovem Aprendiz como nas relações cotidianas em seu emprego. A jovem, então, atribui à Fotografia 5 o título ‘Amizade’



Fotografia 5 - Luana: ‘Amizade’

O título da Fotografia 6, ‘Amizade no trabalho’, refere-se às relações fraternais desenvolvidas cotidianas do trabalho. Segundo a jovem, “(...) *também tenho muitos amigos no trabalho, amigos verdadeiros*” (LUANA, E2, p.3).



Fotografia 6 - Luana: ‘Amizade no Trabalho’.

A recorrência, na fala dos jovens, da presença de relações de amizade e cooperação no cotidiano do trabalho parece favorecer a diminuição da incidência das

consequências negativas oriundas da competitividade do mundo do trabalho. Dentre os amigos do trabalho, Luana (E2, p.2) identifica uma maior aproximação com um deles e declara: *“Aqui é um amigo muito grande, amigo do trabalho, 'amigo do peito’”*.



Fotografia 7 - Luana: ‘Amigo do Peito’

Para a jovem Luana, o sentido do trabalho está relacionado ao projeto de um futuro distinto da realidade de privação vivida no presente. Frente à Fotografia 8 representativa de sua rotina de trabalho, a jovem deu-lhe o título de *“Meu trabalho: esperança de um futuro melhor”*. Segundo ela, *“E esse 'meu trabalho' é esperança de um futuro melhor, onde eu espero crescer lá dentro, ter um futuro melhor frente às dificuldades”* (LUANA, E1, p.2)



Fotografia 8- Luana: ‘Meu trabalho: ‘Esperança de um futuro melhor’

A saída das atividades do Projeto, que tem como maior condicionalidade institucional o prazo de vigência dos contratos assinados entre as empresas e os jovens, é um questão presente na fala dos jovens. Apesar de possuírem elementos distintos quanto ao desejo de se ausentar das atividades do Projeto, existem similaridades entre as experiências de Victor, Chiquinha e Yara que favorecem antever o desligamento das ações. Victor mencionada a possibilidade de sair do Projeto devido aos conflitos que vivencia na Empresa e a pouca identificação com a atividade que desempenha. Para o jovem, ausentar-se representa a possibilidade de, em outra realidade ocupacional, obter os conhecimentos que acredita necessários para conseguir uma melhor ocupação, bem como para entrar em contato com situações que permitem expressar os potenciais que se vê possuidor e assim obter reconhecimento.

Aqui, tô com uma expectativa de que termine logo o ano, aí quando terminar vou ver se consigo ficar mais um tempo, eu quero arranjar entrevista de novo. Dessa vez quero ir pra uma área assim sabe? Eu gosto, quero fazer mesmo de coração, e lá não tô fazendo tudo de coração, porque tão sempre reclamando. Não tô gostando cara. Já tô no meu limite, assim, de quase pedir pra eu sair de lá já. É isso, queria muito trabalhar com essas coisas. Vou esperar. É isso. E eu tenho capacidade de fazer outras coisas [risos dos colegas]. É sério mesmo! Não é querendo me gabar de nada, humildade sempre, mas eu tenho capacidade de fazer muitas outras coisas melhor do que aqui (VICTOR, GF1, p.12).

Já Chiquinha e Yara demonstram o desejo de permanecer nas instituições que estão vinculadas e galgar posições privilegiadas. Para Yara, seu desejo é poder retornar ao local de trabalho após o fim do contrato. A jovem aponta, ainda, os adultos como referência de crescimento.

Assim, é como ele [referindo-se ao amigo Victor] tava falando, como ele quer um trabalho especial, eu adoro esse meu trabalho. Às vezes, eu olho pro banco assim tão grande e eu tão pequena ali, entendeu? Porque, como eu disse, se eu fosse com a cara e a coragem, eu nunca ia trabalhar ali naquele ambiente né, aí eu olho lá as mulheres, bonitas né, que dá carona, que são minhas “amigas” assim, colegas de trabalho. [] Às vezes, eu tô no meio do caminho, aí elas passam: “ai, quer carona?” Aí nós vê, né? Tipo, não é inveja da vida delas, que tem um trabalho, tem o seu carro... as vezes a gente conversa um pouco né, perguntam se eu quero crescer lá dentro né... E é isso. Eu pretendo crescer, ter o meu carro, ajudar algumas pessoas...” (YARA, GF1, p.13).

A possibilidade de aquisição de bens a partir do desempenho de atividades laborais são interpretadas pelos jovens como referencial de sucesso. O consumo aparece, então, como motivação para o trabalho e mecanismo de obtenção de reconhecimento social. Forma-se, então, uma circularidade do tipo: trabalho ↔

consumo ↔ reconhecimento social. Alcançar postos de trabalho com maior prestígio dentro das instituições aparece atrelado à obtenção de melhores remunerações e, por conseguinte, maior possibilidade de consumo que auxiliará em maior visibilidade através da exposição dos bens consumidos.

De acordo com Lara (2008, p.141), “o consumo aparece como instrumento que vincula socialmente os indivíduos, dando-lhes um conjunto de características que os distinguem e os individualizam”. A aquisição de bens materiais, tais como celular e carro importado, além de utensílio, expõe Miranda (2007, p. 35), passam a figurar

(...) como elemento de prestígio e diferença social. O objeto, ao assumir o lugar de signo, deixa de estar ligado ao binômio necessidade/satisfação, relacionado à finalidade racional do objeto, para entrar na ordem do desejo, fundado na carência, campo móvel e inconsciente de significação, que se ressignifica localmente nestes mesmos objetos.

Na juventude, o consumo aparece como importante elemento de sociabilidade e visibilidade. Frente a situações em que o acesso aos elementos necessários para uma vida digna, com qualidade de acesso à saúde, educação, esporte, lazer e cultura, são limitados, o consumo de itens passa a funcionar como “(...) mecanismo de inserção e status, traz a idéia de acesso a um mundo social existente a nossa volta com forte componente de idealização e sonho” (LARA, 2008, p.2002).

Os jovens relataram, como projetos de futuro, o desejo de aquisição de bens tais como casa e carro. Para Victor e Maria, alcançar o sucesso profissional como projeto de futuro implica na possibilidade de poder contribuir, como forma de reconhecimento, com melhores condições de vida para seus familiares.

Ah, gente, adoro música. Eu sou compositor também, toco violão... Um dos meus maiores sonhos é como se fosse minha vida assim, que é dar uma casa pra minha mãe, como um jogador de futebol quer conseguir alguma coisa pra dar a casa, eu quero conseguir na música. Pra dar pra minha mãe conforto, por tudo o que ela já fez por mim poder retribuir assim. Porque ela trabalha muito por mim, faz tudo por mim (VICTOR, GF1, p.12).

Os anseios de consumo dos jovens participantes, contudo, se referem a projetos de curto e longo prazo, sendo o valor monetário recebido durante as ações do Projeto a possibilidade material de aquisição de certos bens.

Assim, pra minha vida, eu pretendo... Agora que tô juntando dinheiro, comprar o meu computador, sabe? Eu tô trabalhando né, posso. Tenho que pensar agora, até o contrato terminar, porque depois vai que eu vou ficar só fazendo faculdade né?! Aí tô querendo comprar meu computador e pretendo também, assim, porque meu namorado pensa muito alto, ele pretende abrir um pequeno armazinho, essas coisas assim, e tá juntando dinheiro, e ele tá

pretendendo também comprar uma moto. Meu sonho de consumo era ter uma moto né, mas eu não tive ainda. Agora eu não quero uma moto não, eu quero um carro [risos]. Eu vou nesse objetivo, eu quero um carro” (YARA, GF1, p.13).

Os excessos no consumo, associados ao endividamento, foram mencionados em relação à aquisição de dívidas pelos pais. Segundo Chiquinha (GF2, p. 15),

(...) o nome dela [mãe] não sai do SPC de jeito nenhum, porque quando sai, ela faz cartão e compra um monte de coisa e fica devendo. Ela gasta demais, ela não tem noção. Eu sou igual a ela. Ela fala de mim, mas sou do mesmo jeito dela.

A convivência com os jovens durante o período da Observação Participante, permitiu compreender como o consumismo está presente na vida cotidiana dos jovens. Em muitos momentos, a posse de bens contrasta com os dados de privação obtidos por meio da aplicação do Questionário-Socioeconômico.

Os jovens exibiam e manuseavam relógios e aparelhos celulares modernos em sala. Em alguns momentos, reuniam-se em pequenos grupos, cada um com um celular na mão, para trocar músicas e imagens. Neste momento, lembrei dos índices que encontrei por meio da aplicação dos questionários. Embora estejam em situação de privação, em risco ou já em pobreza multidimensional, a ausência de condições mínimas nas dimensões saúde, educação e padrão de vida contrasta com o visível consumo dos jovens de tecnologias como o celular (DC, 01/04/2011).

Tal constatação sugere que a abordagem da pobreza como incapacidade de consumo favorece para uma compreensão desvirtuada de como as privações incidem no cotidiano dos sujeitos. Os jovens pobres, frente aos anseios de driblar a exclusão social decorrente da pobreza, buscam alternativas de inclusão, tendo no consumo esta possibilidade de exercício de novas sociabilidades. Afirma Castel (2011, p.36), “a periferia não é um ‘gueto’, assim o jovem da periferia não é um excluído”.

Os jovens encontram, dentro da polissemia presente no termo exclusão social (DIOGO, COUTINHO, 2006), caminhos para demonstrar que a exclusão que vivenciam não é completa. Afinal, eles encontram estratégias de como lidar com estas situações.

Um acontecimento interessante se deu durante a Observação Participante e pode ilustrar a pretendida exposição entre consumo, exclusão social e estratégias de enfrentamento pelos jovens. Um dos jovens solicitou que a pesquisadora tirasse uma foto. Por não saber manusear o aparelho celular e conduzi-lo de modo errado, os jovens riram, achando engraçada a situação. A pesquisadora, achando interessante aquela situação, perguntou ao jovem dono do celular qual o valor de um aparelho como aquele,

que parecia caro. O jovem sorriu e fez referência a dois valores: o da loja que vende os aparelhos e o que ele pagou pela mercadoria. Muitos dos aparelhos exibidos pelos jovens são oriundos de roubos e repassados para eles por preços menores ou adquiridos por meio de compras parceladas. Uma jovem, que escutava a conversa, entre a pesquisadora e seu colega, fez menção ao fato de que o celular adquirido por eles naquele dia era o mesmo vendido dias depois, após assalto, por determinadas pessoas da comunidade.

Fica claro, portanto, que se a posse de bens de consumo tecnológicos é um pré-requisito para o acesso a determinados grupos, os jovens pobres encontrarão as mais variadas formas de adquiri-los, seja por meio da receptação de mercadorias roubadas ou por meio do uso de produtos falsificados, tais como tênis, óculos escuros, blusas dentre outros. Tal verificação serve de alerta para que seja pensado como o ato de consumir, tido como inerente ao ser humano em sociedade (LARA, 2008), transforma-se em estratégia primordial apresentada aos jovens para obterem inclusão e reconhecimento social. Afinal, “(...) para grande parte da população trabalhadora desse país, o assalariamento, os direitos e a proteção social não se configuraram como horizonte histórico nem como realidade de vida” (FAUSTO NETO, QUIROGA, 2002, p.6).

O consumismo, durante a realização da pesquisa, surgiu, inclusive, atrelado a momentos de diversão dos jovens com seus colegas e ao envolvimento com práticas ilícitas. Chiquinha anuncia a possível relação entre o envolvimento de amigos com a ilegalidade como possibilidade de aquisição de recursos para o consumo de bens supérfluos. O dinheiro obtido pelos jovens infratores, como observado na fala abaixo, é utilizado como afirmação de um poder de consumo muitas vezes incoerente com a realidade financeira vivenciada por suas famílias. A efêmera visibilidade obtida cede, então, lugar ao cerceamento da liberdade e à lamúria de parentes e colegas que não compreendem os motivos para tal envolvimento.

Não sei, nem ninguém entende por que ele foi entrar numa dessas, só se for por dinheiro fácil mesmo, só pra farrear, porque a gente saía eles gastavam muito dinheiro. A gente ia pro Forró no Sítio e eles compravam qualquer besteirinha que os ambulantes passavam vendendo, qualquer besteirinha só pra gastar dinheiro. Mas a gente sabia que era uma coisa que não ia dar certo. Se ele tivesse no trabalho dele até hoje eles tavam aqui com a gente. Faz muita falta, muita mesmo eles dois... (CHIQUINHA, GF1, p.8).

Para Cara e Gauto (2007), os jovens, sobretudo os pertencentes às periferias urbanas, constituem sua identidade em meio a um conflito cultural no qual estão, de um

lado, a insaciável cultura do consumo e, do outro, a cultura da violência, que glamuriza o crime e faz do tráfico de drogas um meio econômico e de vida capaz de atender as necessidades de consumo e permitir experiências significativas de poder e aventura em relação aos outros jovens.

Momentos de diversão e interação com os colegas aparecem relacionados também com uso abusivo de álcool. Chico narra sua inserção precoce no mundo do álcool:

Eu com 14 anos com meus amigos foi a primeira vez que eu bebi, depois fui conhecer. Teve tempo que depois da aula, de tarde, eu juntava dinheiro, fazia uma vaquinha lá, comprava um litro, jogava bola e ficava bebendo direto. Eu fazia questão pra beber né?! [] Passei muito tempo assim, depois eu voltei pra igreja, sai de novo, bebia, saía pra farrear com eles. Agora eu tô mais calmo, assim, na farra, na bebida... (CHICO, GF2, p.5)

A diversão, para os jovens Chico, Maria e Chiquinha aparecem próximos da concepção de ‘farra’. Nas baladas, o acesso às drogas, sobretudo cocaína, dá-se mais facilmente por meio dos colegas usuários e traficantes. A jovem Chiquinha afirma que a justificativa para a recusa da oferta dos amigos se baseia na ‘criação’ oferecida pelos pais.

(...) E quantos amigos eu tenho bem próximos que são viciados? Eu tenho um amigo que me afastei com outras amigas minhas, porque ele tava um caso sério, ele saía com a gente, levava umas 5 gramas de cocaína pra vender pros outros, ele colocava a gente em risco. Quantas vezes eu num vi isso? Quantas vezes eu tava numa festa, com sono, e me ofereceram e eu não aceitei? Porque eu tive uma criação. Certo que convivi com aquilo o tempo todo por onde eu moro, que eu vejo desde pequena, mas eu nunca me interessei em entrar nisso (CHIQUINHA, GF2, p. 7).

Embora Cara e Guato (2007) tenham constatado que a percepção dos jovens urbanos do consumo de drogas é maior do que a percepção do tráfico de entorpecentes, o que deve ser salientado é que a realidade de contato com as drogas é mais um dos elementos que contribui com a constituição dos modos de vida e sociabilidade desenvolvidos pelos jovens.

Compõem, ainda, as estratégias de diversão dos jovens a prática de esportes, tais como surf, skate, dança, capoeira e futebol. Dos jovens entrevistados, apenas Yara, Amanda, Luana, Luis e João afirmaram praticar pelo menos um desses esportes. Para Luana, a prática do *ballet* representa, ao mesmo tempo, um *hobby* e uma oportunidade de relaxar. É da jovem a Fotografia 9, intitulada de “Meu Hobby”.



Fotografia 9 - Luana: 'Meu hobby'.

Luana afirma que dançar é algo que gosta muito de fazer e complementa diante de outra imagem próxima a situação da Fotografia 10: “(...) *Hora de relaxar: é o momento que me sinto mais relaxada, quando me sinto leve, sabe?!*” (LUANA, E2, p.2).



Fotografia 10 - Luana: “Hora de relaxar”

Diante do conturbado cotidiano, dividido entre os afazeres domésticos, o trabalho e o cuidado com os irmãos, é na dança que Luana busca a leveza necessária para superar as dificuldades.

Vale ressaltar, que das atividades de esporte exercidas na comunidade, apenas a prática de vôlei da jovem Yara se dá em uma política pública do Bom Jardim. Isto possui relação com o fato de que, embora a comunidade sedie inúmeras políticas públicas, falta o estímulo para que a população jovem se aproprie dos espaços já existentes. Chiquinha (GF2, p.2) chega inclusive a mencionar que a diversão existente na comunidade “(...) é só festa mesmo...”.

Chama atenção a menção dos jovens aos trabalhos voluntários já exercidos na comunidade. João, por exemplo, ensinava *street dance* para crianças da comunidade:

Eu, assim, na comunidade tá com 2 meses que eu não faço assim, eu dava aula de street pra eles no Centro Cultural. [] Só que tá tendo um processo lá pra arranjar o espaço ali. Também não tenho tempo pra ir lá, mas antigamente eu ensinava, eu mais três amigos meus. Mas também tinha um grupo e nós tá nessa de casa e trabalho, aí nós tá um pouco distante (JOÃO, GF1, p.6).

A inserção no mercado de trabalho e a conseqüente imposição de novas rotinas aos jovens acaba contribuindo para certo distanciamento da vida comunitária. A fala de Amanda (GF1, p. 7-8) reforça esta constatação ao afirmar: “(...) eu participava lá era na capoeira e ajudava lá as pessoas na parte de informática, só que era à tarde e eu tô trabalhando agora à tarde, tipo me afastei né. Mas quando dá pra mim ir, eu vou pra lá”.

Os espaços de socialização entre os jovens passam, então, a ser cada vez mais raros. O Curso de Formação do Projeto Jovem Aprendiz, diante da nova rotina dos jovens, acaba exercendo papel de convivência e integração entre os jovens da comunidade. Na Fotografia 11, tirada por Karla, estão reunidos jovens que fazem parte do Projeto. Segundo ela, o contato com os colegas permitiu o estabelecimento de uma ‘Parceria’ com pessoas que não conhecia, mas que passaram a ser amigos com o desenvolvimento do Curso de Formação.



Fotografia 11 - Karla: 'Parceria'

Na Fotografia 12, a união de todos que compõem o Projeto Jovem Aprendiz no turno da manhã, estando presente inclusive a Facilitadora, foi nomeada de 'Folia'.



Fotografia 12 - Karla: 'Folia'

Aos finais de semana, muitas vezes distantes de certas ocupações culturais, os jovens se dirigem para as igrejas. A participação nestes espaços aparece como referência de momentos de 'distração' e reunião entre os amigos. É da jovem Karla (E1, p.10) a seguinte afirmação que *“Quando tem grupo de jovens, ainda bem que eu vou pra igreja, vou ficar com os meus amigos que vão me distrair”*.

Karla retratou em imagem fotográfica uma das reuniões do grupo de oração que faz parte. Diante da Fotografia 13, esclareceu: *“Aqui é 'amizade', lá o grupo de jovens, lá da igreja, todo mundo é amigo. Claro que tem intrigas, mas são menos com o grupo da igreja”* (KARLA, E1, p.2). Para ela, a presença neste espaço permite um maior entendimento com os colegas, diferentemente dos conflitos vividos nas dinâmicas familiares. A facilidade na convivência estaria relacionada à similaridade das idades entre os pares.



Fotografia 13 - Karla: 'Amizade'.

A constituição de relacionamentos amorosos para as jovens Karla e Luana aparecem em um ínterim entre o que seriam as expressões de amor e amizade. Castro, Abramovay e Silva (2004, p.69) corroboram com esta afirmativa ao afirmarem:

E o jovem, gregário por definição, encontra e constrói novos papéis por meio da socialização com seus pares, exercendo, pela sexualidade, uma forma preponderante de sociabilidade e de construção da identidade. A identidade se vai delineando e redefinindo em processos dialéticos em vários encontros com o outro, quando são confrontados valores, crenças, emoções.

Observando a Fotografia 14 nomeada de 'Amor e Amigo' a jovem Karla (E1, p.1) declarou: *“Aqui é 'amor e amigo', pelo fato de antes de ser meu namorado, ele era meu amigo, a gente ia pra todos os lugares juntos e a gente acabou indo além. Hoje a gente tá junto há um ano e sete meses (...)”*.



Fotografia 14 - Karla: 'Amor e Amigo'

A Fotografia 15, intitulada de 'Amor', aparece como representativa das demonstrações de carinho do namorado de Karla. Segundo ela, *“Aqui é 'amor', pelo fato de ele demonstrar o quanto ele gosta de mim, aí coloquei amor”* (KARLA, E1, p.2).



Fotografia 15 - Karla: 'Amor'

Há uma clara referência aos relacionamentos amorosos como suporte emocional para o enfrentamento das adversidades cotidianas. A jovem Yara, diante do fato de ter sido expulsa de casa pelo marido da mãe encontrou amparo na relação com o namorado. Ela revela: *“Ele [padrasto] pegou e também me colocou pra fora. Aí tinha a minha Vó e tinha o meu namorado, que eu já namorava com ele 5 anos e agora tô morando com ele já há dois meses, é uma pessoa boa”* (YARA, GF1, p.3).

Vinculado ao cotidiano dos jovens pobres podem ser encontrados, portanto, elementos que dispõem sobre as formas com que eles desenvolvem suas condutas e relações ao longo dos dias. Estes aspectos comportamentais, entretanto, estão diretamente ligados às expectativas sociais destinadas à juventude; as relações mercantis e a realidade do mundo do trabalho em que são inseridos; à vinculação entre trabalho,

consumo e reconhecimento social e aos modos com que encontram oportunidades para viver suas alternativas de sociabilidade. Nos tópicos a seguir, são abordados os conceitos desenvolvidos pelos jovens sobre si e a identificação positiva com outros sujeitos; as concepções que possuem sobre a vida e as relações de amizade e as possíveis implicações que possuem com a comunidade em que moram.

3.4.2 Autoconceito e a Identificação Positiva

Segundo Fernandes *et al* (2005), o autoconceito é a percepção que o indivíduo possui sobre si mesmo, originadas diretamente de suas experiências na relação com os outros e na valorização que tem de sua própria conduta. Uma vez compreendendo que as interações entre as pessoas e seu meio contribuem para a construção dos modos com que desenvolvem suas relações, é também a partir do convívio social que se pode pensar os auto-conceitos como um sistema de autoconhecimento (FREITAS, 2009).

Nesse sentido, o autoconceito corresponde tanto às percepções, como às imagens, os conceitos, os juízos e os raciocínios que cada sujeito constrói sobre si próprio a partir dos processos de interação na sociedade. Os jovens pesquisados, ao adotarem referenciais de autodefinição, em geral, atribuíram características positivas a si mesmos. Eles se descrevem como sendo comunicativos, esforçados, solidários e dotados de potencial de crescimento. As narrativas de situações desagradáveis em que se sentiram diminuídos por parentes ou colegas de trabalho, em geral, foram seguidas pela evocação de conceitos sobre si como dotados de potencialidades, capazes de ir além das possibilidades oferecidas no presente, alguém que luta e que não desistirá dos sonhos, mesmo que não acreditem em suas capacidades.

Victor, após narrar as dificuldades encontradas em prosseguir na vida de cantor, verbalizou: *“Tô aí tentando, mas eu não vou desistir!”* (VICTOR, GF1, p.12). Chico e Chiquinha, durante grupo focal, compartilharam se sentirem desacreditados por seus familiares. A ‘resposta’ para tamanho menosprezo, para os jovens, seria ascender socialmente e integrar seus familiares nesta empreitada.

Ninguém nunca apostou em mim. Eu quero mostrar assim, que eu vou conseguir, que eu me levantei, que eu cheguei lá em cima e todos eles subiram comigo, eu não deixei nenhum lá em baixo. (CHIQUINHA, GF2, p.16).

Eu também. Porque muita gente não acreditou em mim. Não acreditava. Meu pai, principalmente, e minha irmã. Metade lá de casa, quando souberam que eu ia pra uma entrevista de emprego... Eu pesquisei muito, fui na internet, porque eu não sabia o que fazer em uma entrevista de emprego. Eu tremi muito, fiquei suado, mas quando chegou na hora! Quando meu pai e minha irmã soube que eu tinha passado na entrevista de emprego, todos dois ficaram de boca aberta. Meu pai falou assim: 'eu não acreditava em você não, que tu ia passar nessa entrevista de emprego'. Eles pensavam que eu não ia passar porque eu sempre fui daqueles que não tava nem aí pra nada. Se eu começava uma coisa, eu parava. Nunca ia até o final. Aí se eu chegar onde eu quero, eu vou... Não passar na cara, mas eu vou mostrar onde eu cheguei. (CHICO, GF2, p.16).

A jovem Karla, contudo, se definiu como alguém explorada pelos familiares. É dela a expressão: “*Eu sou quase a escrava lá de casa! (Risos)*” (KARLA, GF1, p. 4). Ela se apresenta também como reservada, capaz de proferir escuta atenta às queixas dos amigos, mas com dificuldades de entrar em contato com seus próprios sentimentos por medo de magoar com falas ríspidas. Contudo, após a vivência de conflitos no ambiente de trabalho, acrescenta a jovem, novas formas de estabelecer relações, agora de modo menos passivo, vão sendo experimentadas.

Pelo fato de eu ser ouvinte, eu sou muito de obedecer. Eu não contesto. Mas eu aprendi que eu tenho que saber o porquê. Até porque em muitos desses momentos eu posso estar certa, não posso só abaixar a cabeça (KARLA, E1, p.8).

Sobre a dificuldade de impor limites por meio da negação, Luana (E2, p. 4) coloca: “(...) *Eu mesma me estranho. Às vezes, eu quero dizer não, mas não posso. Por medo*”. Trata-se de duas formas distintas de expressar o receio das jovens de não serem aceitas pelas pessoas de sua convivência. Isto impõe limites que vão além do mal-estar momentâneo por elas experimentado. Afinal, as jovens entram em contato com barreiras afetivo-emocionais que as impede de vivenciar sentimentos genuínos como a raiva. Rogers (1997) coloca que, diante de situações em que os sujeitos são submetidos a situações de aceitação positiva baseada em condicionalidades ao longo da vida, este modo de estabelecer relações pode causar o adoecimento psíquico dos sujeitos²³.

Em situações marcadas pela pobreza, o silenciamento dos jovens, de seus incômodos e divergências, contribui para a perpetuação de ideais desvirtuadas de suas necessidades crítico-reflexivas. Por conseguinte, uma estratégia percebida para a evocação de auto-conceitos positivos pelos jovens, pautadas no desejo de alcançar

²³ Estes aspectos serão abordados de modos mais aprofundado no Capítulo 4.

futuros promissores, foi a adoção de referenciais positivos na comunidade. Neste sentido, o termo 'identificação positiva' alude às pessoas de referência na família (irmão mais velho, mãe, tios e tias), na comunidade (professor de Karatê) e no trabalho (colega). São pessoas que compartilharam a mesma realidade sócio-econômica dos jovens (moradores da periferia, 'de família carente') e servem como referência por terem conseguido vencer as adversidades e adquirido uma boa colocação profissional segundo critério dos jovens.

Yara narra a história de um colega de trabalho que, mesmo diante de situações inoportunas, alcançou o objetivo pretendido: a ocupação de um posto de trabalho efetivo no lugar em que foi jovem aprendiz.

Tem um rapaz lá que é tipo um exemplo, ele entrou como Jovem Aprendiz, o Gledson, a família dele tinha pouca possibilidade dele entrar lá, que era de família carente, e aí entrou como jovem aprendiz. Saiu, que o contrato dele era de um ano. Fez de tudo, de tudo. Vendia coisas na feira, vendia tudo pra poder pagar a faculdade dele. Fez a faculdade de administrativo. Aí foi prum concurso do banco, não passou. Foi pra 5 concursos. Ele me contando né lá... Ele é bem legal. Fez 5 concursos e aí passou no banco, e tá na mesma cadeira que ele foi jovem aprendiz, entendeu? Então pra mim isso é um exemplo de vida (...) (Yara, GF1, p.13).

O uso da tecnologia também aparece como alternativa de expressão dos incômodos e sentimentos dos jovens. A jovem Karla, que declarou seu receio de se expressar, possui um *blog* que utiliza como estratégia para confidenciar como se sente. Ela declara: “*Aqui é ‘confidência’, porque a partir do momento que eu fiz no blog, aí digamos que as pessoas escrevem o que sentem, aí eu junto o que eu sinto, aí vou e reblogo. Às vezes eu não estou com coragem de falar, escrever, aí eu fico reblogando*” (KARLA, E1, p.2).



Fotografia 16 - Karla: 'Confidências'

Os autoconceitos apresentados pelos jovens, em certo sentido, possuem similaridades com suas concepções sobre a vida.

3.4.3 “Se você quer, você consegue!”: concepções sobre a vida

Os jovens pesquisados anunciam concepções sobre a vida permeadas de possibilidades, embora no presente tenham que conviver com circunstâncias limitadoras. Conforme já mencionado, eles se descrevem como capazes de realizar sonhos. Contudo, estas possibilidades são compreendidas como comuns a todos os outros sujeitos. Não desistir diante dos obstáculos, tentar quantas vezes for preciso, ter força de vontade e querer 'vencer na vida' são ingredientes da fórmula do sucesso para os jovens. Marina (GF1, p.19) acrescenta: *“Tem que ir em busca de outra coisa, pra não ficar saturado. Tem que correr atrás de outras coisas também, nunca abaixar a cabeça, levantar e a vida continua, vai atrás”*.

João (GF1, p.19) menciona a história de um ex-mendigo como exemplo de força de vontade e superação das adversidades.

“Eu acho que se você tem um sonho, você consegue. Uma vez eu vi um depoimento na internet, dum cara que era um mendigo, vivia na rua, aí ele começou a se interessar por medicina e a faculdade de medicina é a mais difícil que tem, porque exige muito da pessoa. Aí um cara que dorme na rua, mendigo, num tinha nada, num tinha uma mesa, estudava com a luz do poste, essas coisas e conseguiu passar. (...) Um cara desse que... Ele teve uma coisa que muitas pessoas não teve: a força de vontade, de querer vencer na vida. Se você tiver isso, eu posso dar a certeza de que você consegue. Se você

quiser lutar pra isso mesmo, você consegue. Eu creio que vou conseguir, eu tenho certeza”.

A auto-responsabilização presente nas falas dos jovens, segundo a qual somente depende deles a melhoria de vida, contribui para a dissimulação dos elementos cotidianos e da realidade laboral que lhes impõe limitações. Os jovens, então, passam a reproduzir a visão neo-liberal de culpabilização dos sujeitos por seus fracassos (EUZÉBIO FILHO; GUZZO, 2006). A auto-responsabilização pelo curso da vida, apesar de estar relacionada a um importante papel de busca por ações protagônicas pelos jovens, pode incorrer no risco de mascarar os tensionamentos vividos por compartilharem uma vida marcada pela pobreza e pela desigualdade social. A busca por caminhos melhores, nesse sentido, é encarada como uma batalha, uma guerra travada todos os dias nas vidas dos jovens. Luana (E2, p.3) esclarece que “*você pra ter alguma coisa hoje, você tem que batalhar né?*”.

Os jovens não manifestam análises sociais mais profundas e a vida, fluxo que segue, somente tem alterações caso intentem transformações nas esferas individual e familiar. Em certo sentido, eles se sentem impotentes de realizar transformações sociais mais profundas e, embora relatem a prática de trabalhos voluntários que os colocam diante da realidade de suas comunidades, a inserção no mercado de trabalho e a busca da auto-sustentabilidade financeira os distanciam destas esferas comuns. Frente a essas questões, o cotidiano dos jovens fornece elementos que contribuem para a compreensão de como a vida em condições de pobreza, ao impor modos peculiares de estabelecimento de relações e desenvolvimento de aspirações, pode incidir na constituição psíquica dos jovens que compartilham essa realidade.

4 FATALISMO: ALTERNATIVA DE (RE)AÇÃO DO SUJEITO?

Segundo afirma Martín-Baró (1998), a realidade compartilhada pelos povos latino-americanos está permeada por alienação, rigidez estrutural, hierarquia de poder e opressão. Estes elementos, alguns dos quais já abordados no capítulo anterior, como a alienação e a opressão, constituem base para o desenvolvimento de vivências de indivíduos em situação de privação decorrente da pobreza.

Nesse sentido, o presente capítulo será estruturado em face da necessidade de construir um olhar sobre o desenvolvimento do psiquismo dos povos em condições de pobreza e suas conseqüências psicossociais. O estresse continuado decorrente da pobreza ou distresse da pobreza (GÓIS, 2008) está presente no cotidiano dos sujeitos e se manifesta nos níveis comunitário, familiar e individual, gerando recorrentes sensações de insegurança próprias do estabelecimento de contextos marcados pela guerra psicológica (MARTÍN-BARÓ, 1995, 1998).

O fatalismo é apresentado a partir das elaborações iniciais de Ignacio Martín-Baró e de seu rosto bifronte presente na atualidade. Blanco e Díaz (2007) apresentam uma leitura das manifestações do fatalismo no mundo atual marcado pelo clima de incerteza, insegurança e indefinição diante dos acontecimentos. Trata-se do que se pode designar de fatalismo individualista, que é uma estratégia de adaptação às contingências aleatórias, às ameaças incontrolláveis; e de fatalismo coletivista, caracterizado pela aceitação passiva de um destino inevitável emanado de uma força natural ou sobrenatural.

As sociedades contemporâneas compartilham, assim, novos riscos, tais como a violência, os desastres naturais, o desemprego, a exclusão social dentre outros que perpetuam aspectos cada vez mais individualistas. Eles se manifestam no cotidiano dos indivíduos por meio do desenvolvimento de atitudes fatalistas que, tal como próprio dos estudos sobre atitudes em psicologia social, podem ser expressos em termos de idéias, sentimentos e comportamentos. O fatalismo contemporâneo, nesse sentido, reflete não apenas a realidade dos povos que possuem um desenvolvimento econômico débil. Ao contrário, ele teimosamente se torna visível em sociedades altamente desenvolvidas (BLANCO; DIÁZ, 2007).

Percebe-se que o fatalismo manifesto pelos jovens pobres possui raízes nas vivências desses sujeitos em condições de pobreza, que acentuam a incidência dos

riscos inerentes à vida em privação, e a sua inserção em um ambiente social caracterizado pelo individualismo, pela violência, instabilidade financeira e perpetuação de ideais de consumo. Diante de uma realidade que parece ser imutável, a atribuição da responsabilidade dos fatos cotidianos a uma entidade divina aparece como elemento apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico oriundo da insegurança de viver na pobreza.

4.1 Desenvolvimento Psíquico em condições de pobreza

De acordo com Vygotsky²⁴ (1994), o desenvolvimento do psiquismo e o comportamento humano devem ser explicados a partir das funções oriundas da convivência social, as quais todos os indivíduos são submetidos ao longo de sua existência. Para este autor, estas funções, denominadas de funções psicológicas superiores ou comportamentos superiores, são originárias da associação entre os instrumentos e os signos na atividade psicológica.

Os instrumentos são condutores da influência humana sobre os objetos, ou seja, direcionam-se para mudanças externas, para o controle e o domínio sobre a natureza. Já os signos estão orientados para transformações internas, para a regulação das ações sobre o psiquismo do próprio indivíduo (VYGOTSKY, 1994). Nesse sentido, ambos, instrumentos e signos, fazem a mediação dos seres humanos entre si e destes com o mundo, o que fornece um caráter mediado a toda atividade humana.

Com isso, é o uso dos signos que favorece para que sejam elaboradas estruturas específicas de comportamento, pois, ao ser convertido de signo externo (fruto do contato social) para signo interno, novos processos psicológicos são elaborados pelo indivíduo a partir da cultura. O processo de desenvolvimento humano é, então, fruto das constantes interações dialéticas entre o ser humano e o meio social e cultural em que vivem, entre as mutáveis condições sociais e a base biológica do comportamento humano.

As funções psicológicas superiores, provenientes desse processo de duplo desenvolvimento, aparecem, primeiramente, como uma forma coletiva, interpsicológica,

²⁴ Neste estudo, emprego as escritas Vygotsky e Vigotski a fim de estar coerente com as referências presentes nas publicações utilizadas.

para, depois, tornar-se individual, intrapsicológica (VIGOTSKI, 1994, 2004). Este processo, contudo, “resulta de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1994, p.75), quando o indivíduo aprende a manejar os signos inerentes à linguagem e a usá-los para sua comunicação com os demais.

É a linguagem, portanto, que em um primeiro sentido tem a função de vinculação entre a criança e seu meio. Inicialmente, a criança controla o ambiente através da fala, para posteriormente ser capaz de controlar seu próprio comportamento. A fala socializada da criança, antes utilizada para que ela pudesse se dirigir a um adulto, aos poucos é internalizada, passando a exercitar o uso da linguagem como instrumento de solução de problema. Há, com isso, a atribuição à linguagem de sua função intrapessoal, ao invés de apenas interpessoal. Como afirma Góis (2005, p.97), “sendo um tipo especial de estímulo e de expressão humana, a fala permite ao indivíduo comunicar-se e identificar-se com os demais, levando-o a conhecer, primeiramente, os outros e, em seguida, a si mesmos”.

Do mesmo modo que a linguagem, a consciência também é fruto desse processo de experiência duplicada, no qual estão presentes as dimensões inter e intrapsicológica; quer dizer, a experiência social determina a consciência, pois esta emerge a partir do contato com outros seres humanos constituídos de linguagem (VIGOTSKI, 2004). Esse processo ocorre porque há os significados, que são conceitos estáveis da palavra e situados na consciência, modificando-a e sendo modificados por ela, fundamentando, assim, o que poderia ser chamado de mediação semiótica da consciência.

Segundo enfatiza Vigotski (2004), a própria convivência do indivíduo em uma determinada classe o faz compartilhar signos sociais e aspectos ideológicos, ou seja, “(...) o processo de aparecimento de novas formas de comportamento a partir de um novo conteúdo é extraído pelo homem da ideologia do meio que o rodeia” (VIGOTSKI, 2004, p.117). Contudo, não se trata de um processo de transposição mecânica entre situações externas e situações internas ao sujeito, pois, se assim fosse, o que ocasionaria seria uma homogeneização entre todos que compartilham um mesmo contexto social. Na verdade, ocorre que é a convivência em sociedade que permite aos indivíduos a “apropriação/construção de significados e de produção de sentidos” (XIMENES, BARROS, 2009, p.70).

A fim de empreender uma distinção entre os significados e os sentidos, Barros *et al.* (2009) enfatiza que, para Vygotsky, o sentido de uma palavra, por possuir uma formação dinâmica, fluída, complexa, com várias zonas de estabilidade, representa a

soma dos fatos psicológicos despertados na consciência. Por conseguinte, o significado designa apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto discursivo, o que o faz representar uma zona mais estável, uniforme e exata. Com isso, tem-se que as relações sociais são mediadas por sentidos elaborados por indivíduos em interação por meio da linguagem, sendo este processo de construção influenciado por outros sentidos característicos dos grupos sociais a que os indivíduos são pertencentes (ZANELLA, 2004). Os significados correspondem, de acordo com esta compreensão, aos sentidos compartilhados nos discursos e que congregam as marcas da história em que foram forjados, sendo os processos de significação da realidade frutos das relações cambiantes entre os sentidos e significados (BARROS *et al.*, 2009), mediante os quais a linguagem, enquanto instrumento, viabiliza a consciência.

É, então, através da construção de sentidos e de sua internalização através dos signos externos, que os traços sociais e de classe, enquanto sistemas e relações sociais deslocados para a personalidade, são formados no homem (VIGOTSKI, 2004). Dessa forma é que se pode afirmar a relação interdependente entre a consciência e o contexto cultural, as interações sociais, as ideologias, os sentidos individuais e compartilhados (significados) que os indivíduos aprendem a manejar. Tal afirmativa corrobora com a concepção de Góis (2005, p.98), de que “a consciência social é uma consciência de significações, enquanto a consciência pessoal é uma consciência de sentidos”.

Assim como apresentado por Vigotski (1994, 2004), Martín-Baró (2003) também afirma que a unidade de análise dos fenômenos psicológicos deve ser concebida na relação entre o indivíduo e o mundo. Quer dizer, no próprio processo de desenvolvimento do psiquismo são empreendidas relações dialéticas e dinâmicas, tensionadas entre aquilo que poderia ser definido como as necessidades culturais dos sujeitos, suas demandas pessoais e sua realidade histórico-cultural. Coloca-se, portanto, em evidência as disposições sociais, agindo como possibilidades e limites sobre as quais as trajetórias de desenvolvimento se ancoram e são direcionadas (BASTOS *et al.*, 2009) através de um permanente processo de ressignificação pelo indivíduo de si e de seu entorno.

Nesse jogo interacional, em que participam diferentes pessoas, em diferentes contextos, a novidade se cria, à medida que novos posicionamentos são ativamente construídos, na multidirecionalidade característica da construção de significados similar a uma rede cuja trama é permanentemente tecida. Não são posições prévias, mas produtos das interações sociais, abertas a contínuas reconstruções (BASTOS *et al.*, 2009, p.569).

Os fenômenos psicológicos, dessa forma, possuem uma natureza relacional cuja “(...) unidade de análise não pode ser, pois, o simples proceder individual, por mais expressivo ou importante que nos pareça. A unidade de análise tem que ser precisamente essa estrutura de relação sujeito-objeto, indivíduo-mundo” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.293). Os sujeitos, segundo esta compreensão, estão situados histórica e socialmente e compartilham de uma realidade circundante que reflete uma ordem social marcada, dentre outros elementos, pela violência, pela exclusão social e pela pobreza. Diante deste contexto, enfatiza Blanco e De La Corte (2003), é imperativo que se adote com urgência uma postura crítica.

Martín-Baró (1988), ao se deter sobre o risco da exposição prolongada do povo de El Salvador à situação de guerra civil, anunciou as conseqüências deste enfrentamento bélico para o modo com que os sujeitos desenvolvem suas maneiras de ser e agir. No presente estudo, percebe-se risco equivalente à medida que os sujeitos em condições de pobreza são submetidos às inúmeras situações de abandono, agressão, desigualdade e exclusão social ao longo de suas vidas. Afinal, tal como descreve Góis (2003), a desigualdade e a opressão, oriundas de contextos marcadas pela pobreza, contribuem para a construção de redes de interações que afetam o indivíduo até mesmo anteriormente ao seu nascimento, pois, logo no útero materno, ele é submetido a situações de fome e rejeição.

Seguindo este raciocínio, anteriormente ao próprio processo de aquisição da linguagem pelos indivíduos e sua conseqüente formulação de significados e sentidos sobre sua existência, eles já fariam parte de uma classe oprimida, constantemente negada em seus anseios e tendo que conviver com privações materiais e circunstâncias originadoras de mal-estar físico e psicológico. Uma vez posicionados discursivamente nas interações com os outros, às concretas condições de vida dos indivíduos são associados sentidos sobre si e sobre o mundo construídos com base, entre outros aspectos, nas vivências oriundas de sua inserção em um mundo marcado pela alienação, pela rigidez estrutural da sociedade da qual faz parte e pela hierarquia de poder (MARTÍN-BARÓ, 1998).

A experiência de fazer parte de uma classe social que sofre opressão, portanto, teria similaridades com aquelas decorrentes de circunstâncias em que se instalam guerras civis, pois em ambos os casos há o risco da exposição prolongada dos sujeitos às situações de guerra psicológica (MARTÍN-BARÓ, 1995, 1998) e impulsionadoras de trauma psicossocial (MARTÍN-BARÓ, 1988, 2003). Mais silenciosa, porém não menos

danosa, a guerra psicológica, assim como já abordado, paralisa os sujeitos, fazendo-os construir lógicas randômicas e dissonantes dos reais fatores que corroboram para sua dominação à medida que os sujeitos são submetidos a constantes situações de insegurança.

Por sua vez, o trauma psicossocial é inerente a vivência em opressão, pois representa uma “(...) conseqüência normal do funcionamento de um sistema social” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.291²⁵), o que implica a necessidade de compreensão e resolução tanto dos problemas individuais como de suas raízes sociais. Nesse sentido, o trauma psicossocial está baseado em relações sociais de exploração e opressão desumanizadoras e representa parte de uma “ ‘normal anormalidade’ social”²⁶ (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.295), que, em muitas ocasiões, é ignorada pelos setores governamentais e naturalizada em circunstâncias cotidianas.

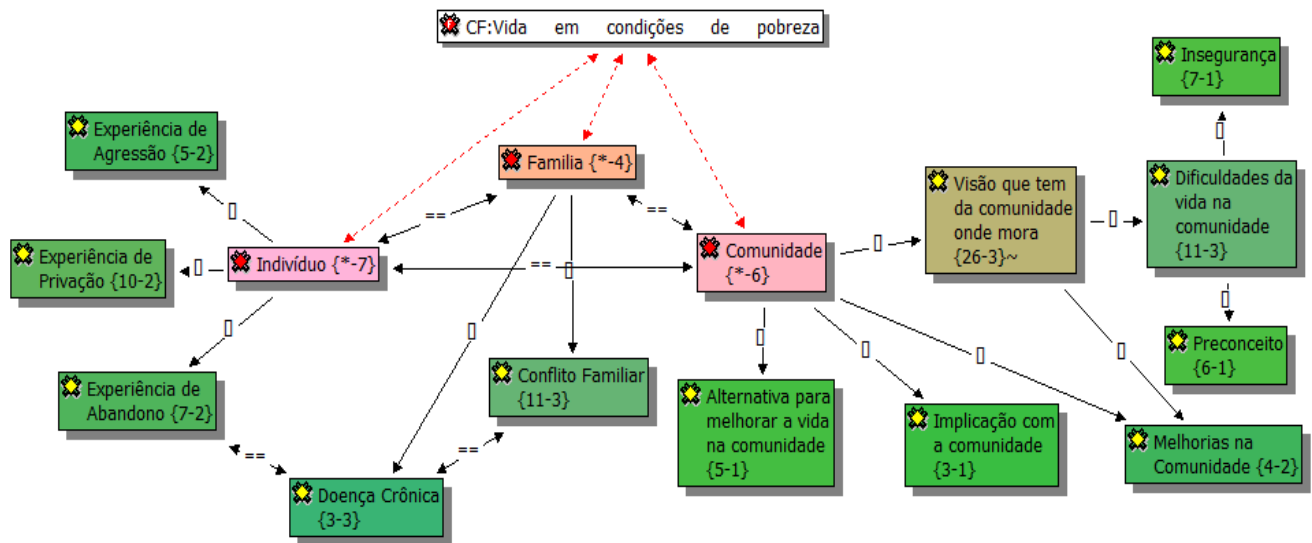
Aliado ao trauma psicossocial está o distresse ou estresse da pobreza (GÓIS, 2008), resultado das situações de vulnerabilidade social e risco as quais os indivíduos pobres estão sujeitos. Embora o estresse seja compreendido como uma condição facilitadora e potencializada do organismo para a ação, em situações nas quais sua manifestação se dá de modo crônico, como durante a vivência em condições de privação, ele adquire sua face negativa (estresse negativo) o que “(...) passa a ser altamente prejudicial ao organismo” (GÓIS, 2008, p.127), gerando problemas psicológicos e sociais.

O estresse continuado da população do pobre, segundo Góis (2008), manifesta-se nas dimensões comunitária, familiar e individual, que estão intimamente relacionadas e dizem sobre a vida dos sujeitos em condições de pobreza. A Figura 2, elaborada com auxílio do *Software Atlas TI*, apresenta alguns dos elementos presentes nas narrativas dos jovens pesquisados e que dispõem sobre os elementos causadores e as conseqüências do estresse negativo em suas vidas.

²⁵ Segundo texto original: “consecuencia normal del funcionamiento de un sistema social” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.291).

²⁶ De acordo com o original: “ ‘normal anormalidad’ social” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.295).

Figura 2 - Vida dos Jovens em condições de Pobreza.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na dimensão comunitária, estão diretamente relacionadas a visão que os jovens tem da comunidade onde moram, as implicações que demonstram possuir com a comunidade, as alternativas que vislumbram para melhorar a vida neste contexto e as mudanças que já conseguem observar. Sob o ponto de vista familiar, estão os conflitos e as doenças crônicas que, por sua vez, relacionam-se com as experiências de abandono vividas na dimensão individual. Nesta dimensão, as experiências de abandono e agressão aparecem relacionadas com as experiências de privações aos quais os jovens são submetidos.

A comunidade, espaço físico, cultural, social e psicológico, configura-se como local de mediação entre os sujeitos e sua vida familiar, o município e a sociedade, permitindo que um importante processo de reconhecimento e confirmação da identidade pessoal dos moradores possa ocorrer (GÓIS, 2005). Contudo, é também neste espaço que se expressam as contradições, os conflitos, as resistências, os vínculos de solidariedade e de esperança. O distresse comunitário, assim como apontado por Góis (2008), refere-se à situação diária de luta e fracasso coletivos vividos pelos sujeitos e que estão relacionados à obtenção de poucos resultados, à violência, ao desrespeito institucional, ao desemprego geral, ao cansaço coletivo, à descrença e à frustração, à perda do sentido de comunidade e da crença de que as coisas podem melhorar para os moradores.

A partir do exposto pelos jovens, percebe-se que o estresse comunitário negativo ao qual estão sujeitos pode ser pensado em termos da visão que possuem da comunidade em que moram, das alternativas que vislumbram para melhorar esta situação e da implicação que acreditam possuir com a transformação positiva da comunidade. A visão dos jovens da comunidade pode, ainda, subdividir-se entre as dificuldades existentes na vida local e as melhorias já observadas por eles. Dentre as dificuldades, os jovens apontam a insegurança e o preconceito.

A fala da jovem Luana é expressão de como a insegurança, a desconfiança e o medo caminham conjuntamente, interferindo na maneira como as relações de vizinhança são desenvolvidas, no modo como o espaço comunitário é, ao mesmo tempo, representativo de risco e de proteção para as crianças, os adolescentes e os jovens.

É muito difícil. Sempre a gente tá sujeito a tudo né? De conviver com pessoas mesmo que faz coisa errada. De uma forma ou de outra você tem que conviver com seus vizinhos e tal. Você não vai ter inimizade, então é melhor você ter amizade, né? Eu penso assim porque eu deixo meus irmãos à deriva em casa. Então você não vai maltratar uma pessoa porque você sabe que é errado. Porque é errado, você vai ter medo. Então, de uma forma ou de outra, você vai ter amizade, né? A começar por isso... E você tendo amizade tá sujeito a tudo. De levarem pra coisas erradas... De amigos terem rixa com outros e desconta em você... Eu tenho muito medo disso. Medo de sair fora, na calçada, dos meninos brincar... Eu tento prender do jeito que eu posso, mas deixo ir na casa dos amiguinhos e tudo, mesmo assim tenho muito medo. Tenho medo todo dia, porque durmo sozinha com eles, morro de medo, porque todo mundo fala que eu moro só, só uma mulher com 3 crianças, aí morro de medo de alguém entrar, fazer alguma coisa comigo... Não sei o que faço, porque não tem ninguém pra me defender [chorando]. Pra lutar por mim, pra brigar por mim... [choro contínuo] Não tem... (LUANA, E2, p.8).

Juntamente à insegurança característica do distresse comunitário, está a permanente sensação de desamparo, que coloca os moradores sobre constante estado de vigilância. Este estado de atenção possui similaridades com o que Martín-Baró (1984, p.2) chamou de “comportamento de hiperdesconfiança e alerta”²⁷ comum aos povos que compartilham situações de guerra e que, diferentemente do que se pode imaginar, não se trata de delírio persecutório originário de suas ansiedades, mas sim de uma abordagem realista dada suas situações de vida.

Durante as conversas em sala, a narrativa dos jovens sobre os assaltos aos quais são vítimas, por exemplo, dá-se facilmente. Eles desenvolvem hábitos a fim de se

²⁷ Segundo o texto original: “comportamiento de hiperdesconfianza y alerta” (MARTÍN-BARÓ, 1984, p.2).

precaverem dos furtos, que, segundo os jovens, obedecem a uma lógica segunda a qual são os moradores do Bom Jardim, na verdade, vítimas dos ladrões que habitam outras comunidades. Yara (GF1, p.6) esclarece que

Eu acho, assim, a falta de segurança. É, porque é bem difícil. Às vezes a pessoa vai trabalhar, às vezes a pessoa não pode sair do jeito que quer, porque eu já fui roubada, bem aqui na esquina. Às vezes não é próprio daqui, é de canto longe, sabe? É do Alto Alegre...Aí fica meio difícil, os daqui vão pra fora e os de fora vão pra aqui né. Eu acho assim a falta de segurança, na bolsa não pode levar tudo [risos], tem que botar algumas coisas nos bolsos, que é bem difícil, só.

Segundo Chiquinha, existem ladrões que moram no Bom Jardim com o intuito de burlar as leis ao se misturarem com os demais moradores da comunidade. Em certo sentido, observando as duas falas, não seriam os habitantes perigosos, mas sim as pessoas de outras localidades que se utilizam dos estereótipos do Bairro para desenvolver suas práticas ilícitas.

Assim aqui no Bom Jardim tem bandido que não rouba celular, nem bicicleta, porque eles tem dinheiro, tem muita coisa mesmo, eles tão aqui mesmo pra confundir a mente dos policiais né?!. Porque bandido que tem muita coisa vai morar na Aldeota, na Praia de Iracema, mas morando aqui, nem suspeitam nada né?! (CHIQUINHA, GF2, p.8).

De acordo com Bezerra (2011, p.3), a recorrente associação na mídia do Bom Jardim como espaço em que se associam “pobreza-periferia-violência-criminalidade”, fornece elementos para sua configuração como território periférico duplamente estigmatizado pelo entrecruzamento pobreza e violência. Não se trata, contudo, de uma associação que passa despercebida pelos jovens locais. Ao contrário, eles vivenciam o receio de morar em bairro um perigoso e são vítimas do preconceito característico da “desqualificação social do “pobre” encarnada na imagem do suspeito-perigoso-violento” (BEZERRA, 2011, p.3.).

Os jovens demonstram não acreditar na polícia como instituição capaz de solucionar a insegurança vivida por eles na comunidade. Segundo um dos jovens, quando ocorre um assalto, o melhor a fazer é não chamar a polícia, mas sim os ‘amigos vagabundos’ (DC, 11/05/2011). Eles descrevem o aparato policial como potencialmente preconceituoso (‘Eles pensam: foi negro é ladrão’), ineficaz e corrupto (‘Quem protege é a polícia. Ela é corrupta e se iguala com os ladrões’). Uma jovem disse: “BO é boletim de otário” (DC, 11/05/2011, p.11), demonstrando a descrença nas possibilidades da

polícia de intervir na realidade dos espaços públicos. Os jovens defendem a existência de uma hierarquia na polícia, sendo os policiais mais respeitados na comunidade aqueles pertencentes às forças especiais, que imprimem medo nos contraventores. O Ronda do Quarteirão²⁸, proposta de polícia comunitária cearense, de acordo com uma jovem, auxiliou na diminuição da insegurança, mas não ocasionou mudanças substanciais.

O descrédito na polícia, instituição cuja função é defender a sociedade e os cidadãos, fortalece a sensação de insegurança e a crença de estar em uma situação à deriva dos processos de justiça social. Uma vez que são moradores de espaços marcados pela pobreza e pela desigualdade social, conviver com uma força policial que em vez de defendê-los fortalece o preconceito e a desconfiança, corrobora para a permanência dos ciclos da violência e da descrença nos poderes institucionais.

Uma causa possível para a incerteza, a insegurança e o descrédito nas instituições como mantenedoras das garantias sociais está, segundo Blanco e Diáz (2007), na ‘controlabilidade limitada dos perigos’ vivida pelas sociedades atuais. Os desafios cotidianos e as adversidades oriundas de situações como a de violência resultam em uma incontabilidade que se manifesta por meio de distúrbios cognitivos, emocionais e comportamentais.

Durante a Observação Participante, os ladrões, segundo os jovens, foram mencionados como aqueles que andam “(...) arrumadinhos, parecendo filhinhos de papai” (DC, 11/05/2011, p.13). Por meio desta expressão, pode-se perceber que, para eles, existe um estereótipo do jovem rico, cercado de mimos pelos pais, e dos jovens não-ricos, que podem, por meio da aquisição de bens e vestimentas, aos primeiros se misturar. Os contraventores são, nesse sentido, jovens que realizam furtos e estão travestidos de um poder econômico distinto de sua realidade como tentativa de fugir da visão do clássico pobre que, por andar maltrapilho, é ladrão. Não há, pois, surpresa nesta constatação. Afinal, Coimbra e Nascimento (2003, p.35) afirmam que a juventude pobre, por meio de formas de funcionamento e de organização, foge ao preestabelecido e inventa mecanismos para resistir às exclusões e destruições que vivenciam em seu cotidiano.

²⁸ O Programa Ronda do Quarteirão foi implantado no estado do Ceará em novembro de 2007. É definido como uma estratégia de polícia comunitária que busca uma maior aproximação da sociedade com a polícia técnica, fazendo dos agentes de segurança pública, agentes transformadores da pacificação social (CEARÁ, 2012). Segundo policiais entrevistados por Sousa (2008, p.48), “este [Programa] surge como uma “novidade na polícia” e é considerado como “ousado e inovador” (e acrescentaria, polêmico e complexo), além de ser visto como uma “promessa de mudança” na área da segurança pública do Ceará”.

Para os jovens, o Bom Jardim não é composto apenas de uma face pobre e perigosa. Eles conseguem reconhecer, mesmo diante das adversidades, as melhorias ocorridas nos últimos anos na comunidade, mas consideram que ainda são necessárias mudanças no sentido de integrar um número maior de pessoas às atividades existentes.

Que tá tendo mais oportunidades pro jovem aqui, sabe? É porque os jovens de hoje, se andar por aqui, tem muitos locais aqui, biblioteca, o Centro Cultural. Assim, eu tô inserido aqui tá com uns 2 anos. Tem muita coisa aqui que achava que nem tinha, uns cursos de técnica vocal, teatro, balé, várias coisas mesmo e eu até me surpreendi quando eu conheci aquele Centro Cultural ali. Acho que tem muitas coisas boas aqui pelo Bom Jardim, é porque as pessoas não sabem procurar, se informar, é falta também de informação. (JOÃO, GF1, p.7).

Victor, contrariamente à visão de João que julga faltar interesse por parte dos jovens, acredita que *“Devia ter uma assistência, assim, pra galera interagir mais, porque muitas vezes não tem muita oportunidade pras pessoas que querem. Acho que poderia ter mais”* (VICTOR, GF2, p.8). O jovem acredita ser necessária uma influência externa a fim de potencializar determinados processos comunitários. A precariedade nos espaços de lazer também foi apontada como um elemento negativo na comunidade. Por isso, Victor (GF1, p.7-8) esclarece:

Acho que deviam colocar mais quadras também, não tem nenhuma por aqui perto. Era bom marcar horário, fazer pra comunidade toda, assim, a pessoa ir de noite, a hora que quiser. Aqui precisa ter horário e tem aula nos outros colégios, dia de semana, aí não dá. Aí a galera fica sem fazer nada, sabe? Acho que era um bom lazer você ir pruma quadra, jogar bola tira muita coisa da cabeça de algumas pessoas que tavam paradas.

Os jovens demonstram seus incômodos diante de questões da vida comunitária, conseguem formular alternativas de melhorias, mas, durante suas falas, não se colocam como agentes realizadores dessas transformações. Embora diante de situações que os incomodam, a mudança parece algo presente no campo das idéias e difícil de ser realizado no cotidiano. Instaura-se o conformismo, que por ser dotado de elementos do senso comum como o ajuste e a resignação ao possível (RIBEIRO, LOURENÇO, 2003), desvirtua a compreensão pelos jovens dos fatos, que passam a ser vistos em termos do que é possível segundo uma realidade social que parece cristalizada. Além disso, a inserção no mercado de trabalho e a busca pela sobrevivência os distanciam dos aspectos mais colaborativos da vida comunitária, tal como o exercício do trabalho

voluntário, por exemplo. Os jovens vão, progressivamente, centralizando seus esforços na busca do alcance de seus ideais pessoais.

Como afirma Montero (2006, p.72), o fortalecimento, sob uma perspectiva comunitária, representa

[...] o processo mediante o qual os membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida atuando de maneira comprometida, consciente e crítica, para realizar a transformação de seu entorno segundo suas necessidades e aspirações, transformando-se ao mesmo tempo a si mesmos²⁹.

Nesse sentido, uma vez que há a progressiva diminuição da convivência comunitária pelos jovens, ocorre que o potencial transformador inerente ao compartilhar das adversidades e da busca em conjunto de alternativas transformadoras vai sendo reduzido, assim como a capacidade para construir e as associações de colaboração. Travam-se lutas solitárias dos jovens contra uma totalidade hegemônica característica de um sistema socioeconômico-cultural de injustiças, intolerâncias e opressão, responsável por vários dos problemas psicológicos vivenciados pela população atualmente (NEPOMUCENO *et al*, 2008).

Ocorre que a vida em condições de privação interfere na maneira com que os sujeitos estão expostos às situações de adoecimento, algumas das quais reforçadas pelo distresse da pobreza. Sobre este aspecto, afirma Gerhardt (2006, p.2461),

A saúde dos indivíduos expressa o impacto dos problemas materiais sobre o corpo, e permite, de um certo modo, uma leitura destas relações. Por outro lado, existem mecanismos de regulação ou de perturbação da saúde e da doença que são de ordem social e cultural, a saber: papel das relações sociais (familiares e comunitárias); solidariedades que as fortalecem ou conflitos que as dividem – como mediadores entre o indivíduo e seu ambiente.

Por conseguinte, a maneira com que a família é apresentada nas falas dos jovens permite a consideração de que não se trata da definição de um modelo familiar específico. As várias descrições familiares refletem as multiplicidades de fatores presentes nas dinâmicas atuais, que vão da abordagem da família pelos jovens como

²⁹ De acordo com o original: “[...] proceso mediante el cual los miembros de una comunidad (individuos interesados y grupos organizados) desarrollan conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida, actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de su entorno según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo a si mismos” (MONTERO, 2006, p.72).

'complicada', 'bagunçada' até sua consideração como referência positiva de união e estabilidade emocional. Yara (GF1, p.2), ao tentar explicar sua história familiar, declara “Assim, minha família é um pouco complicada, como se diz né, porque... Eu não conheço meu pai, nunca conheci, ele mora em São Paulo... Ele vivia com a minha mãe, só que a minha mãe se separou dele, sabe? (...)”.

Luís (GF2, p.8) expõe sobre a relação de cumplicidade que possui com a mãe:

Na família tem uns que a gente se dá bem, outros tem que lidar com a garrafa na mão. Sou só eu e minha mãe. Minha família de parte paterna mora no Rio Grande do Sul. Só eu, minha mãe e minha irmã mora aqui em Fortaleza. (...) Quando tá eu e minha mãe, a gente vai prum cinema, vai prum shopping, tem mais carinho.

A jovem Luana, ao se referir aos momentos de convivência com os irmãos, faz alusão aos momentos descontraídos. Diante da Fotografia 17, intitulada “Diversão em família”, ela declara “Aqui... É momento de diversão, eu, meus irmãos...”(LUANA, E2, p.2).



Fotografia 17 - Luana: 'Diversão em Família'

Contudo, é também no cenário familiar que se expressam os elementos do que Góis (2008) chamou de deterioração sociopsicológica, que congrega as necessidades materiais não atendidas, as enfermidades físicas, o medo, o alcoolismo, a violência e a falta de perspectivas. Por estarem recorrentemente presentes, estes elementos contribuem para o estresse continuado da família ou distresse familiar.

Dessa forma, a família, assim como pode servir como fator de proteção social³⁰ mediante o estabelecimento de coesão/satisfação entre seus membros (KOLLER, MORAIS E CERQUEIRA-SANTOS, 2009), em ocasiões em que são instaurados conflitos familiares expressos por meio da violência e da separação ou perda este campo de relações para representar fator de risco para os jovens. Não há, segundo o que pode ser observado na fala dos participantes da pesquisa, uma experiência familiar que os conduza a um risco total ou a uma proteção total. Esses fatores se misturam e há, assim como já anunciado por Góis (2008), formas de manifestação das singulares formas com que os sujeitos vivem as situações de opressão e exploração social. Família, indivíduo e comunidade encontram novas alternativas para lidar com suas questões cotidianas.

Na fala de Maria, por exemplo, percebe-se como o alcoolismo vai se inserindo na dinâmica familiar e impondo uma nova organização entre seus membros, inclusive transformando uma situação em que a mãe que não trabalha, diante do desemprego do marido, passa a exercer o papel de provedora do lar.

Somos eu, meus irmãos, minha mãe e meu pai. Não vejo muito meu pai não porque meu pai e minha mãe estão separados. Meu pai é alcoólatra, então é um pouco complicado de falar. Muito difícil eu ver meu pai, só quando vou lá, ele tá bêbado, mas a relação com a minha mãe é boa (...). Apesar de tudo a família é bem unida, todo mundo precisa um do outro, pode se apoiar no ombro do outro. Agora, com quem eu sou mais próxima, da minha família, é minha irmã. Tem desentendimentos, mas num passa de dois dias sem olhar uma pra cara da outra [risos], a gente é muito amiga mesmo. Meu irmão mora com a namorada dele e com a torcida feminina do Flamengo, porque meu irmão não vale nada [risos]. Eu tenho medo de ele seguir no mesmo rumo do meu pai, sabe? Meu pai quando vivia com a minha mãe vivia traindo ela. Ele era trocador. (...) Eu fico é triste de ver a situação dele por que eu queria que ele tivesse outra situação. Minha mãe se separou dele, ele ficou desempregado, aí ela teve que começar a trabalhar. Ela se virou em cinco, tanto que admiro muito a minha mãe, porque ela é uma mulher muito batalhadora, sabe? A gente já tava crescendo e criado, mas meu pai ficou 5 anos sem trabalhar, quem sustentava lá em casa era a mãe, de tudo mesmo sempre foi ela, passou 5 anos com a família inteira nas costas. O meu pai pedindo dinheiro a ela pra encher a cara, entendeu? Com relação a isso eu sou meio traumatizada, não gosto de falar muito disso não, mas é bom, eu gosto da minha família (MARIA, GF2, p.4-5).

O esforço que os jovens narram exercer para vencer as adversidades presentes no cotidiano, a admiração que possuem pelos parentes mais próximos e a formulação de ideais de futuro fundamentados na busca pela melhoria de vida são expressões da

³⁰ Koller, Morais e Cerqueira-Santos (2009) apresentam, ainda, como fatores protetores sociais o lazer, a rede de apoio, e as relações de amizade e como fatores protetores pessoais a espiritualidade, os valores/moralidade, a autoestima/criatividade, a realização/bem-estar, o otimismo, o sentido para a vida, o humor, o altruísmo/sociabilidade, a autoeficácia e a perspectiva para o futuro.

tentativa dos jovens de lidar com o distresse em decorrência de viver em uma família “(...) preocupada diariamente em sobreviver, carregada de tensão produzida por exaustiva luta diária para se proteger e obter o alimento do dia seguinte, defender-se das injustiças sociais, dos preconceitos e outras formas de violência social” (GÓIS, 2008, p.135).

As doenças crônicas são, também, um elemento característico dos conflitos familiares ao ser a responsável, como na experiência de Luana, pela morte precoce da mãe. Instaura-se uma experiência vivida como de abandono, que acarreta como expectativa o amadurecimento emocional da jovem a fim de se tornar capaz de exercer o papel de cuidadora dos irmãos. Ao ser indagada sobre seu papel em sua dinâmica familiar, ela declara: “*Eu acho que é muito importante, porque sem mim não dá*” (LUANA, E2, p. 4). A família, para a jovem, aparece como referência de significação de sua vida na Fotografia 18, intitulada de “Minha Vida”.



Fotografia 18: Luana: 'Minha Vida'

É, pois, no contexto em que se dão os eventos cotidianos, que organizam a vida coletiva, comunitária e familiar, “ [...] que os indivíduos evoluem ao mesmo tempo em que seu corpo, seus pensamentos, suas ações, são formatados por esse espaço social” (GERHARDT, 2006, p.2450) e pelas experiências dele originadas. Conforme observado, as situações de abandono se dão, em muitos casos, também associadas às experiências de privação e agressão. Afinal, uma vez vivendo em condições de pobreza, as privações são não apenas monetárias, mas também de acesso à saúde, à educação de qualidade e à boas condições de moradia.

A maneira com que as famílias se distribuem geograficamente na comunidade, morando, em grande parte das vezes, próximos uns dos outros ou dividindo espaços

comuns, favorece tanto a busca conjunta pela sobrevivência quanto o estabelecimento de conflitos entre parentes. Maria (GF2, p.6-7) exemplifica situações em que as brigas observadas na comunidade estão relacionadas com conflitos entre familiares:

Mas hoje em dia na minha rua briga eu num vejo mais, às vezes é algum vizinho que eu tenho que, por infelicidade deles mesmos, moram tudo próximo. Tio mora vizinho à outra tia, ou filhos, sobrinhos, netos, aí o que acontece? Como são família e família é o alicerce, você precisa de um e aí passam na cara, e aí começa aquela briguinha, sempre a gente vê isso aí.

Os indivíduos sofrem de modo singular o estresse negativo familiar e comunitário que compartilham. O distresse individual, assim, “é resultado do esforço do morador da periferia de superar as dificuldades que enfrentam e do pouco ou nenhum sucesso para escapar da pobreza e de suas conseqüências no dia-a-dia” (GÓIS, 2008, p.136). Há um estado crescente de perturbação que rompe com o equilíbrio e acomete os sujeitos tanto sob o aspecto orgânico como psíquico e social, indo de um ponto inicial de sofrimento cotidiano até um progressivo estado que pode chegar ao adoecimento grave e ao transtorno mental.

Dessa forma, atentar-se para as influências psicossociais da pobreza contribui para que foco compartilhado durante longo período pelo discurso *psi* possa se deslocar dos aspectos eminentemente individuais e psicológico-existenciais para a consideração das questões sociais (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003) como promotoras de processos de doença e saúde. Afinal, os sentidos elaborados frente às situações decorrentes da privação e da desigualdade social são disseminados das mais variadas formas, interferindo nos aspectos emocionais, comportamentos e ideacionais dos indivíduos. A ideologia, segundo compreensão adotada neste estudo, interfere sobre estas três dimensões ao estar, no plano superestrutural, articulada às instituições que respondem pelas forças políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, e, no plano individual, em função da história de vida e da inserção social específica de cada indivíduo (LANE, 1984).

Contudo, quando estruturada a partir das circunstâncias de opressão, a ideologia acaba agindo em benefício da manutenção e perpetuação das relações sociais de dominação (MOREIRA; SLOAN, 2002). Ela intervém sobre o sistema de valorações por meio do qual os homens desenvolvem suas relações, condicionando a consciência que têm sobre o mundo e, até mesmo, os passos seguintes de sua história (MARTÍN-BARÓ, 1998).

A ideologia de submissão e resignação (GÓIS, 2008), nesse sentido, configura-se como uma lógica de dominação, permeada de valores, crenças e idéias que reforçam a existência de um modo de viver específico da classe oprimida. Ela se manifesta nos diversos âmbitos de convivência do indivíduo e, progressivamente, altera a crença que possui sobre ser capaz de realizar algo pessoal e socialmente e assim agir com consciência e autonomia (GÓIS, 2003). É estabelecido, assim, um progressivo processo de individualização do social, que origina a culpabilização psicológica (GUARESCHI, 2009) dos indivíduos aos responsabilizá-los pelas situações adversas e injustas.

Nesse sentido, pode-se dizer então que a ideologia de submissão e resignação funciona como uma ideologia de culpabilização do pobre, baseada na elaboração e propagação de estereótipos da pobreza (EUZÉBIOS FILHO, GUZZO, 2009). O indivíduo “é empurrado para o enrijecimento, alienação e anomia, tendendo a se tornar um jovem ou um adulto hostil e/ou servil, portanto, ajustado à ideologia dominante” (GÓIS, 2008, p.53). Assim, este aspecto ideológico, recorrente no dia-a-dia do indivíduo como ação repressora, contribui para a constituição de uma das faces de sua identidade: a de oprimido e explorado. Esta,

(...) é fruto da dominação e da pobreza [], um modo de sobrevivência social, biológica, psicológica e espiritual, construída alienada e inconscientemente pelo povo pobre para reduzir sua angústia e sofrimento diante da miséria e da violência, para não ser eliminada socialmente, nem psíquica e fisicamente (GÓIS, 2008, p.61).

Não obstante, ela representa apenas parte da identidade dos indivíduos, construída como uma tentativa de auto-preservação frente às condições de vida dolorosas. Segundo Diogo (2005), se, por um lado, a ideologia de submissão e resignação contribui para a constituição da identidade de oprimido e explorado através do estabelecimento de uma rede ideológica para o aniquilamento, para a progressiva diminuição do potencial dos indivíduos, a existência de uma cultura comum a pobreza originaria o desenvolvimento de um estilo de vida próprio do pobre.

Com isso, a pobreza contribui para a construção de uma conjunção funcional que a perpetua mediante elementos culturais. Ou seja, é a cultura da pobreza, termo cunhado inicialmente pelo antropólogo Oscar Lewis e desenvolvido por Martín-Baró (1998), expressão do conjunto de normas e atitudes compartilhadas por indivíduos face à circunstâncias externas desfavoráveis.

De fato a cultura da pobreza constitui tanto uma adaptação como uma reação dos pobres []. Representa um esforço para manejar os sentimentos de impotência e desesperança que se desenvolvem ante a comprovação de que é improvável ter êxito seguindo os valores e fins da sociedade mais ampla (LEWIS, 1969 *apud* MARTÍN-BARÓ, 1998, p.88).

Quando transmitidas de geração à geração, estes elementos acabam por perpetuar este estado de pobreza, pois, independentemente de haverem mudanças nessas circunstâncias, os valores e concepções são transmitidos. Ocorre, então, que a vida em condições de pobreza contribui para o desenvolvimento de campos construídos de significação que delimitam diferentes experiências tanto em relação ao presente, quanto em relação ao futuro, guiando direções e escolhas (IRIART; MILANI, 2009), que, em sua grande maioria, não são provenientes de processos acurados de reflexão sobre os fatores influenciadores do desenvolvimento cotidiano dos indivíduos.

Por outro lado, mesmo diante dessa violenta agressão ao seu núcleo de vida, desse processo de desumanização, de distorção de sua história (FREIRE, 1987), o indivíduo encontra as mais variadas alternativas para sobreviver, demonstrando, com isso, seu potencial de (re)agir frente às condições adversas. Assim como a ideologia de submissão e resignação e a identidade de oprimido e explorado, o fatalismo, categoria central neste estudo, dispõe sobre uma destas alternativas encontradas pelos indivíduos.

4.2 O Conceito de fatalismo

Originário do latim *fatum*, que quer dizer dado, predição, oráculo, destino inevitável, o fatalismo está relacionado, de acordo com Martín-Baró (1998), às condições de pobreza e opressão vividas pelos povos latino-americanos, aos conseqüentes modos de vida desenvolvidos a partir desta realidade e à perpetuação de crenças religiosas que estimulam e disseminam ideais de resignação.

O fatalismo, em certo sentido, possui suas raízes no processo de evolução ideológica da pobreza (SIQUEIRA, 2009) e na concepção de que há uma determinação divina responsável pela existência de ricos e não-ricos (SPRANDEL, 2004). Uma vez que a responsabilidade das situações desfavoráveis de vida é desvinculada da análise dos fenômenos segundo o contexto histórico-cultural específico, ocorre que os sujeitos passam a ser responsabilizados pela situação em que vivem, seja devido à promessa de obtenção de redenção espiritual ou em virtude da incapacidade que possuem de driblar

um dia-a-dia árduo. Localizar nas pessoas as raízes dos mecanismos que produzem a pobreza e a desigualdade social obedece, assim, à tendência de “culpar a vítima” por todas as agruras que experimentam no cotidiano e incitá-las ao fatalismo (DUVOUX, 2010, p.1).

Dessa forma, o fatalismo manifesto no cotidiano é marcado pelo aparente conformismo dos grupos e indivíduos com condições deploráveis de existência e com um regime de vida opressor (MARTÍN-BARÓ, 1998). Ele expõe sobre a visão que o indivíduo tem sobre o mundo, seu entorno e as relações que estabelece e refere a uma postura adotada pelos sujeitos sobre si e sobre sua vida e

constitui uma relação de sentido entre as pessoas e um mundo que se encontra fechado e incontrolável, quer dizer, se trata de uma atitude continuamente causada e reforçada pelo funcionamento opressivo das estruturas macrosociais. A criança das favelas ou barracos marginais introjeta o fatalismo não tanto como uma herança paterna, quanto como fruto de sua própria experiência frente à sociedade (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.89-90)³¹.

Consoante com esta compreensão, a disseminação do fatalismo não encontraria seus elementos fundamentais apenas nos valores difundidos no foro familiar, mas, sobretudo, na experiência de viver o cotidiano em um ambiente social marcado pela pobreza, pela desigualdade social e pela constante perpetuação de ideais de culpabilização. Com o passar dos dias, os recorrentes esforços frustrados em mudar o curso da vida acabam por criar, no imaginário dos indivíduos, um conjunto de leis, justificativas e modelos explicativos a fim de dar conta dessa realidade que se apresenta engessada. O contexto social é, então, compreendido “(...) em ciclos pré-determinados, modelos pré-fabricados de existência subumana, onde um presente de pobreza e adversidades sempre perdura como um fenômeno da natureza, que não se pode mudar” (NEPOMUCENO, 2003, p. 26-27). Há uma ordem já estabelecida, exercida em função da vontade divina, que é a grande responsável pelo destino dos sujeitos.

Tal alternativa encontrada pelo sujeito de atribuir as leis da natureza as causas de seu sofrimento se configura como um modo psicologicamente mais fácil de lidar com

³¹ Segundo texto original, “constituye una relación de sentido entre las personas y un mundo al que encuentran cerrado e incontrolable; es decir, se trata de una actitud continuamente causada y reforzada por el funcionamiento opresivo de las estructuras macrosociales. El niño de las favelas o champas marginales introyecta el fatalismo tanto como una herencia paterna, cuanto como el fruto de su propia experiencia frente a la sociedad” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.89-90).

esta dor (JASPARD, 2004). Assim como ilustrado por Martín-Baró (2003), embora frente a fatos de caráter traumatizante a criança reaja de modo imediato e sob fortes elementos emocionais (gritos, lamentos, terror), lhe é conveniente a adoção, em momentos seguintes nos quais se perpetuem essas condições, de padrões relativamente estáveis de insensibilidade emocional. É, portanto, o excessivo custo emocional das experiências vividas pelos indivíduos que os leva a uma desensibilização defensiva que, sob certos aspectos, os faz parecer como frios, insensíveis, e ainda carentes de emoções na vida cotidiana. João exemplifica este aspecto ao narrar o comportamento adotado diante dos recorrentes pedidos de esmola que presenciava na comunidade. Segundo o jovem,

Antigamente eu renegava um pouquinho, se pedissem alguma coisa pra mim eu dava uma de mudo [risos]. Mas hoje em dia quando vejo, ajudo, pois comecei a ver minha vida totalmente diferente depois disso aí. Se eu puder, o que eu tiver, eu ajudo (JOÃO, GF1, p. 16).

A aparente indiferença frente à súplica do outro, na verdade, expressa a tentativa de se resguardar perante uma circunstância que não se sente capaz de mudar. O caminho alternativo para o silêncio, originado da experiência de inserção de João em um grupo religioso, foi o pesar e a autculpabilização, que, juntos, também são elementos de expressão do fatalismo. Karla, por sua vez, traz elementos para a compreensão do distanciamento que origina um custo emocional para entrar em contato com fatos dolorosos do cotidiano.

Eu chego a me tocar que a pessoa se despediu no outro dia que eu começo a sentir falta. No outro dia eu percebo que foi embora mesmo. Não sou de sentir a emoção na hora, por isso acabo chorando depois do que acontece. Velório, todo mundo lá chorando, eu não vou tá sorrindo, mas chorando eu não vou tá. Aí no outro dia, ou quando tá terminando o velório... (KARLA, E1, p.6).

Nesse sentido, uma vez inserido em uma circunstância de pobreza, os elementos culturais estabelecidos frente a esta situação se encarregariam de disseminar processos de desensibilização e de distorção da compreensão dos indivíduos sobre o cotidiano. O fatalismo, um desses processos psicossociais que favorece a deturpação do real, manifesta-se como uma profecia realizadora de algo já anunciado, deformando o fato e o restringindo a unidades de análise suportáveis para o indivíduo. Os círculos pré-determinados aparecem, para os jovens pesquisados, como justificativa para a perpetuação do tráfico na comunidade. De acordo com Maria (GF2, p.8), “*Se uma*

pessoa nasce numa família em que o certo é traficar, é viver do tráfico, ela vai crescer naquela achando que a vida “ai que ganhar dinheiro é fácil”, é rápido, é uma porta fácil. Ela vai crescer com aquele pensamento”.

A compreensão da realidade como uma profecia que segue traz como risco o círculo de manutenção da cultura da pobreza, pois, frente ao fracasso em alcançar a mudança e a conseqüente desistência em empreender esforços para sair dessa situação, instaura-se o que Ardila (*apud* MARTÍN-BARÓ, 1998) designa como impotência ou desesperança aprendida. Esta, mesmo em ocasiões nas quais houvesse a mudança e evolução das condições sociais, manteria a indolência³² fatalista. Em outras palavras, afirma Martín-Baró (1998, p. 89)

(...) uma vez estabelecida a cultura da pobreza, nela estará a causa do fatalismo na população, independentemente se as condições sociais mudem ou não. O fatalismo deixará suas raízes no psiquismo das pessoas mais que no funcionamento das estruturas econômicas, políticas e sociais³³.

Entretanto, são essas estruturas as responsáveis pela perpetuação da cultura da pobreza e, conseqüentemente, do fatalismo. Estabelece-se um movimento circular de interdependência quando a perpetuação de situações desfavoráveis assegura a existência de um universo cultural relativo à pobreza, que reforça a peculiar maneira de estruturação psíquica oriunda do fatalismo, ao influenciar profundamente na maneira como o indivíduo desenvolve sua auto-imagem. A nova compreensão de si, por conseguinte, impacta, no modo como o sujeito estabelece e desenvolve suas relações, no modo com que encontra sentido para sua existência.

As características do fatalismo latino-americano poderiam, segundo proposto por Martín-Baró (1998), ser examinado em uma tripla vertente ideacional, afetiva e

³² Segundo o dicionário Michaelis (<http://michaelis.uol.com.br>), o termo indolência é originário do latim *'indolentia'* e significa 'preguiça', 'negligência', 'impassibilidade', 'insensibilidade física', 'falta de dor', 'estado de êxtase contemplativo'. Na obra de Martín-Baró (1996, 1998), a indolência do povo latino-americano aparece como uma crítica, apresentada pelo autor, a deturpada compreensão desta população como estando em um permanente estado de torpor, apatia e preguiça. Ao contrário, Martín-Baró (1998, p.74) utiliza a expressão “hacer de lo insólito lo cotidiano” ao se referir a capacidade do povo de El Salvador em lidar com uma realidade de guerra durante anos e, mesmo nestas condições de vida, ser capaz de dar continuidade ao seu cotidiano. Contudo, este processo de dessensibilização, embora seja necessário para que os indivíduos encontrem alternativas de como lidar com um dia-a-dia doloroso, origina conseqüências como os pensamentos, idéias e comportamentos fatalistas, que serão melhor apresentados ao longo do texto.

³³ De acordo com texto original: “(...) una vez establecida ‘la cultura de la pobreza’, en ella radicará la causa del fatalismo de la población, independientemente de que las condiciones sociales cambien o no. El fatalismo echaría sus raíces en el psiquismo de las personas más que en el funcionamiento de las estructuras económicas, políticas y sociales” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 89).

comportamental que aparecem com maior frequência nos sujeitos e é conceitualizada por ele em termos da atitude dos sujeitos frente à vida.

Quadro 2 - Elementos mais característicos do fatalismo latinoamericano

| Idéias | Comportamento | Sentimento |
|--|--|--|
| A vida está pré-definida. | Resignação frente ao próprio destino. | Conformismo e submissão. |
| A própria ação não pode mudar esse destino fatal. | Não deixar-se afetar nem emocionar pelos sucessos da vida. | Tendência a não fazer esforços, a passividade. |
| Um Deus distante e todo poderoso decide o destino de cada pessoa | Aceitação do sofrimento causado. | Pessimismo, sem memória do passado nem planificação do futuro. |

Fonte: Martín-Baró (1998).

As características assinaladas, como enfatizou Martín-Baró (1998), não devem ser tomadas como entidades em si mesmas. Ao contrário, elas dispõem sobre o colapso analítico de uma maneira de ser, do modo como certas pessoas se relacionam consigo mesmas e se colocam no mundo. Cada um dos elementos dessa tripla vertente ideacional, sentimental e comportamental se refere a um todo pessoal, que são as pessoas fatalistas e encontram suas raízes na cultura da pobreza (BLANCO, DIÁZ, 2007). Tais elementos se apresentam com maior ou menor clareza nos sujeitos, de acordo com o contexto de cada circunstância histórica (MARTÍN-BARÓ, 1998).

Aliada à importância da consideração do período histórico, o referido autor coloca em destaque a relevância da distinção do fatalismo enquanto atitude frente à vida ou de sua consideração enquanto estereótipo do povo latino-americano. Tal receio demonstra o risco de que a análise desse fenômeno possa vir a servir como legitimação do preconceito associado ao latino-americano, ao contrário de ser instrumento de denúncia e proposição de transformações.

As principais idéias ou crenças que nutrem o fatalismo latino-americano são a concepção de que há um destino fatídico para cada sujeito e cujos esforços são incapazes de mudar, pois há um Deus poderoso que determina os caminhos segundo sua vontade. Esses pensamentos fatalistas, segundo Amaral (2007), possuem causas na generalização de um conceito a-priorístico a partir do qual todos os outros passam a se subordinar. Quer dizer, a determinados fatos do cotidiano seriam atribuídos significados e sentidos específicos oriundos de experiências anteriores, marcadas por constituições emocionais que favoreceriam a sensação de ser menos, incapaz.

Dessa forma, o fatalismo e o sofrimento do cotidiano seriam as primeiras manifestações do distresse individual vivido pelos moradores das periferias face às

dificuldades que enfrenta e ao pouco sucesso em superar a pobreza (GÓIS, 2008). A eles estariam relacionados à diminuição da capacidade dos indivíduos em entender e enfrentar os aspectos ideológicos, as situações de vulnerabilidade e a identidade de oprimido e explorado decorrentes.

Têm-se, em uma extremidade da linha de crescente perturbação e mal-estar que acomete os indivíduos, o fatalismo, congregando a naturalização da pobreza e aceitação de um destino mágico, e o sofrimento do cotidiano, relacionado à “(...) baixa obtenção de resultados positivos no dia-a-dia, bloqueio da expressão pessoal, aumento da tensão interna, queda das defesas imunológicas e dissociações iniciais” (GÓIS, 2008, p.136-137) que causam sofrimento psíquico, ansiedade e até enfermidades físicas de certa gravidade. No pólo contrário, em situações já bastante agravadas e oriundas do fracasso em evitar as situações de fragilidade e crise, estariam às doenças graves e os transtornos mentais.

Frente a este cenário, assim como o trauma psicossocial, o fatalismo também passa a se configurar como uma ‘normal anormalidade’, à medida que é aceito socialmente apesar das conseqüências psicológicas que imprime aos indivíduos. Acentuando-se os agravos sociais, o fatalismo se congrega a sentimentos de impotência, passando a co-existir com este fenômeno.

Diante da impossibilidade de se fazer qualquer coisa pelo poder determinante que fatores têm sobre nossas vidas, o homem perde seu sentido de luta pela concretização de seus sonhos, sente-se predestinado ao seu destino e incapaz de agir sobre ele (GUZZO, LACERDA JÚNIOR, 2007, p. 233).

Há, com isso, o que Martín-Baró (1998, p.97) chama de “mitificação das forças históricas como natural ou como Deus”³⁴, o que motiva o indivíduo a explicar os fatos cotidianos que lhe são dolorosos através dos fenômenos da natureza ou da vontade de uma entidade superior, ambos impossíveis de serem controlados. É neste aspecto que o fatalismo se vincula a sua dimensão mais perniciosa, que é a ideologia religiosa relacionada a uma determinação divina.

A crença em uma religiosidade, quando a serviço da legitimação de uma ordem social, passa a garantir *status* de ópio do povo (MARTÍN-BARÓ, 1998), mascarando interesses políticos através de promessas de fé divina. Nesse sentido, religião e religiosidade seriam elementos em constante interdependência. A religião, conforme

³⁴ Segundo texto original: “la mitificación de las fuerzas históricas como naturaleza o como Dios” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.97).

definiu Martín-Baró (1998), representa as crenças, sentimentos e comportamentos referentes a um ser supremo, em dependência dos quais grupos e pessoas buscam responder suas interrogações sobre o sentido da vida e da morte. A religiosidade, por sua vez, transpõe esta esfera explicativa e se manifesta no modo com que as pessoas, de fato, vivem sua religião e importam essas crenças para o cotidiano.

Estabelecendo-se equivocadas justificativas e concepções sobre seu entorno, o sofrimento se cristalizaria na forma daquilo que Sawaia (2009b, p.370) chama de potência de padecimento, ou seja, “de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência”.

Por conseguinte, o estudo realizado por Erich Fromm e Michael Maccoby entre 1957 e 1963, segundo Martín-Baró (1998), representou uma das primeiras análises psicossociais que tocaram o tema do fatalismo latino-americano. Adotando como amostra aldeões mexicanos, os autores afirmaram que estes sujeitos se demonstravam invejosos, desconfiados, pessimistas quanto ao futuro, submissos e insatisfeitos consigo mesmos. Estes comportamentos, para os autores, estariam aliados a impulsos fatalistas, pois mesmo os aldeões demonstrando desejo de se rebelarem e iniciar uma revolução, tal movimento reivindicatório acabaria por retornar a mesma normalidade fatal, não causando mudanças substanciais nos modos de vida do povo.

Martín-Baró (1998) chegou, ainda, a mencionar a existência de uma síndrome fatalista latino-americana, que poderia ser melhor compreendida através da realização de estudos sobre a imagem que os diversos grupos sociais têm de si mesmos, observando, com isso, a manifestação diferenciada em termos de graus e modalidades de acordo com cada grupo de pessoas das classes dominadas.

Contudo, é necessário colocar em evidência que, apesar da amarra silenciosa representada pelo esquema fatalista³⁵, a dominação psicológica do colonizado, de acordo com Fanon (2001), nunca é completa. O indivíduo pobre estar dominado, mas não domesticado; estar inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade (GÓIS, 2008). Ao contrário, há indícios de que o próprio fatalismo seria uma alternativa, por que não criativa, do indivíduo em lidar com esta situação de dominação; afinal, “em última instância, a raiz do fatalismo não está na rigidez mental das pessoas, mas na

³⁵ Martín-Baró em seu livro *‘Psicología de la liberación’* (1998) utiliza os termos síndrome fatalista latino-americana, esquema fatalista e caráter fatalista para se referir a esta visão peculiar do indivíduo sobre sua vida.

imutabilidade das condições sociais frente ao que as pessoas e grupos existem e se formam” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.98).

Dessa maneira, enquanto forma adaptativa, o fatalismo se configura como caminho viável aos indivíduos para aceitação de condições de vida causadoras de sofrimento, podendo estar, na égide fatal, a incerteza, a insegurança, a resignação, a conformidade e a apatia, que representam maneiras encontradas pelos sujeitos de entrar em contato com a realidade (BLANCO; DIÁZ, 2007). Luana exemplifica esta situação ao narrar o distanciamento emocional como alternativa para conseguir dar prosseguimento as suas atividades cotidianas. Segundo ela: “*Não gosto muito de falar... Se eu for parar pra pensar em tudo o que eu faço, aí eu começo a pensar em tudo, começo a sofrer, a chorar, então procuro não pensar muito, não lembrar da minha vida. [voz chorosa]*” (LUANA, E2, p.5).

Embora não determine uma completa rigidez mental, o fatalismo influencia profundamente os modos de estruturação do psiquismo dos indivíduos ao interferir na maneira com que os sujeitos compreendem os fenômenos e encontram alternativas para superar os problemas advindos de situações complexas. Há, em certos momentos, a dificuldade de construção de uma cadeia lógica de compreensão dos fatos à medida que o processo histórico que o ocasionou é ignorado ou distorcido pelos sujeitos.

Inserido em estruturas macrosociais que favorecem a perpetuação de idéias, comportamentos e sentimentos fatalistas, o indivíduo entra em contato com um universo de signos sociais que o afeta e que, conseqüentemente, são internalizados e disseminados no convívio em sociedade mediante redes de significações.

No entanto, vale ressaltar os indicativos da existência de expressões distintas de fatalismo, agravadas, como já mencionado, segundo as circunstâncias sócio-econômicas vividas pelos indivíduos. Nesse sentido, a associação direta entre o fatalismo e a incapacidade do indivíduo em reagir frente aos estímulos cotidianos culminaria em afirmações negligentes, pois reduziria o fatalismo a modos específicos de manifestação, negando, inclusive, aquilo que poderia ser a sua expressão mais taciturna e perniciosa: a alienação. Conforme afirma Lane (1984, p.42), em circunstâncias nas quais há a alienação, ocorre que a consciência dos indivíduos é reificada, transformada em coisa, “(...) negando-se como processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e, conseqüentemente, ao que ele é socialmente”.

É, portanto, observando as considerações apresentadas até aqui, que o fatalismo é reafirmado enquanto fenômeno psicossocial que congrega uma gama significativa de

aspectos, tais como as questões ideológicas, o universo relacional dos indivíduos, as condições materiais de vida, as redes de significação desenvolvidas na interação, dentre outros. Contudo, mesmo reconhecendo o risco presente na busca de delimitação de categorias de análise para o fatalismo, neste estudo, o farei com o intuito de facilitar a compreensão daquilo que poderiam ser as manifestações do fatalismo nos indivíduos.

4.3 As manifestações das atitudes fatalistas em jovens pobres

Blanco e Diáz (2007) consideram que, embora tradicionalmente associado aos contextos culturalmente marcados pelo coletivismo e por um desenvolvimento econômico débil, na atualidade, o fatalismo

(...) acompanha também a vida de pessoas pertencentes a culturas individualistas que vivem dentro de um contexto altamente desenvolvido e até opulento, e nos mostra como um clima de incerteza, insegurança e indefinição frente aos acontecimentos caracterizam a sociedade do risco global (BLANCO; DIÁZ, 2007, p.552)³⁶.

Tal afirmação condiz com a necessidade de contextualização histórica do fatalismo enfatizada por Martín-Baró (1998) e que permite uma visão da atualidade do fenômeno segundo as condições econômicas, políticas e sociais contemporâneas. De acordo com esta compreensão, atualmente o fatalismo possui um rosto bifronte, ao se configurar ao mesmo tempo como uma estratégia de adaptação, que representa o **fatalismo individualista**, e aceitação resignada e passiva do destino, relativa ao **fatalismo coletivista** (BLANCO; DIÁZ, 2007)

Embora as formulações de Martín-Baró (1998) já apontassem para o poder adaptativo do fatalismo, a leitura de Blanco e Diáz (2007) o considera em termos das ameaças incontroláveis atuais, tais como a destruição do meio ambiente, as ameaças do terror fanático, o desemprego, a exclusão social dentre outros. Apesar de esta face do fatalismo não ser nova, seu destaque se deve à maneira com que se manifesta obstinadamente nas sociedades altamente desenvolvidas. Diferentemente do contexto de guerra civil de que fala Martín-Baró (1998), a situação atual dispõe sobre as

³⁶ Segundo texto original: “el fatalismo acompaña también la vida de las personas pertenecientes a culturas individualistas que viven dentro de un contexto económico altamente desarrollado y hasta opulento, y se nos muestra como un estado anímico de incertidumbre, inseguridad e indefensión frente a los acontecimientos que caracterizan la sociedad del riesgo global” (BLANCO; DIÁZ, 2007, p.552).

consequências oriundas da guerra psicológica, que gera a constante sensação de insegurança diante do futuro, da violência e da exclusão social.

O fatalismo individualista, assim, pode ser entendido como uma estratégia de adaptação prática a um modelo de sociedade marcado por ameaças, convertidas não poucas vezes em realidade; caracterizado por diversos riscos, pela incerteza e pelo progressivo isolamento do sujeito em decorrência da perda dos vínculos de solidariedade orgânica próprios da vida em comunidade (BLANCO; DIÁZ, 2007). A concepção adotada, segundo a qual o fatalismo representa uma alternativa de manutenção da integridade orgânica dos indivíduos, coloca em evidência que a perpetuação destes elementos somente se dá porque há uma estrutura macrossocial que ratifica a desigualdade social, as situações de privação e a exclusão dos indivíduos. O fatalismo, então, é útil a este processo de cristalização, à medida que contribui para a diminuição do potencial crítico e reflexivo dos indivíduos.

A outra face de que fala Blanco e Díaz (2007, p.552) se refere à manifestação fatalista mais tradicional, que “é a aceitação resignada e passiva de um futuro irremediável emanado de alguma força natural ou de alguma vontade sobrenatural”³⁷. O fatalismo coletivista representa, portanto, o esquema mental orientado por uma atitude submissa e acrítica, dirigida por um Deus superior.

Nesse sentido, o fatalismo está situado “em um ponto inconcluso dentro de um contínuo em cujo um dos pólos estariam as convicções e crenças que alimentam e justificam a resignação e a apatia, e em outro a mera pressão para a conformidade” (BLANCO; DIÁZ, 2007, p.554)³⁸. Por conseguinte, a manutenção da análise das manifestações do fatalismo em termos das idéias, comportamentos e sentimentos que engendra significa resgatar os estudos iniciais das atitudes próprios da psicologia social, pois os

(...) padrões, estilos e sentimentos comuns que são impostas através da pressão, do excesso de regulação, e até mesmo da repressão formam uma estrutura mental em que concorrem os três componentes que a psicologia social tem manejado tradicionalmente na hora de abordar o estudo das atitudes: componentes cognitivos, conteúdos afetivos e reações comportamentais³⁹(BLANCO; DIÁZ, 2007, p.555).

³⁷ De acordo com texto original: “el de la aceptación resignada y pasiva de un destino irremediable emanado de alguna fuerza natural o de alguna voluntad sobrenatural” (BLANCO; DIÁZ, 2007, p.552).

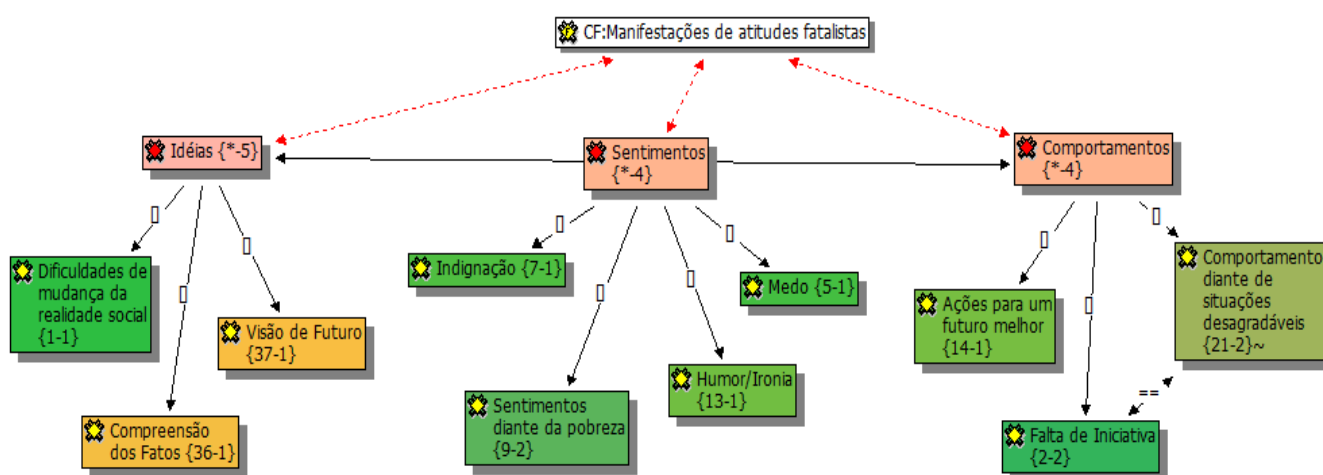
³⁸ No texto original: “situar el fatalismo en un punto inconcluso dentro de un continuo en uno de cuyos polos estarían las convicciones y creencias que alimentan y justifican la resignación y la apatía, y en el otro la mera presión hacia la conformidad” (BLANCO; DIÁZ, 2007, p.554).

³⁹ Em acordo com o original: “(...) pautas, estilos y sentimientos comunes que se imponen por medio de la presión, del exceso de reglamentación, e incluso de la represión conforman una estructura mental en la que concurren los tres componentes que la Psicología social ha manejado tradicionalmente a la hora de

Dessa forma, as atitudes fatalistas são o resultado das manifestações desses três aspectos que, por estarem em constante interação, permitem a compreensão de como os sujeitos desenvolvem as relações de sentido sobre si e o sobre o mundo. Observando-se as reflexões relativas ao fatalismo, os comportamentos atribuídos aos jovens como sendo de passividade, desesperança, apatia, indiferença e rebeldia ganham uma nova conotação, pois passam a ser vistas dentro de um contexto social, político e econômico contemporâneo, que oferecem aspectos peculiares para a constituição da juventude pobre.

Na presente pesquisa, a compreensão das idéias fatalistas compartilhadas pelos jovens foi apreendida a partir dos caminhos que acreditam ser possíveis para a mudança da realidade social, da maneira como compreendem os fatos, da evocação de figuras divinas e da visão de futuro que possuem. Os sentimentos, por sua vez, são expressos por meio dos conteúdos afetivos relacionados à pobreza, as manifestações de indignação, humor e ironia, bem como de medo. Já os comportamentos, dispõem sobre os comportamentos adotados diante de situações que julgam desagradáveis e da falta de iniciativa. A Figura 3, abaixo, representa esquema gráfico formulado com auxílio do *Software Atlas TI* sobre as manifestações do fatalismo em jovens em condições de pobreza.

Figura 3 - Manifestações do Fatalismo em jovens em condições de pobreza.



Fonte: Elaborado pela autora

abordar el estudio de las actitudes: componente cognitivo, contenidos afectivos y reacciones comportamentales” (BLANCO; DIÁZ, 2007, p.555).

Ao longo da pesquisa, os jovens demonstraram dificuldades de construir mentalmente aqueles que poderiam ser os caminhos para a mudança da realidade social. Eles apresentam visões reducionistas de uma realidade que parece cristalizada e não se colocam como agentes realizadores de mudanças. Chico acredita na impossibilidade de transformação do que vê acontecer em sua comunidade. Segundo ele, “*Como tá, acho que não se pode mudar, porque a gente vê nas reportagens menino de 12 a 17 anos assaltando, só nessa faixa*” (CHICO, GF2, p.7).

Embora consigam expressar seus incômodos diante dos elementos cotidianos, compreendê-los dentro de um contexto ampliado implica em desafio para os jovens. Após ser indagada pela entrevistadora sobre como acreditava que o Brasil poderia melhorar, a jovem Karla (E2, p.12) declarou: “*Tendo menos corrupção, usando melhor o dinheiro público... Pelo fato de ter tanto ladrão...*”.

Contudo, é interessante notar que, mesmo sendo difícil para os jovens construírem mentalmente caminhos para a transformação social, à nível individual seus projetos de futuros são formulados em dependência de um esforço que é pessoal e conta com o auxílio de forças superiores. O fatalismo no cotidiano dos jovens pode, portanto, expressar-se por meio da adoção de sistemas explicativos baseados em lógicas randômicas, aleatórias, segundo a qual pouco ou nada pode ser feito no decurso da vida social a fim de evitar situações desagradáveis, sendo resguardados elementos da ordem do esforço para mudança de sua vida individual.

Dessa forma, percebe-se que mesmo se eximindo da responsabilidade de intervir em favor da diminuição das conseqüências desagradáveis de certas ações, isto não quer dizer que o jovem perca todo o seu potencial de ação frente aos seus anseios individuais. Afinal, assim como já mencionado, associar diretamente o fatalismo e a incapacidade do indivíduo em reagir, reduz a compreensão sobre as manifestações do fatalismo. Com efeito, o que se quer enfatizar são suas expressões menos evidentes, mas que contribuem para a perpetuação de modos de subjetivação ancorados na submissão e resignação dos indivíduos frente à vida em sociedade.

De acordo com Abello-Lhanos *et al* (2009) em pesquisa realizada com pessoas desabrigadas, estes sujeitos afirmaram não possuir tempo nem energia para contribuir com algo para a sociedade. O fatalismo vai, então, sendo progressivamente associado à diminuição da contribuição social, que seria a capacidade vislumbrada pelos sujeitos de intervir para transformar sua realidade, e à redução da coerência social. Esta última se dá à medida que as pessoas “(...) perdem o interesse de se manter informados sobre o

que está acontecendo no mundo e entender o porquê desses eventos, especialmente se eles ocorrem de modo inevitável e dependente do destino”⁴⁰ (ABELLO-LHANOS *et al*, 2009, p. 464).

Os jovens compartilham, ainda, singularidades na maneira com que compreendem os fatos cotidianos. Segundo eles, o êxito obtido nas atividades empreendidas está relacionado tanto à sorte, ao acaso, como à intensidade de seus esforços pessoais. Para Marina (GF1, p.6), *“Eu tive sorte de vir me inscrever, nem tava no curso ainda, mas já ser chamada pra entrevista”*. A consideração dos elementos concretos cotidianos como influenciadores do insucesso é, então, colocado em segundo plano, sendo a responsabilidade própria dos sujeitos e de forças superiores. Este último aspecto está próximo da concepção de fatalismo coletivista de que fala Blanco e Díaz (2007) e que pode vir a culminar no risco da disseminação da passividade e do conformismo em virtude da descrença na relevância de se esforçar para mudar algo que parece inalcançável.

O descrédito apresentado pelos jovens nos governantes como responsáveis pela garantia de melhorias para a população designa mais um dos indicadores das atitudes fatalistas compartilhadas pelos sujeitos. Afinal, a impossibilidade das instituições como responsáveis pelas garantias sociais é fruto do limite controlado dos perigos característico das sociedades atuais (BLANCO; DIÁZ, 2007). Chiquinha (GF2, p.6) exemplifica esta situação ao afirmar: *“(...) porque, na minha opinião, se eu fosse esperar pela prefeita que nós temos e o governador.. Ia ser sempre a mesma coisa: alunos em frente à porta deles esperando eles saírem pra agredir eles com raiva...”*.

Os jovens apresentam visões de futuro eminentemente relacionadas a projetos individuais que podem ou não vir a perpassar o bem-estar de seus familiares mais próximos. Os desejos vão da conquista de um bom emprego, abertura de um negócio próprio, aquisição de bens, garantia de melhores condições de vida para os familiares até a aprovação em concurso público. Marina (GF2, p.16) afirma: *“Eu pretendo, ter minha casa própria, cursar uma faculdade, só que ainda não sei o curso, ter meu emprego, ah, essas coisas...”*.

⁴⁰ Segundo texto original: *“(...) pierdan un interés por mantenerse informados sobre lo que acontece en el mundo y por entender el por qué de dichos eventos, especialmente si estos ocurren de modo ineludible y dependen del destino”* (ABELLO-LHANOS *et al*, 2009, p. 464).

Luana, embora afirme desejar mudar sua realidade no futuro, diz não saber, no presente, como este caminho de transformação pode vir a acontecer. A incerteza do amanhã caminha juntamente à necessidade cotidiana de assegurar o mínimo necessário para os irmãos.

Futuramente não sei como é que vai ser. Mas hoje, assim, eu não vejo nenhuma solução. Eu tento seguir dessa mesma forma, vou trabalhar, pra ter dinheiro no mês, pra poder sustentar a família né? Trabalhar e cuidar deles, só isso que eu vejo hoje... né? (LUANA, GF2, p.7).

Diante da busca pela sobrevivência, ocorre que os sujeitos vão sendo direcionados para as dimensões mais individuais e particulares. Uma das características do fatalismo na atualidade não é, portanto, a ausência do desejo de obtenção de melhorias de vida, mas sim a centralização dos intuitos nesta esfera reduzida de bem-estar. Consoante com esta constatação, Abello-Lhanos *et al*, (2009, p.469) observou que uma característica relevante das pessoas desabrigadas, que compartilhavam experiências traumáticas e expressavam atitudes fatalistas, era o fato de apresentarem

(...) um aumento em seu propósito na vida, na presença de crenças irracionais sobre o mundo. Aparentemente, a abordagem de metas e objetivos pessoais os permite enfrentar o desapego da sociedade, uma vez que esta não é confiável nem segura⁴¹.

Não se trata, portanto, da afirmativa de que os sujeitos que manifestam atitudes fatalistas necessariamente vivem em profundo estado de torpor e apatia. Ao contrário, a desconfiança na sociedade e a centralização dos intuitos na esfera individual são elementos que merecem ser considerados. Este distanciamento dos problemas coletivos e a falta de iniciativa para o desempenho de ações que beneficiem todos não são acompanhados de uma total apatia frente às necessidades pessoais dos indivíduos, pois isto não os impede de formular objetivos pessoais. Ocorre que a sociedade, *locus* primeiro de perpetuação do fatalismo, passa a ser vista pelos sujeitos como ambiente inóspito, potencialmente capaz de lhes oferecer situações desagradáveis e dotada de uma constituição impossível de ser transformada pelos sujeitos. Estes voltam para si,

⁴¹ De acordo com texto original: “(...) presentan un aumento en su propósito en la vida, en presencia de las creencias irracionales hacia el mundo. Al parecer, el planteamiento de metas y objetivos personales les permiten enfrentar el desapego hacia la sociedad, puesto que ésta no es confiable ni segura” (ABELLO-LHANOS *et al*, 2009, p.468).

para seus propósitos pessoais. Já que não é possível esperar nenhuma mudança positiva da realidade, qualquer transformação vivenciada deve partir de seu próprio esforço e dedicação. Trava-se, com isso, uma luta solitária.

Juntamente aos propósitos cada vez mais individualistas, está também a associação entre o desejo que pretende alcançar no futuro e a dependência de sua realização à vontade divina. Chico (GF2, p.15) acredita que há um Deus que direciona seu caminho.

Daqui a dez anos eu pretendo entrar na marinha, se Deus permitir, né?. Mas se Ele não permitir, eu quero me tornar um empresário em algum ramo que dê pra mim sustentar minha família, que eu seja próspero e bem sucedido na vida e no trabalho.

Há, com isso, uma divindade que orienta e é vista como responsável por ações que futuramente resultarão no alcance dos objetivos pretendidos. O presente também se deve a uma divindade a quem os jovens agradecem por sua situação. João (GF1, p.8) declara: “*Graças a Deus vou terminar esse ano. Se Deus quiser!*”

Ser uma "mulher de fé" é, para a jovem Luana, aceitar por meio de uma crença resignada que as dificuldades do cotidiano como condicionalidades para o alcance de um futuro melhor. Diante de tamanha necessidade de confiança em um ser superior que é sábio em sua essência e conduz os caminhos dos indivíduos, as lamúrias seriam indicações de que suas expressões de fé não são suficientes a ponto de confiarem seus caminhos para Deus.

As pessoas sempre falam muito em ser uma mulher de fé. Porque se tive alguns momentos difíceis é porque não sou uma mulher de fé...Eu peço a Deus que me dê mais fé. (...) Porque vou confiar nas promessas de Deus. Tenho certeza que vai dar tudo certo. Deus não vai dar um fardo pra eu carregar, né? Não vai me dar um fardo tão grande que eu não possa carregar. E o que eu passo, tenho certeza que tem pessoas que passam por mais do que eu passo. É pequeno na frente de outras coisas. Às vezes eu me emociono muito quando vejo as pessoas sofrendo, isso me emociona muito [voz chorosa], fico pensando, meu problema não é nada na frente dessas pessoas. Às vezes, a gente reclama muito da nossa vida, mas estando felizes... (LUANA, E2, p.9-10).

As dificuldades são "provações" para um futuro melhor. Há referência a insegurança diante dos próprios sentimentos e conflitos, pois o conflito do outro e sua dor são maiores. Se, por um lado, na fala de Luana há uma referência clara de sua

compreensão sobre a influência de Deus nos acontecimentos, Karla acredita na existência de uma força maior responsável pelos fatos. Segundo ela,

A última coisa que eu coloco a culpa é em Deus, até porque eu acredito que ele não tem culpa. Se acontecer é porque tinha que acontecer, eu não pude impedir. Ele não teve culpa. Até porque eu tive o livre-arbítrio de fazer ou não fazer. Ele não teve culpa. Eu agradeço tanto se foi bom ou ruim o dia (KARLA, E1, p.9).

Para ela, o livre-arbítrio, apregoadado pelo catolicismo, aparece como auto-responsabilização pelos indivíduos de suas ações. O agradecimento à Deus se o dia foi bom ou ruim representa a resignação frente a um presente não muito bom com base na promessa de um dia seguinte melhor. Sobre este aspecto religioso, afirma Martín-Baró (1998, p.249) que

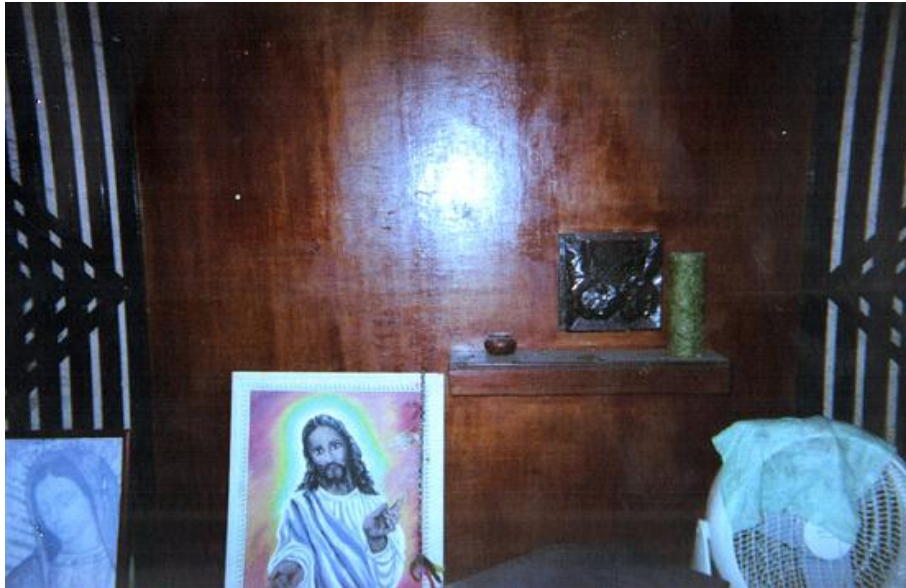
A religião da ordem oferece ao homem uma representação ilusória mediante a qual, por um lado oferece uma explicação ‘divina’ de sua situação intramundana e, por outro, o oferece como saída a intervenção de Deus e seu juízo final transmundano. Ao homem socialmente alienado, ao que a privação do fruto de seu trabalho o impede de transcender-se historicamente, a religião da ordem o oferece também uma transcendência alienadora, já que põe nas mãos de Deus a decisão última sobre seu destino⁴².

O fatalismo com que os povos latino-americanos têm aceitado seu destino pessoal representa, segundo Martín-Baró (1995), um claro indício da interiorização da violência estrutural, perpetuado ao longo de gerações por meio de ideários religiosos. É necessário, contudo, perceber que a fé resignada em um ser todo poderoso não traz apenas elementos negativos para os sujeitos. Ao contrário, ela funciona ainda como alternativa para manutenção da estabilidade emocional mediante a promessa de um futuro melhor.

A fé passa a se constituir como fonte primeira de força para enfrentar as adversidades. A jovem Luana (E2, p.9), diante da Fotografia 19, intitulada por ela de ‘Porto-Seguro, declarou: “*Eu falei porto seguro, porque quando estou em paz, em oração, Deus me ajuda a não desistir, a me dar forças pra eu continuar lutando. Tenho certeza que ele vai me ajudar, que ele sempre tá presente*”. Nesse sentido, a fé

⁴² De acordo com original: “La religión del orden ofrece al hombre una explicación ‘divina’ de su situación intramundana y, por otra, le ofrece como salida la intervención de Dios y su juicio final transmundano. Al hombre alienado socialmente, al que la privación del fruto de su trabajo le impede trascenderse históricamente, la religión del orden le ofrece también una transcendencia enajenadora, ya que pone en las manos de Dios la decisión última sobre su destino” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.249).

resignada, expressão do fatalismo coletivista, constitui-se como expressão do que pode ser intitulado como manifestação das atitudes fatalistas.



Fotografia 19 - Luana: 'Porto-Seguro'

A crença em uma ordem superior pré-estabelecida auxilia também no distanciamento emocional dos fatos cotidianos como estratégia para lidar com o que desagrada. A adoção deste tipo de postura evita a instalação da dissonância cognoscitiva, termo criado por Leon Festinger (1919-1989) e presente na obra de Martín-Baró (2003). Ela se refere à uma situação de desequilíbrio originada do mal-estar psíquico produzido diante de dois conhecimentos contraditórios que de algum modo implicam em incoerência. Uma vez distante emocionalmente do que incomoda, não há a instalação do desequilíbrio necessário para impulsionar os sujeitos à superação, o que traz como ponto negativo a manutenção das situações de incoerência.

No plano dos sentimentos expressos relativos às manifestações das atitudes fatalistas nos jovens pobres, estão aquelas relacionados aos afetos oriundos da observação e vivência da pobreza, as expressões de indignação, humor e ironia e medo. Diante da pobreza, os jovens afirmam se sentirem tristes, impotentes e compadecidos com a dor do outro. Beatriz (GF2, p. 14) frente à observação da situação de privação vivida por um membro da comunidade declara: *“Aí ela tem 3 filhos e ela, meu deus, coitada, só de olhar pra ela já dá pena”*.

A compaixão e o sentimento de incapacidade de transformar esta realidade social estão também relacionados à indignação diante da comparação entre o valor obtido com

a venda de drogas e sua remuneração, das práticas dos recorrentes assaltos existentes na comunidade e do desinteresse apresentado por outros colegas participantes do Projeto Jovem Aprendiz.

Embora indignados com a situação que observam, os jovens demonstram medo de denunciar as práticas ilícitas observadas na comunidade. Segundo Beatriz (GF2, p.8), *“Lá perto de casa tem uma família lá que nem é toda errada, mas o patriarca da família ele é errado. A gente sabe das coisa dele errada. Só que a gente tem medo de denunciar”*. Este sentimento está, portanto, relacionado à já mencionada descrença nas instituições como promotoras da justiça social. A denúncia, para eles, pouco ou nada altera a realidade e pode incorrer no risco de represálias contra os moradores. A jovem Karla, por sua vez, menciona o receio de se expressar pelo risco de magoar aqueles por quem tem afeto. Ela afirma, *“Aí, quer dizer que não falo nada pra ninguém? Eu só falo pra ele. Até pra ele também chego a guardar coisas, mas é só por medo de magoar”* (KARLA, E2, p.9).

O humor aliado aos elementos de ironia são também recorrentes nas falas dos jovens. Eles se valem destes recursos para descrever acontecimentos cotidianos, sejam eles desagradáveis ou não. Karla (E1, p.6), ao descrever a relação conflituosa com a colega de trabalho, menciona: *“Tem dia que ela chega e diz: ‘Hoje eu não tou boa. Hoje eu vou descontar não sei o quê...’. Aí eu: ‘pronto! Eu tou a mercê boiando no Siqueira’. [risos]”*. Diante da imprevisibilidade do comportamento da colega e da possibilidade de antecipação de situações desagradáveis, a jovem se utiliza do humor para descrever aquilo que seria seu receio em permanecer à deriva do estado emocional de sua colega.

Na observação participante, o uso de ironia "(...) demonstra vontade de chocar, de confrontar-se com os colegas e com os facilitadores por meio do uso de falas ríspidas e de ironias" (DC, 06/04/2011, p.7). Durante a convivência, percebe-se que "interagindo entre si, o humor sarcástico e as expressões ofensivas (palavrões) são constantes" (DC, 20/04/2011, p.8).

Segundo Abellho-Lhanos *et al* (2009, p. 462), uma característica das pessoas que compartilham altos índices de fatalismo poderia ser o sentimento de estarem satisfeitas com suas vidas. Contudo, esta satisfação é decorrente da crença de que é um ser supremo o responsável pelo seu destino e as mudanças são de responsabilidade da vontade de tamanha autoridade. Nas palavras dos autores,

É necessário esclarecer que o baixo efeito negativo não implica em estados de felicidade ou de euforia, mas "um estado de calma e serenidade" (Watson, 1988, p. 1063 *apud* Garcia, 2002). Provavelmente, a passividade em que entra o sujeito pela atitude fatalista se reflete na redução de emoções prejudiciais com seu próprio efeito calmante, o que está relacionado com os elementos afetivos de fatalismo, tais como a resignação, a ausência de ressentimento, a aceitação passiva da realidade passiva e o sofrimento, entre outros (ABELLHO-LHANOS *et al* 2009, p. 462)⁴³

Entretanto, a observação das expressões de ironia compartilhadas pelos jovens, aliadas à capacidade que demonstraram de se indignar e sentir medo diante do que vivenciam, fornece elementos para a reflexão de que, entre este grupo, eles encontram alternativas para demonstrar o descontentamento diante de situações em que deles se esperaria esta aparente calma e aceitação passiva.

Afirma-se, com isso, a prerrogativa de Fannon (2001) e Góis (2008) de que mesmo frente às situações promotoras de sofrimento a dominação do homem nunca é completa. Afinal, como apresentado por Trombeta e Guzzo (2002), Wolin e Wolin consideram esta capacidade do indivíduo de reagir ao sofrimento imposto precocemente como uma manifestação de seu poder resiliente. Com isso, tem-se que os resilientes na verdade são sobreviventes que se ampararam na força, coragem e conhecimento profundos da dor frente às situações de miséria, opressão e injustiças vivenciadas na infância. A pessoa resiliente, portanto, teria a habilidade de reagir, de deixar o sofrimento para trás e recuperar-se. Essa capacidade, que também tem a função de proteção, emerge como potencial de auto-reparação a partir da adversidade.

A resiliência, contudo, não é uma herança do sujeito, tendo sua manifestação variáveis definidas. Assim como o fatalismo que, como já visto, é muito menos um legado paterno, a resiliência aparece "(...) em diferentes grupos étnicos, de diferentes níveis socioeconômicos e diferentes contexto culturais" (TROMBETA, GUZZO, 2002, p.27). Nesse sentido, mesmo em face de todas as circunstâncias de estresse crônico e trauma psicossocial poderíamos falar que há, em jovens pobres, um potencial resiliente? Seria o próprio fatalismo, com suas peculiares formas de manifestação, uma expressão do potencial adaptativo desses jovens frente às condições adversas. Nesse sentido, ele

⁴³ Segundo o texto original: "Es necesario aclarar que el bajo afecto negativo no implica estados de felicidad o euforia, sino "un estado de calma y serenidad" (Watson, 1988, p. 1063 citado en García, 2002). Probablemente la pasividad en que entra el sujeto por la actitud fatalista se refleja en la disminución de las emociones nocivas con su respectivo efecto de calma, lo que se relaciona con el elementos afectivos del fatalismo, tales como resignación, ausencia de resentimiento, aceptación pasiva de la realidad y del sufrimiento, entre otros" (ABELLHO-LHANOS *et al* 2009, p. 462).

apresenta similaridades com a adaptação resiliente, pois está engendrado em um movimento de resistência, de manutenção, até mesmo, da saúde mental desses sujeitos, que podem se valer das mais variadas estratégias para lidar com seus incômodos e manifestar seus desagrados.

Sob o aspecto comportamental, dentre as ações frente às situações desagradáveis estão a afirmativa dos jovens de buscarem a superação, graças ao incentivo de outras pessoas, do desconforto decorrente de situações de insucesso. Diante da antecipação de situações de insucesso no futuro, os jovens declaram serem possuidores de capacidade de superação. Maria (GF2, p.16) questiona: *“Ah, mas aí porque que eu não vou conseguir? Se a pessoa quer, trabalha, ela consegue. A gente nunca deve parar, sempre continuar!”*.

O silêncio aparece também como comportamento adotado frente às situações que desagradam. Karla (E1, p.5) exemplifica esta constatação: *“No caso, eu deixo ela falar, até porque eu sei que ela tá com mais problemas do que eu. Pelo fato de eu ser assim: mais de ouvir. Ai no outro dia ela: ‘tu pensou?’, aí eu: ‘pensei. Eu tava errada e vou mudar”*.

Silenciar, nesse sentido, aparece tanto como expressão de uma postura passiva e resignada como alternativa para não “se rebelar”. É, pois, diante disso que se percebe a difusão da Cultura do Silêncio (FREIRE, 1980) entre os jovens pobres. Esta cultura, responsável por sufocar a fala, os anseios e desejos dos povos, nasce da relação entre dominador e dominados, sendo o primeiro responsável pela exposição verbal por meio da imposição de ordens e valores e o segundo pela escuta apática e permissiva. Uma sociedade dependente, nesse sentido, é uma sociedade silenciosa, capaz de imprimir nos sujeitos determinados tipos de consciência, dispostas segundo os níveis de condicionalidades presentes nas estruturas sociais.

A consciência semi-intransitiva, presente inicialmente neste *continuum* de dependência, seria caracterizada pela quase imersão/aderência do indivíduo na realidade, sem dela conseguir proferir reflexões e atribuindo a entidades superiores ou fatores internos a si mesmos as causas dos fatos do cotidiano. A realidade é, então, apreendida como objeto externo ao indivíduo, cristalizada, coisificada, o que fortalece as sensações de incapacidade. Estes aspectos são observados, por exemplo, nas falas dos jovens quando demonstraram se sentirem incapazes de empreender mudanças sociais profundas.

A consciência transitiva ingênua, por sua vez, estaria marcada pela emergência das massas populares nas sociedades em transição, o que favoreceria ao indivíduo ser progressivamente mais consciente de seu estado de dependência, embora ainda não consiga se aprofundar nas causas dos fenômenos. Ela ainda é tão dominada quanto à semi-intransitiva (FREIRE, 1980), sendo recorrentes os fortes teores emocionais, a idealização do passado, o exercício da polêmica no lugar do diálogo.

Interessante lembrar que, recorrentemente, os jovens se utilizam de referenciais de ironia, causadores de polêmica, para se referir aos conteúdos que os incomodam. A abordagem destes conteúdos são expressos tanto na narrativa dos fatos cotidianos, como afirma Maria, quanto durante a relação estabelecida com os colegas no Projeto Jovem Aprendiz. Segundo a jovem, *“Eu acordo seis horas da manhã, tenho que ir pro terminal do Siqueira [risos], aí lá você leva cotovelada... Não tem bom-humor, todos os dias você vai trabalhar estressada”* (MARIA, GF2, p.6).

Com isso, tem-se que neste tipo de consciência os problemas cotidianos ainda são apreendidos de modo simplificado. O fatalismo não se manifesta tão claramente como na consciência semi-intransitiva, porém sua permanência expressa por meio das concepções do indivíduo sobre o mundo ainda podem ser observadas.

Por conseguinte, a consciência crítica, tipo de consciência disposta no pólo contrário ao da consciência mágica e que, portanto, expressa uma diminuição do poder de dependência, seria a expressão de uma profunda mudança na compreensão dos indivíduos de sua realidade, agora apreendida como algo mutável e na qual deve intervir, investigando e indagando as causas dos fenômenos. É, pois, este processo de aprofundamento da tomada de consciência que poderia ser denominado de conscientização.

A conscientização (FREIRE, 1980) designa, em si, o processo através do qual o indivíduo “toma posse de sua realidade” por meio do desenvolvimento crítico de sua tomada de consciência. Ela favorece a desmitologização do cotidiano e, talvez por isso, se afirme como compromisso histórico que exige paciência e a compreensão de que sua perpetuação ao longo do tempo se deu das mais variadas formas. Segundo Martín-Baró (1998, p.284), a conscientização articula, em um único termo,

(...) a dimensão psicológica da consciência pessoal com sua dimensão social e política, e põe em manifesto a dialética histórica entre o saber e o ser, o crescimento individual e a organização comunitária, a libertação pessoal e a transformação social.

No que concerne ao fatalismo, Martín-Baró (1998) acredita que sua superação somente é possível por meio do resgate da memória histórica dos povos dominados e, por isso mesmo, de seu processo de conscientização, que nada mais é que a consciência histórica (FREIRE, 1980) que permite que os homens assumam papel de sujeitos frente ao mundo. Nesse sentido, para Martín-Baró (1996, 1998), são três os aspectos relativos à conscientização: o diálogo que problematiza a realidade, o conhecimento crítico e a ação transformadora sobre o mundo.

O diálogo-problematizador representa o potencial do ser humano de, por meio de um processo dialético e ativo, pautado no diálogo, transformar a si e a sua realidade. Por conseguinte, é o conhecimento crítico que favorece a progressiva decodificação do mundo e a captação dos reais mecanismos de opressão e desumanização, colocando à mostra os valores e ideais que, em certo sentido, contribuem e reforçam a disseminação de uma consciência mítica que naturaliza os fatos. Este saber formulado sobre o mundo favorece que nas esferas individuais novas compreensões sobre si mesmo e sobre sua identidade social sejam construídas e que ações sejam desempenhadas com vistas à transformação do mundo (MARTÍN-BARÓ, 1998).

Trata-se, contudo, de uma mudança de atitude que pode ser inicialmente observada nas relações mais próximas. A jovem Karla aborda sua transformação na maneira de lidar com o conflito com a irmã, descrita como opressora, após a inserção no mercado de trabalho e participação no Projeto Jovem Aprendiz.

“Ela [irmã] comprou duas batatas, uma ela levou pro trabalho, outro ela deixou lá em casa. Uma botou na salada, aí ia guardar o resto. Eu ia baixar a cabeça. Aí ‘quer saber? Hoje eu tou a fim de comer’. Eu disse que não tinha nem provado. Não quis abaixar a cabeça e disse que ia comer. Ela disse que não. Eu ‘vou, você vai me impedir?’ ‘Vou, você não vai comer’. Aí minha mãe: ‘dá logo pra ela, que ela não comeu’. Aí meu namorado: ‘menina o que te deu?’ Aí eu ‘não sei, focalizei nela e falei tudo’”. (KARLA, E1, p.8).

Entretanto, grande desafio para a superação do fatalismo ainda se apresenta, haja vista a necessidade de que seja possível o progressivo avanço por parte dos jovens de uma postura de confronto para uma de estabelecimento do diálogo que problematiza os elementos discordantes das relações.

Por conseguinte, a falta de iniciativa por parte dos jovens, um dos elementos de análise da manifestação do fatalismo, foi analisada durante a observação participante. Contudo, em geral, percebeu-se o distanciamento da maioria dos jovens das propostas do Projeto Jovem Aprendiz. Segundo relato,

Percebi o distanciamento de alguns jovens em relação à proposta de trabalho a eles solicitada. Quando um jovem se colocou a frente da resolução da mesma, os demais os seguiram sem que uma reflexão conjunta fosse desencadeada. Os “seguidores”, em geral, eram também aqueles que passavam maior tempo em silêncio. Os “seguidos” demonstravam maior criatividade para a resolução das questões, eram os que se colocavam de modo mais dinâmico, mas participativo e, em certo sentido, freqüentemente mais discordantes e argumentativos (DC, 01/04/2011, p.3).

Dessa forma, a partir do observado ao longo deste capítulo, propõe-se como quadro síntese das manifestações das atitudes fatalistas pelos jovens pobres o Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Manifestação do Fatalismo em Jovens em Condições de Pobreza

| Idéias | Comportamentos | Sentimentos |
|--|--|---|
| Sucesso é fruto do esforço individual e da vontade divina. | Calma aparente. | Diminuição das emoções nocivas – Distanciamento emocional. |
| Insegurança e o descrédito nas instituições como mantenedoras das garantias sociais. | Silenciamento diante de situações desagradáveis. | Indignação diante de elementos do cotidiano manifesta por meio da ironia causadora de polêmica. |
| Diminuição da contribuição e da coerência social. | Diminuição da tomada de iniciativa. | Medo de se expressar. |
| Propósitos de vida intimamente ligados à dimensão individual. | | |

Fonte: Elaborado pela autora.

Seriam, segundo observado, expressões das idéias fatalistas dos jovens a atribuição do sucesso como oriundo do esforço individual e da vontade divina; a vivência da insegurança e do descrédito nas instituições sociais como mantenedoras das garantias sociais; a diminuição dos esforços em intervir para transformar a realidade, o que resulta na diminuição da coerência social dos sujeitos, que é a capacidade dos sujeitos de se manterem informados sobre os acontecimentos do mundo, e na formulação de propósitos de vida diretamente ligados às aspirações pessoais. Do ponto de vista das manifestações comportamentais, estariam a calma aparente, a adoção de uma postura silenciosa diante de situações desagradáveis e a diminuição da tomada de iniciativa. Os afetos, por conseguinte, estariam ligados ao distanciamento emocional dos jovens frente às situações recorrentes e desagradáveis do cotidiano; a indignação manifesta por meio do uso de expressões de ironias causadoras de polêmicas em detrimento do uso do diálogo problematizador e o receio de expressar os sentimentos.

Não há, por meio da apresentação destes conteúdos, a pretensão de dar conta do fatalismo expresso pelos jovens que vivem em condições de pobreza. Ao contrário,

pretende-se elencar conteúdos, manifestos por meio da tríade idéias, comportamentos e sentimentos, constitutiva das atitudes fatalistas observadas junto aos participantes da pesquisa. Diante do exposto, entende-se que o caminho possível para a superação do fatalismo pelos jovens pobres seria aquele anunciado por uma práxis libertadora “[...] que possibilite o despertar do sujeito enquanto cidadão e construtor da sua própria história como ser coletivo e único, através de uma visão dialética da realidade, na qual influencia e é influenciado” (XIMENES, GÓIS, 2010, p.60).

O incentivo à convivência em grupos, a adoção de estratégias que privilegiem ações comunitárias, a condução das aulas de formação tomando como referenciais a problematização e a proposição de alternativas de transformação de elementos cotidianos que incomodam os jovens, o resgate dos fatores influenciadores de suas vidas e o estímulo à reflexão crítica dos modos com que a sociedade se estrutura poderiam, então, se constituir como estratégias para diminuição dos impactos danosos que a vida em condições de pobreza traz para a juventude.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) Somos a anti-sinfonia
que estorna da estreita pauta da melodia.
Não cabemos dentro da moldura...
Somos dilacerados
como todos os filhos da paixão.
Briguentos. Desaforados. Unidos. Livres:
como meninos de rua”.

(Pedro Tierra)

A construção de um trabalho tendo como tema a juventude anuncia inúmeros desafios. Enfim, como abordar de modo legítimo e coerente um segmento social que transpõe limites etários e impõe reflexões sobre as novas expectativas impostas socialmente? É sobre os jovens que as promessas governamentais vêm sendo direcionadas. Ao contrário do que se falou durante longo período, são eles, no contexto brasileiro atual, os grandes impulsionadores das expectativas de um futuro promissor. Mas, afinal, como abordá-los? De qual juventude falamos?

O desenvolvimento deste estudo permitiu o enlace entre construções teóricas sobre a juventude fundamentadas em olhares sociológicos e psicológicos, que convergem ao defender a impossibilidade de uma definição comum a todos os contextos. A condição juvenil, termo empregado com o intuito de respeitar a multiplicidade intrínseca a noção de ser jovem, apresenta como ponto comum a juventude enquanto período de inserção no mundo do trabalho e anúncio de estabelecimento de relações afetivas, que possibilitaria a separação da família de origem e a construção de seu próprio ambiente familiar. Contudo, indaga-se se este caminho, pretensamente comum àqueles que compartilham esta condição, dá-se de modo resguardado e igualmente promissor de realizações pessoais, familiares e profissionais para os jovens em condições de pobreza.

A convivência, durante a observação participante, com os jovens do Projeto Jovem Aprendiz possibilitou o compartilhar de suas rotinas, de seus modos de vida. Em sua grande maioria, todos eles compartilham privações nas dimensões saúde, educação e padrão de vida, estando alguns inscritos dentro da pobreza multidimensional. As experiências de privação, abandono e agressão perpassam a história pessoal e familiar dos jovens, impondo limitações para o exercício de suas capacidades. Estas experiências se configuram como fatores de risco para o desenvolvimento dos jovens, sobretudo ao corroborarem para a perpetuação de concepções sobre si como incapazes de transpô-las.

Circunscritos dentro de um contexto de pobreza, a inserção no mercado de trabalho possibilitada pela iniciativa do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim aparece, para os jovens, como anúncio promissor da superação dos preconceitos aos quais são vítimas. As associações à criminalização, à violência e ao iminente fracasso na luta por seus sonhos são pelos jovens observadas não apenas durante a busca por emprego. A família, embora associada a elementos positivos como o amparo emocional, o incentivo e a busca pela superação das adversidades, também se configura, para alguns, como *locus* primeiro de superação. É necessário demonstrar para os parentes que deles não esperam futuro promissor, a potencialidade que compartilham em seguir caminhos de retidão, trabalho e busca pela autonomia financeira. Travam-se, então, lutas pela auto-superação que perpassam os modos de vida compartilhados pelos jovens em condições de pobreza e as diferentes formas de manifestação do fatalismo por eles expressas no cotidiano.

Com isso, resgatando-se o objetivo geral da pesquisa, que é ‘analisar a relação existente entre as manifestações do fatalismo e os modos de vida da juventude em condições de pobreza’, percebe-se que o mesmo pode ser alcançado mediante a construção dos caminhos necessários para chegar aos objetivos específicos do estudo. De modo sucinto, tem-se, como principais aspectos relativos ao alcance dos objetivos específicos, as informações presentes no Quadro 4.

Quadro 4 - Principais aspectos observados segundo os objetivos da pesquisa

| 1º. Objetivo específico: ‘Identificar os modos de vida de jovens pobres’. | 2º. Objetivo Específico: ‘Analisar as manifestações do fatalismo por jovens pobres’. | 3º. Objetivo Específico: ‘Relacionar as manifestações do fatalismo aos modos de vida de jovens pobres’. |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Modos de vida forjados segundo suas possibilidades materiais concretas. - Convivência com a violência e com práticas ilícitas são freqüentemente narradas. - Direitos sociais de ir e vir em segurança prejudicados, além de compartilharem precário acesso às políticas de esporte e lazer. - Diversão: direcionadas à convivência em grupos religiosos e, em certos casos, estão associadas ao uso abusivo de álcool e contato com drogas. - Inserção no mundo do trabalho progressivamente os afasta da convivência em grupos, instaurando-se a busca pelo alcance de ideais particulares. | <ul style="list-style-type: none"> - Idéias: sucesso resultante do esforço individual e da vontade divina; a descrença instituições sociais; a diminuição dos esforços em intervir para transformar a realidade e a construção de propósitos de vida diretamente ligados às aspirações pessoais, em detrimento da busca pelo alcance de ideais sociais. - Comportamentos: calma aparente, silenciamento diante de situações desagradáveis e a diminuição da tomada de iniciativa. - Sentimentos: distanciamento emocional de situações do cotidiano recorrentes e incômodas; uso da ironia em detrimento do diálogo problematizador e o receio de expressar os sentimentos. | <ul style="list-style-type: none"> - Modos de vida forjados em situações que perpetuam experiências de privação, abandono, agressão, vulnerabilidade e risco favorecem a vivência pelos jovens de um clima de constante insegurança. - Insegurança não apenas em relação aos próprios rendimentos, mas também de ser convencido de ser incapaz, de estar à mercê dos recorrentes assaltos, de conviver com vizinhos usuários e traficantes de drogas. - Atribuição da responsabilidade dos fatos a uma entidade divina funciona como elemento apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico oriundo da insegurança de viver na pobreza. - Processo progressivo de individualização do social, que auxilia na instalação da culpabilização psicológica dos indivíduos. |

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro objetivo específico, ‘identificar os modos de vida de jovens pobres’, perpassou todas as técnicas de construção de dados. Os jovens que vivem em condições de pobreza compartilham modos de vida forjados segundo suas possibilidades materiais concretas. Em seus cotidianos, a convivência com a violência e com práticas ilícitas são freqüentemente narradas. Os jovens têm seus direitos sociais de ir e vir em segurança prejudicados, além de compartilharem precário acesso às políticas de esporte e lazer. As possibilidades de diversão, salvo alguns espaços existentes na comunidade, estão direcionadas à convivência em grupos religiosos e, em certos casos, estão associadas ao uso abusivo de álcool e contato com drogas.

Contudo, a inserção no mundo do trabalho progressivamente os afasta da convivência em grupos, instaurando-se a busca pelo alcance de ideais particulares. Os jovens relatam as dificuldades de relacionamento encontradas durante a prática do Projeto Jovem Aprendiz e as divergências existentes entre seus ideais e a realidade do mundo do trabalho. A ocupação de postos de trabalho que geram menor identificação e visibilidade abala seus desejos de obtenção de prestígio social e realização pessoal. Assim, o risco é que o próprio trabalho, compreendido como meio para a construção de uma visão social dos jovens pobres como dignos e capazes de ascender socialmente, possa vir a ser utilizado como elemento reforçador da associação destes sujeitos como subalternos e incompetentes na busca de reconhecimento social.

Por conseguinte, a análise das manifestações do fatalismo por jovens pobres, referente ao segundo objetivo específico, foi possível mediante a consideração de que o fatalismo, enquanto fenômeno psicossocial, manifesta-se por meio da tríade idéias-comportamentos-sentimentos, que assim como anunciado por Blanco e Díaz (2007), consistem em elementos para a análise das atitudes em psicologia social. Dessa forma, as manifestações do fatalismo dispõem sobre as atitudes fatalistas, composta por aspectos ideacionais, comportamentais e afetivos.

São, de acordo com o observado, expressões das idéias fatalistas dos jovens que vivem em condições de pobreza a expectativa do sucesso como algo resultante do esforço individual e da vontade divina, sendo ignorados os demais elementos contextuais influenciadores; a descrença instituições sociais; a diminuição dos esforços em intervir para transformar a realidade e a construção de propósitos de vida diretamente ligados às aspirações pessoais, em detrimento da busca pelo alcance de ideais sociais. Sob o aspecto comportamental, estariam a calma aparente, o silenciamento diante de situações desagradáveis e a diminuição da tomada de iniciativa.

Estariam, por sua vez, relacionados aos afetos o distanciamento emocional dos jovens de situações do cotidiano recorrentes e incômodas; o uso da ironia em detrimento do diálogo problematizador e o receio de expressar os sentimentos.

Por fim, o intuito de ‘relacionar as manifestações do fatalismo aos modos de vida de jovens pobres’ permitiu a compreensão de que são estes modos de vida, forjados em situações que perpetuam experiências de privação, abandono, agressão, vulnerabilidade e risco que favorecem a vivência pelos jovens de um clima de constante insegurança. Trata-se de uma sensação de estar inseguro não apenas em relação aos próprios rendimentos, mas também de ser convencido, sob as mais variadas formas, de ser incapaz, de estar à mercê dos recorrentes assaltos, de conviver com vizinhos usuários e traficantes de drogas.

É, pois, a insegurança comum a guerra psicológica, responsável pela instalação do trauma psicossocial e pela perpetuação do estresse continuado da pobreza. Os jovens vão, então, sendo inseridos em uma trama social que corrobora para o distanciamento das questões sociais, quer seja pela busca da sobrevivência ou pelos recorrentes investimentos frustrados em proferir uma mudança da realidade.

A instalação da guerra psicológica faz com que os sujeitos construam lógicas randômicas e dissonantes dos reais fatores. A atribuição da responsabilidade dos fatos passa, então, a ser de uma entidade divina, elemento apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico oriundo da insegurança de viver na pobreza. Instaura-se um processo progressivo de individualização do social, que auxilia na instalação da culpabilização psicológica dos indivíduos. Estes passam a se sentir responsáveis pelas situações adversas e injustas à medida que se sentem incapazes de transformar a realidade. Tal fato contribui para propagação da ideologia de culpabilização do pobre, baseada na elaboração e propagação de estereótipos da pobreza.

Ao final deste estudo, percebe-se que, intrínseca a tentativa de compreender aspectos relativos à juventude em condições de pobreza, está uma grande variedade de elementos. A própria recorrência aos estudos sobre economia com o intuito de entender a pobreza traz subsídios para que seja pensado como, ao longo de grande período, este fenômeno foi abordado a partir de formulações que a compreendiam intrinsecamente como ausência de poder de consumo. Por conseguinte, revisar o conceito do fatalismo enquanto dimensão psicossocial apregoado por Ignacio Martín-Baró permitiu a consideração de que a atribuição da responsabilização dos fenômenos cotidianos a uma entidade superior, em um contexto atual, caracterizado pela vulnerabilidade econômica,

social e ambiental, está associado à propagação de valores cada vez mais perpassados por lógicas consumistas e individualistas.

A pobreza, ao impor modos dos sujeitos estabelecerem relações com seu entorno, esquivando-se dos perigos iminentes, estando sempre alerta para os riscos de viver em territórios duplamente estigmatizados pela pobreza e violência, interfere também nas expectativas de futuro. Deter-se na busca pelo alcance de objetivos eminentemente pessoais contribui para a diminuição da convivência gregária, da crença de que, por meio do estabelecimento de laços sociais, é possível a transformação das forças impulsionadoras do medo e responsáveis pelo enfraquecimento da luta social.

Contudo, embora seja tentador generalizar os conteúdos obtidos nesta pesquisa, o que se sabe é que existem várias realidades sociais e, assim como um dos fundamentos que motivou este trabalho, a pobreza não é vivida de modo igual por todos os sujeitos. As experiências de privação são singulares e cada sujeito encontra as mais variadas alternativas para com elas conseguir sobreviver. Nesse sentido, o fatalismo possui funcionalidades psíquicas para os sujeitos, o que reafirma a necessidade de que o material aqui exposto seja referenciado dentro do contexto que o produziu: jovens pobres da comunidade do Bom Jardim.

O compartilhar dos jovens de seus sonhos, de suas visões de futuro e concepções de vida, além de ter permitido a re-elaboração de muitas idéias, forneceu o questionamento de como, em uma perspectiva cronológica, os jovens enfrentarão algumas adversidades antecipadas verbalmente nas questões a eles colocadas. Sendo assim, ficam as interrogações: como os sujeitos que tiveram sua juventude marcada por condições de pobreza encontram alternativas para lidar com as adversidades no mundo adulto? Será o fatalismo recurso psicossocial comum apenas à juventude pobre?

A impossibilidade de responder estas questões a partir do caminho construído até aqui anuncia a relevância de sua construção, posto que não é interesse apresentar noções fechadas, mas sim convidar profissionais e estudantes de psicologia a pensar a realidade social com a qual se pretende trabalhar.

Questionando-se, trazendo à reflexão e estabelecendo diálogos entre diferentes saberes é que será possível a construção de caminhos libertários, coerentes com a realidade dos grupos e povos que compartilham realidades materiais que interferem, sempre de modo singular, com a constituição psíquica dos sujeitos.

Felizmente, os pontos de dificuldades para a construção desta pesquisa foram, sem dúvida, menos expressivos que aqueles de facilidade. Dentre as dificuldades, a

distância geográfica entre a residência da pesquisadora e a comunidade do Bom Jardim e as recorrentes chuvas de verão, ocorridas entre os meses de março e junho de 2011, em certos momentos prejudicaram, mas não impediram o acesso à sede do Projeto Jovem Aprendiz. O constante fluxo de entrada e saída de jovens das ações do Projeto por ocasião dos novos processos seletivos abertos ou pela contratação pelas empresas daqueles que nelas já estavam inseridos dificultavam o reconhecimento dos jovens que possivelmente seriam colaboradores da pesquisa. Por sua vez, o tempo atribulado, dividido entre as atividades do Projeto, a escola e a contribuição com os afazeres familiares foram narrados pelos jovens como empecilhos para a presença no grupo focal.

Contudo, a aproximação já existe com a comunidade do Bom Jardim em virtude do prévio desenvolvimento, na época da graduação, de práticas extensionistas permitiram a superação das adversidades encontradas nos momentos de chegada e saída da comunidade. A acolhida, a atenção e o respeito pela proposta de pesquisa dispensados pelos profissionais do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim facilitaram, na medida do possível para a organização, o acompanhamento das atividades do Projeto, a construção de vínculos com os jovens e a realização das etapas de construção de dados. Além disso, a vinculação afetiva com o tema da pesquisa e a possibilidade de compartilhá-la, no âmbito da extensão universitária, com outros alunos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e com membros do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) enriqueceram e forneceram subsídios para as reflexões e aprofundamentos teóricos alcançados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABELLO-LHANOS, R. *et al.* Bienestar y trauma em personas adultas desplazadas por la violencia política. **Univ. Psychol. Bogotá**, v. 8, n. 2, p. 455-470, may-ago, 2009.

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p.25-36, mai.-dez., 1997.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMOVAY, M. *et al.*, **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.192p.

AGÊNCIA BRASIL. IBGE: 66,7% das crianças e adolescentes do Nordeste vivem em situação de pobreza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 out 2009 Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/zonanorte/ibge-667-das-criancas-e-adolescentes-do-nordeste-vivem-em-situacao-de-pobreza/>. Acesso em: 12 de abr. de 2010.

AMARAL, C.E.M. "**É assim porque Deus quer**": uma compreensão psicológica do fatalismo. 2007. 120f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. 279p.

BARROS, J.P.P. **Considerações sobre a práxis do(a) psicólogo nas Raízes de Cidadania e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Fortaleza**. Fortaleza, UFC, 2007. 163f. Monografia (Graduação em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, 2007.

BARROS, J.P. *et al.* O conceito de “sentido” em Vygotski: contribuições epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia & Sociedade**; v. 21, n.2, p.174-181, 2009.

BASTOS *et al.* O risco e a possibilidade: ser adolescente em contextos brasileiros. In: CASTRO, L.R; BESSET, V.L. (Orgs). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 567-586.

BAUER, M.; GASKELL,G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEZERRA, L.M.P.S. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 5, 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: JOINPP. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/SENTIDOS_DA_POBREZA_E_DO_VIVER_EM_TERRITORIOS_ESTIGMATIZADOS.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2011.

BLANCO, A.; DE LA CORTE, L. Psicología Social de la violencia: introducción a la perspectiva de Ignacio Martín-Baró. *In: MARTÍN-BARÓ, I. Poder, ideología y violencia*. Trotta: Madrid, 2003. p.9-62.

BLANCO, A.; DIÁZ, D. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, v. 19, n. 4, pp. 552-558, 2007.

BOLTVINIK, J. **Poverty Measurement Methods - An Overview**. 39p. 1996. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/poverty/pdf/AccessstoBasicServicesandBasicCapitalPossession/Reference_Access_BOLTVIKNIK.pdf> Acesso em: 05 nov. 2010.

BORELLI, S.H.S. Cenários Juvenis, adultescências, juvenilizações: a propósito de Harry Potter. *In: BORELLI, S.H.S.; FREIRE FILHO, J. (Org). Culturas Juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC, 2008. p.59-78.

BORELLI, S.H.S.; ROCHA, R.M.; OLIVEIRA, R.C.A. **Jovens na cena metropolitana**: percepções, narrativas e modos de comunicação. São Paulo: Paulinas, 2009.

BORSOI, I.C.F. **O modo de vida dos novos operários**: quando o purgatório se torna paraíso. Fortaleza: Editora UFC, 2005. 258p.

BOSI, M.L.M.; MERCADO, F.J. **Pesquisa Qualitativa dos serviços de saúde**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>. Acesso em: 20 out. 2011.

CALIMAM, G. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Editora Universa, Unesco, 2008.

CARA, D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. *In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. C. (Org.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Unesco, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Educação, 2007, p. 171-196.

CARVALHO, M.A.A.S. **Fortalecimento das pessoas com transtornos mentais**: a experiência dos usuários do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

CASSAB, M.A.T. Jovens pobres e a cidade: a construção da subjetividade na desigualdade. *In*: CASTRO, L.R. (Org.). **Crianças e Jovens na Construção da Cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001. p.209-226.

CASTEL, R. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CASTRO, M.G. *et al.* **Cultivando vida, desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellog, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CASTRO, L.R. Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. *In*: CASTRO, L.R.; BESSET, V.L. (Orgs). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 21-42.

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L.B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CEARÁ. **Ronda do Quarteirão**. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes/ronda-do-quarteirao>>. Acesso em: 15 jan 2012.

CEPAL. **Juventud, pobreza y desarrollo en América Latina y el Caribe**. ONU/CEPAL. 2003. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/13520/L575.pdf>>. Acesso em: 29 nov 2011.

CEPAL. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**, 2009a. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/38406/P38406.xml&xsl=/deype/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 04 de nov. de 2010.

CEPAL. **Panorama social da América Latina**. Documento informativo. 2009b. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/37859/PSP2009-Sintesis-lanzamiento.pdf>>. Acesso em: 04 de nov. de 2010.

CHAUDHARY, N. Families and Children in Poverty: Objective Definitions, Subjective Lives. *In*: BASTOS, A.C.S.; RABINOVICH, E.P. **Living in poverty: developmental poetics of cultural realities**. USA: Information Age Publishing, 2009, p.193

COIMBRA, C. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M.L. Jovens pobres: o Mito da Periculosidade. *In*: FRAGA, P.C.P; IULIANELLI, J.A. (orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p. 19-37.

CRUANHES, M.C.S. **Cidadania**: educação e exclusão social. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.

DE MELLO, S.L. A Violência Urbana e a exclusão dos jovens. *In*: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, Vozes: 2009, p. 129-140.

DIACONIA. **Projeto Bomjart/Fortaleza (CE)**. 2003. Disponível em: <http://diaconia.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=89>. Acesso em: 11 out. 2011.

DIB, S.K. **Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho**. 2007. 266f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DIOGO, N.M.F. **Sísifo e Pandora: identidade pessoal e a primeira inserção profissional de dois jovens do município de Maracanaú-Ce**. 2005. 245f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

DIOGO, M.F.; COUTINHO, M.C. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, v.11, n.21, p.121-142, jan-jun, 2006.

DUARTE, T. **A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)**. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Working Paper n. ° 60/2009. Disponível em: <www.cies.iscte.pt/destaques/.../CIES-WP60_Duarte_003.pdf>. Acesso em: 27 de nov. de 2009.

DUVOUX, N. **The Culture of Poverty Reconsidered**. 2010. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/spip.php?page=print&id_article=1223&lang=fr>. Acesso em: 10 abri 2011.

ESTEVEVES, L. C. G; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In*: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.R; ESTEVES, L. C. G. (Org). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco 2007, p. 19-54.

EUZÉBIOS FILHO, A.; GUZZO, R.S.L. Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. **Temas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 125 – 141, 2006.

EUZÉBIOS FILHO, A.E.; GUZZO, R.S.L. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**; v.21, n.1, p. 35-44, 2009.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. México: FCE, 2001. 3ª.ed.

FAUSTO NETO, A. M. Q.; QUIROGA, C. **Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais**. 2002. Disponível em: <<http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/seculo21/pdf/juventude%20urbana%20pobreH3.5.pdf>>. Acesso em 20 out 2011.

FERNANDES. D.C. et al Auto concepto y rasgos de personalidad: un estudio correlacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n.1, p. 15-25, 2005.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M.F.Q. Juventude e vida cotidiana: perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana. *In*: CASTRO, L.R; BESSET, V.L. (orgs). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 43-61.

FREITAS, M.T.A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p.21-39, jul., 2002.

FREITAS, M.A.R. **Valores morais e auto-conceito das crianças e jovens institucionalizados**. 2009. 160f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia. Universidade Católica Portuguesa. Braga, 2009.

GABORIT, M. Memória histórica: reverter a história a partir das vítimas. *In*: GUZZO, R.S.L.; LACERDA JÚNIOR, F. **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. São Paulo: Alínea, 2009. p.245-275.

GARCÍA, I. Workshop Intensivo Atlas Ti. *In*: **Workshops e Treinamentos Intensivos em Atlas Ti**, 2011, São Paulo: Tree Branding, 2011.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, Líber Livros Editora, 2005.

GERHARDT, T.E. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.22, v.11, p. 2449-2463, nov, 2006.

GÓIS, C.W.L. **Noções de Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 1993. 146p.

_____. **Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2003.

_____. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

_____. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008. 260p.

GONÇALVES, J.M.F. **Humilhação social: um problema político em psicologia**. *Psicologia USP*, vol.9, n.2, p. 11-67, 1998.

GONÇALVES, H. S. et al. Problemas da Juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais. **Psic. & Soc.**; v. 20, n.2, p. 217-225, 2008.

GROPPO, L.A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000. 308p.

GUARESCHI, P.A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 141-156.

GUTIÉRREZ, G. Memoria de Dios y Fin de Siglo. In: UREÑA, M.; PRADES, J. **Hombre y Dios em la sociedad de fin de siglo**. Madri: Unión Editorial, 1992. p.29-36.

GUZZO, R.S.L. Da opressão à libertação: uma perspectiva urgente para a Psicologia – a conclusão de um projeto, a abertura de perspectivas. In: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R.S.L. (Org.) **Psicologia & Sociedade**: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas, SP: Alínea, 2010. p.13-18.

GUZZO, R.S. L.; LACERDA JÚNIOR., F. Fortalecimento em Tempo de Sofrimento: Reflexões Sobre o Trabalho do Psicólogo e a Realidade Brasileira. **Rev. Interam. Psi.**, v. 41, n. 2, p. 231-240, 2007.

HOPPENHAYN, M. (Org.) **La juventud en Iberoamérica**: tendencias y urgencias. Santiago de Chile, Organización Iberoamericana de Juventud/CEPAL. 2004. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/20266/CEPAL_OIJ.pdf>. Acesso em 10 abri. 2011.

IBGE. **Fortaleza**: resultado preliminar universo Censo 2010. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 nov 2011.

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

IRIART, M. F.; MILANI, F. Adolescents in Brazil: Developmental Possibilities between Risk and Protection. In: BASTOS, A. C. S.; RABINOVICH, E.P. **Living in Poverty**: Developmental Poetics of Cultural Realities. EUA: Information Age Publising, 2009, p.175-192.

IULIANELLI, J.A. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P.C.P; IULIANELLI, J.A. (Orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p.54-75.

JASPARD, J.M. Significação religiosa do sofrimento e posição psicológica na fé. **Rev. Psi. USP**, v.15, n.3, p. 191-212, 2004.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes: 2009. p. 53-66.

KIMMEL, D.; WEINER, I. **La adolescencia**: una transición del desarrollo. Barcelona: Ariel Psicología, 1998.

KLIKSBERG, B. **América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social.** Brasília: UNESCO, 2002.

KOLLER, S.H.; MORAIS, N.A.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Adolescentes e jovens brasileiros: levantando fatores de risco e proteção. *In: LIBÓRIO, M.C.; KOLLER, S.H.(Org.) Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p.17-56.

LACERDA, F.C.C. **A pobreza na Bahia sobre o prisma multidimensional: uma análise baseada na Abordagem das necessidades básicas e na Abordagem das capacitações.** 2009. 209f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LADERCHI, C.; SAITH, R.; E STEWART, F. **Does it matter that we don't agree on the definition of poverty?** A comparison of four approaches. QEH Working Paper Series, Oxford, n. 107, 2003. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/q/qeh/qehwps/qehwps107.html>.> Acesso em: 11 de fev. 2011.

LANE, S.T.M. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. *In: LANE, S.T.M.; CODO, W. Psicologia Social: o homem em movimento.* São Paulo: Brasiliense, 1984, p.40-47.

LARA, M.R. Jovens urbanos e o consumo de grafites. *In: BORELLI, S.H.; FREIRE FILHO, J. (Org.) Culturas Juvenis no século XXI.* São Paulo: EDUC, 2008. p.133-150.

LEITE, V.J. **Os fios da vida: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claro/MG (1975-2008).** 2010. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

MARCONI, A.M.; LAKATOS, E.V. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2010. 5 ed.

MARTÍN-BARBERO, J. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. *In: BORELLI, S.H.S.; FREIRE FILHO, J. (Org.) Culturas Juvenis no século XXI.* São Paulo: EDUC, 2008. p.9-32.

MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y salud mental. **Estudios Centroamericanos**, p. 503-514, 1984.

_____. La violencia política y la guerra como causas en el país del trauma psicosocial en El Salvador. **Revista de Psicología de El Salvador**, n.28, abril-junio 1988, p. 123-141.

_____. Processos Psíquicos y Poder. *In: MARTÍN-BARÓ, I. Psicología de la Accion Política.* Buenos Aires: Paidós, 1995, p.205-233.

_____. O papel do Psicólogo. *Rev. Estudos de Psicologia*, v.2, n.1, p. 7-27, 1996.

_____. **Psicología de la liberación.** Madrid: Trotta, 1998.

_____. **Poder, ideologia y violencia.** Madrid: Trotta, 2003.

MATTOS, E.J. **Pobreza Rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a Abordagem Monetária e a Abordagem das Capacitações.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2006. 153p.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 29 ed.

MIRANDA, L.L. A cultura da imagem e uma nova produção subjetiva. **Psic. Clin.,** Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.25-39, 2007.

MONTERO, M. **Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos.** Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad.** Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. **Hacer para transformar: el método em la psicología comunitaria.** Buenos Aires: Paidós, 2007.

MOREIRA, V.; SLOAN, TOD. **Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica.** São Paulo: Escuta, 2002.

MOURA, R.. Jovem deve ser foco das ações de segurança, diz especialista. **O Povo on line,** Fortaleza, 12 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/803868.html>>. Acesso em: 23 out. 2011

MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITARIA DO BOM JARDIM. **MSMCBJ e Instituto Unibanco iniciam projeto Jovens Aprendizes.** 2008. Disponível em: <<http://www.msmbj.org.br/sn/noticias/msmbj-e-instituto-unibanco-iniciam-projeto-jovens-aprendizes>>. Acesso em 13 ago. 2011.

MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM. **MSMCBJ insere 100% de jovens no mercado de trabalho.** 2009. Disponível em: <<http://www.msmbj.org.br/noticias/msmbj-insere-100-de-jovens-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 13 ago. 2011

MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM. **Nossa História.** Disponível em: <<http://www.msmbj.org.br/quem-somos/hello-world>>. Acesso em 13 ago. 2011.

NEIVA-SILVA, L. **Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: um estudo autofotográfico.** 2003. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) –Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S.H. O uso da fotografia na pesquisa em psicologia. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 237-250, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/261/26170205.pdf>>. Acesso em 18 de jun 2010.

NEPOMUCENO, L.B. *et al.* Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**. v. 39, n. 4, pp. 456-464, out./dez. 2008.

NEPOMUCENO, L. B. **Nordestinos e Nordestinados**: elementos para uma reflexão psicossocial sobre subdesenvolvimento no Brasil. 2003. 60F. Monografia (Graduação em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

NÉRI, M.C.. **Miséria em Queda**: Mensuração, Monitoramento e Metas. FGV/CPS. 2006. Disponível em <<http://www.fgv.br/ibre/cps/index.asp>>. Acesso em 15 ago 2010.

NOBRE, I.M. **Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão**. 2005, 260f. Tese (Doutorado em Ciência Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

PAULIN, G.S.T. **Os sentidos de envelhecer na preparação de cuidadores formais de idosos**: uma estratégia de promoção de saúde. 2011. 155f. Tese (Doutorado de Enfermagem em Saúde Pública). Escola de Enfermagem de Ribeirão. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2011.

PEIXOTO, M. 2009. Bom Jardim: território da paz. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 01 dez. 2009. Disponível em:<<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=699426>>. Acesso em: 10 set. 2011.

PIGNATTI, M. G.; CASTRO, S. P. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-grossense, MT, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, n.1, p.83-94, 2008.

PIRES, E. O resgate do ser humano no Bairro de Bom Jardim em Fortaleza. **Rede de Tecnologia Social**, 2009. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/noticias/destaque-1/o-resgate-do-ser-humano-no-bairro-de-bom-jardim-em-fortaleza>>. Acesso em 10 out. 2011.

PNUD. **Glossário da pobreza e desenvolvimento humano**. 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>>. Acesso em: 08 de nov de 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (2003): entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados. Disponível em: <www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc>. Acesso em: 05 jan. 2012

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano, 2010a. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2010.

PNUD. **Indicador do RDH avalia novas dimensões da pobreza mundial**. 2010b. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/noticias/imprensa.php?id01=3597>>. Acesso em: 10 de nov. de 2010.

PNUD. **Nota Técnica de Apoio ao Lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: “A Verdadeira Riqueza das Nações”**. 2010c. Disponível em: <<http://ftp1.cenpec.org.br/ftp/Biblioteca/Acao-Comunitaria/Estudos-e-pesquisas/nota-tecnica-relatorio-de-desenvolvimento-humano.pdf>>. Acesso em: 04 de Nov. 2010.

PORTO, M.S. **Exclusão socioeconômica nos espaços urbanos da América Latina: o Novo Mundo e a desigualdade**. 2010. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5339_Marilia_Serena_P_S_.pdf>. Acesso em: 14 de ago. de 2010.

RAITZ, T. R. E PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psic. & Soc.**; v. 20 , n.3. p. 408-416, 2008.

RIBEIRO, A.C.T.; LOURENÇO, A. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. *In*: FRAGA, P.C.P; IULIANELLI, J.A. (orgs). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p. 38-53.

ROCHA, R.M.R.; SILVA, J.C. Cultura Juvenil, violência e consumo: representações midiáticas e percepção de si em contextos extremos. *In*: BORELLI, S.HS.; FREIRE FILHO, J. (Org). **Culturas Juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008. p.111-132.

ROGERS, C. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROLIM, C. *et al.* Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 4, p. 512-529, 2006.

SANTIAGO, G.L. Filosofia da Libertação. **Filosofia Ciência & Vida**, São Paulo, v.1, n. 14, p. 38-49, abril, 2007.

SARRIERA, J.C.; CÂMARA, S.G. Pesquisa e intervenção junto a adolescentes: experiências que ensinam. *In*: CASTRO, L.R; BESSET, V.L. (orgs). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 43-61.

SAWAIA, B.B. Fome de felicidade e liberdade. *In*: CENPEC. **Muitos Lugares para Aprender**. São Paulo; CENPEC, Fundação Itaú Social, Unicef, 2003. p. 53-63.

SAWAIA, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 9ª.ed. Petrópolis, Vozes: 2009a. p.97-118.

SAWAIA, B.B. Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psic. & Soc.**, v. 21, n.3, p. 364-372, 2009b.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A.M. R. **Um estudo sobre a pobreza multidimensional na região nordeste do Brasil**. 2009, 192f. Dissertação (Mestrado em economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SIQUEIRA, M.P.S. **Pobreza no Brasil Colonial**: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/>>. Acesso em: 20 dez 2011.

SLOAN, T. Globalização, Pobreza e Justiça Social: papéis para os psicólogos. *In*: GUZZO, R.S.L.; LACERDA JÚNIOR, F. **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. São Paulo: Alínea, 2009. p.223-244.

SOUSA, E.B.L. **Ronda do Quarteirão**: um “acontecimento” na política de segurança pública? . 2008. 110f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, 2008.

SPRANDEL, M. A. (2004). **A pobreza no paraíso tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

TEIXEIRA, E.J. **Juventude pobre, participação e redes de sociabilidades para a construção de projetos de vida**. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2005.

TROMBETA, L.H.A.P; GUZZO, R.S.L. **Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre resiliência em adolescentes**. Campinas: Alínea, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza**: perfil da SER V. 2011. Labvida. Disponível em: <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/regional_V.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

VIGOTSKI, L.S. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WASELFISZ, J. J. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília : UNESCO, 2004. 200p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133976por.pdf>>. Acesso em 15 ago 2010.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2011** : os jovens no Brasil. São Paulo : Instituto Sangari ; Brasília, DF : Ministério da Justiça, 2011.

WOLFF, E.A. Uma psicologia para a América Latina. *In*: GUZZO, R.S.L; LACERDA, JÚNIOR, F. **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. São Paulo: Alínea, 2009. p. 101.

XIMENES, V.M.; BARROS, J.P.P. Perspectiva Histórico-Cultural: Que contribuições teórico-metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário? **Psicologia Argumento**, v.27, n.56, p.65-76, 2009.

XIMENES, V.M.; GÓIS, C.W.L. Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. *In*: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R.S.L. (Org.) **Psicologia & Sociedade**: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas, SP: Alínea, 2010. p.45-64.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 1, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário Sócio-Econômico

Dados Gerais:

1. Idade: _____
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Bairro em mora: _____
4. Qual seu estado civil?
 - a) Solteiro(a).
 - b) Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).
 - c) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).
 - d) Viúvo(a).
5. Você tem filhos?
 - a) Sim. Especifique o número: _____
 - b) Não.
6. Qual sua religião?
 - a) Católica.
 - b) Protestante ou Evangélica.
 - c) Espírita.
 - d) Umbanda ou Candomblé.
 - e) Sem religião.
 - f) Outra. _____
7. Você frequenta reuniões de sua Igreja/Paróquia/Templo/Terreiro?
 - a) Sim, diariamente.
 - b) Sim, semanalmente.
 - c) Sim, quizenalmente.
 - d) Sim, mensalmente.
 - e) Não freqüente.
 - f) Outra freqüência: _____

Saúde

8. Há histórico, em sua família, de morte de alguma criança?
 - a) Sim
 - b) Não
9. Há, na sua família, algum adulto ou criança com desnutrição?
 - a) Sim
 - b) Não
10. A sua casa possui eletricidade?
 - a) Sim
 - b) Não
11. Na sua casa, existem quantos banheiros?
 - a) Nenhum.
 - b) Um.
 - c) Dois.
 - d) Três.
 - e) Outros. Especifique: _____.
12. Como funciona a estrutura de sanitária da sua casa?
 - a) Os dejetos são despejados em fossa;
 - b) Os dejetos são despejados na rede de esgoto;
 - c) Os dejetos são despejados em encanação clandestina;

Continuação Habitação

21. Você conhece os equipamentos sociais (posto de saúde, escolas, CRAS, ONG'S etc) existentes no bairro?
 - a) Sim, eu conheço. Especifique:

Habitação

13. Com quem você mora atualmente?
 - a) Com minha família.
 - b) Sozinho(a).
 - c) Com companheiro (a)
 - d) Em habitação coletiva(pensionato, república etc)
 - e) Outra situação. _____
14. Ao todo, quantas pessoas moram com você?
 - a) Moro sozinho(a)
 - b) Duas pessoas.
 - c) Três.
 - d) Quatro.
 - e) Cinco.
 - f) Mais de seis.
15. A sua residência é:
 - a) Própria
 - b) Alugada
 - c) Cedida por familiares
 - d) Outra. _____.
16. A sua casa possui fornecimento de água encanada?
 - a) Sim.
 - b) Não.
17. O piso da sua casa é de:
 - a) Terra.
 - b) Areia.
 - c) Esterco.
 - d) Cimento batido.
 - e) Cerâmica.
 - f) Outro. Especifique: _____
18. Qual combustível sua família usa para cozinhar?
 - a) Lenha,
 - b) Carvão
 - c) Esterco
 - d) Gás de cozinha
19. Há saneamento básico no bairro em que você mora?
 - a) Sim
 - b) Não
 - c) Não sei informar;
20. Assinale quais dos recursos sua família possui e a quantidade

| Descrição | Quantidade | | | | | |
|-------------|------------|---|---|---|---|--------|
| a)Televisão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Nenhum |
| b)Telefone | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Nenhum |
| c)Rádio | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Nenhum |
| d)Bicicleta | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Nenhum |
| e)Moto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Nenhum |
| f)Carro | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Nenhum |
| g)Caminhão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Nenhum |

Escolaridade

30. Existe, em sua casa, algum membro que não completou cinco anos de estudos?
 - a) Sim

- _____
- _____
- a) Não, eu não conheço.
b) Não há equipamentos.

22. Como você descreveria o seu bairro?

- a) Gosto de morar lá.
b) Não gosto de morar lá.
c) Logo que puder, sairei de lá.
d) Não pretendo sair de lá.

Renda familiar

23. Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você)?

- a) Até 1 salário mínimo (até R\$ 510,00 inclusive).
b) De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 510,00 até R\$1.200,00 inclusive).
c) De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 1.200,00 até R\$ 2.550,00 inclusive).
d) De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.550,00 até R\$ 5.100,00 inclusive).
e) Nenhuma renda.
f) Outra.

24. Atualmente, você está exercendo algum tipo de atividade remunerada?

- a) Sim. Especifique: _____
b) Não

25. Você exerceu algum tipo de atividade remunerada ao longo do ensino médio?

- a) Sim. Especifique: _____
b) Não.

26. Quantas pessoas, na sua residência, possuem carteira assinada?

- a) Uma
b) Duas
c) Três
d) Outras
e) Nenhum familiar possui carteira assinada.

27. Você já possuiu carteira assinada?

- c) Sim. Especifique o período: _____
d) Não.

28. Você é beneficiário de algum Programa de Transferência (Ex. Bolsa-Família)?

- a) Sim. Especifique: _____
b) Não.

29. Há, na sua família, algum beneficiário (ex: pai, mãe, irmãos) de algum Programa de Transferência (Ex. Bolsa-Família)?

- a) Sim. Especifique: _____
b) Não.

Continuação Esporte e Lazer

39. Você participa ou já participou de algum desses espaços?

- a) Participo.
b) Nunca participei.
c) Não estou participando no momento.

40. Com que frequência você vai:

- a) Ao cinema: _____
b) Ao teatro: _____

b) Não

31. Existe, em sua casa, alguma criança em idade escolar, mas que não está freqüentando a escola?

- a) Sim
b) Não

32. Em que ano você concluiu o ensino médio?

Especifique: _____

33. Quantos anos você levou para cursar o ensino médio?

- a) Menos de 3 anos.
b) 3 anos.
c) 4 anos.
d) 5 anos.
e) 6 anos.
f) Mais de 6 anos.

34. Em que turno você cursou o ensino médio?

- a) Somente no turno diurno.
b) Maior parte no turno diurno.
c) Somente no turno noturno.
d) Maior parte no turno noturno.

35. Em que tipo de escola você cursou ensino médio?

- a) Somente em escola pública.
b) Maior parte em escola pública.
c) Somente em escola particular.
d) Maior parte em escola particular.

36. Em que modalidade de ensino você concluiu o ensino médio?

- a) Ensino regular.
b) Educação para jovens e adultos (antigo supletivo)
c) Ensino técnico / ensino profissional.

37. Você já participou de algum dos cursos abaixo?

Se sim, assinale:

- a) Curso profissionalizante
b) Curso preparatório para vestibular
c) Curso superior
d) Curso de língua estrangeira
e) Curso de computação ou informática
f) Nenhum dos anteriores.

Esporte e Lazer

38. Na sua opinião, quais os espaços de esporte e lazer presentes em sua comunidade?

- | | |
|---|--|
| <p>c) Shows Musicais: _____ d) Apresentações culturais: _____</p> | |
|---|--|

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)

Estou realizando uma pesquisa com o título “Juventude Indolente: modos de vida e fatalismo de jovens em condições de pobreza” junto aos jovens que participam de atividades do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim e que aceitem participar do estudo. O objetivo deste estudo é analisar a relação existente entre fatalismo e modos de vida de jovens. Sua contribuição nesta pesquisa possibilitará a construção de propostas de intervenções coerentes com a realidade da juventude.

Dessa forma, a sua participação será da seguinte forma: a pesquisadora responsável fará uma reunião e um entrevista individual. Em ambas as ocasiões, serão realizadas indagações obedecendo a um conjunto de perguntas anteriormente elaboradas com intuito de privilegiar os temas relacionados a esta pesquisa. Caso seja consentido, todas as informações disponibilizadas serão gravadas. As reuniões e entrevistas serão realizadas em instalações do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim que permitam a preservação do sigilo das informações fornecidas por você. Cada um dos momentos terá duração de aproximadamente sessenta minutos e não prejudicará sua participação nas atividades do Movimento.

Sua participação na pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Você tem a liberdade de se recusar a fazer parte da pesquisa ou de retirar o seu consentimento em qualquer fase do estudo. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes.

Garanto, também, que as informações a serem aqui obtidas serão usadas apenas para realização desta investigação, e que você terá acesso às informações pesquisadas, sendo assegurada a privacidade dos dados envolvidos na pesquisa e da sua identificação. Após a leitura atenta das informações citadas, estando devidamente ciente e esclarecido sobre tais, sua assinatura neste documento, significa a aceitação em participar desta investigação.

Em caso de dúvida se comunicar com a pesquisadora, Elívia Camurça Cidade, no telefone (085) 8824 2809 ou pelo e-mail: elivia_nucom@yahoo.com.br. Outras informações podem ser obtidas junto ao Comitê de Ética da UFC pelo telefone (085) 3366.83.38.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que possa participar desta pesquisa. Portanto preencha os itens que seguem.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO OU DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Fortaleza,

| | |
|---|---|
| <p>_____ (Assinatura d(o,a) voluntari(o,a))</p> | <p>_____ Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo</p> |
|---|---|

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Pesquisa: **“Juventude indolente: modos de vida e fatalismo de jovens em condições de pobreza”**

Pesquisadora Responsável: Elívia Camurça Cidade

Caro pai/mãe ou responsável,

Estou realizando uma pesquisa com o título **“Juventude Indolente: modos de vida e fatalismo de jovens em condições de pobreza”** junto aos jovens que participam de atividades do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim e que aceitem participar do estudo. Dessa forma, gostaria de obter a sua autorização para que seu filho ou filha participe desta pesquisa que objetiva analisar a relação existente entre fatalismo e modos de vida de jovens. A contribuição do seu filho ou filha nesta pesquisa possibilitará a construção de propostas de intervenções coerentes com a realidade da juventude.

A participação do seu filho ou filha será da seguinte forma: ele ou ela responderá a um questionário, participará de uma reunião e uma entrevista individual, que acontecerão no Movimento de Saúde Mental Comunitária do qual ele(a) faz parte. Esta participação não irá atrapalhar as atividades do seu filho ou filha no Movimento. Você ou ele/ela terão a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambos. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa através da responsável pela pesquisa Elívia Camurça Cidade, através do telefone 85- 8824 2809.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o COMEPE (Comitê de Ética em Pesquisa) através do telefone 3366-8338.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o nome do participante. Apenas a responsável pela pesquisa terá conhecimento dos dados. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que seu filho ou filha possa participar desta pesquisa. Portanto preencha os itens que seguem.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista o que foi apresentado acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto minha autorização para que ele/ela possa participar da pesquisa.

Local e data:

Nome e assinatura do responsável pelo participante voluntário da pesquisa

Elívia Camurça Cidade
Pesquisadora Responsável

Nome e assinatura do aplicador do TCLE

APÊNDICE D

Guia de Tópicos para Grupo Focal

1. Falem-me sobre o dia-a-dia de vocês.

Como é a família? Quais as atividades que vocês realizam em casa?

Onde vocês moram? Vocês realizam algum tipo de trabalho na comunidade em que moram? Se sim, que atividades são essas? Na opinião de vocês, o que há de bom e de ruim nesses locais? Em que vocês acham que esses locais podem melhorar?

Como é a escola de vocês? Como vocês se sentem lá?

Qual é a importância da amizade para vocês? Como são os amigos?

O que motivou vocês a participar do Projeto Jovem Aprendiz? Como está sendo a participação de vocês? Em que ele pode contribuir para a vida de vocês?

Falem um pouco sobre o tempo livre.

Como vocês se divertem? (Caso não apareça na pergunta anterior)

2. Gostaria de conversar sobre alguns temas com vocês: (perceber o desenvolvimento do raciocínio)

2.1. **Vida***

2.2. Amizade

2.3. Relacionamento

2.4. Diversão

2.5. **Pobreza** (colocar mesmo que não apareça)

2.6. Novas tecnologias (computador, celular, TV, videogame...)

2.7. Violência*

2.8. Drogas*

2.9. Sexualidade*

2.10. Religião

3. Visão de Futuro

Como vocês se imaginam daqui a dez anos? O que estão fazendo hoje para realizar esses planos para o futuro? Caso não consigam realizá-los, como se sentirão? E o que farão? Caso consigam, como se sentirão?

APÊNDICE E

Roteiro de Entrevista

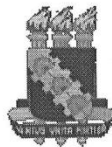
1. Como foi para você tirar essas fotos?
2. Escolha um título para cada das fotos e que explique o sentido delas em sua vida.
3. Você bateu fotos com colegas no Movimento e em outros espaços. Fale-me um pouco do papel da amizade em sua vida.
4. Olhando para estas fotos, quem são as pessoas que você gostaria que estivessem e que não estão presentes? Quais os acontecimentos que você gostaria de retratar e que não estão expressos nas imagens?
5. No grupo focal você se emocionou ao falar da sua vida. Quais são as ocasiões que te deixam emocionada?
6. Como você me descreveria sua relação com seus familiares?
6. Se você pudesse mudar algo em sua vida, o que seria? O que é necessário para que esta mudança ocorra?
7. Como você se imagina daqui a cinco anos? Quais objetivos você espera ter alcançado?

APÊNDICE F

Quadro Síntese das Famílias, Categorias e Sub-categorias dissertação “Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo”.

| GRANDES CATEGORIAS OU FAMÍLIAS | CATEGORIAS | SUB-CATEGORIAS |
|---|------------------------------------|---|
| VIDA EM CONDIÇÕES DE POBREZA | 1.1 Indivíduo | 1.1.1 Experiência de Privação 1.1.2 Experiência de Abandono 1.1.3 Experiência de Agressão 1.1.2.1 Doença crônica |
| | 1.2 Família | 1.2.1 Conflito Familiar 1.2.2 Doença Crônica |
| | 1.3 Comunidade | 1.3.1 Alternativa para melhorar a vida na comunidade 1.3.2 Implicação com a comunidade 1.3.3 Melhorias na Comunidade 1.3.4 Visão que tem da Comunidade 1.3.5.1 Dificuldades da vida na comunidade: Preconceito e Insegurança |
| MODOS DE VIDA DA JUVENTUDE POBRE | 1.1 Auto-conceito | |
| | 1.2 Concepções sobre a vida | |
| MANIFESTAÇÕES DO FATALISMO | 1.3 Identificação Positiva | |
| | 1.4 Cotidiano | 1.4.1 Participação em atividades na comunidade 1.4.2 Consumismo 1.4.3 Contato com drogas - Uso abusivo de álcool 1.4.4 Diversão 1.4.5 Participação em Grupo Religioso 1.4.6 Amizade 1.4.7 Escola 1.4.8 Esporte/Lazer 1.4.9 Namoro/Casamento 1.4.10 Trabalho 1.4.4.1 Contato com práticas ilícitas 1.4.10.1 Relacionamento no trabalho 1.4.10.2 Projeto Jovem Aprendiz |
| | 1.1 Idéias | 1.1.1 Dificuldades de mudança da realidade social 1.1.2 Compreensão dos fatos 1.1.3 Visão de Futuro 1.1.4 Evocação de Deus |
| | 1.2 Comportamentos | 1.2.1 Comportamento diante de situações desagradáveis 1.2.2 Falta de iniciativa |
| | 1.3 Sentimentos | 1.3.1 Sentimentos diante da pobreza 1.3.2 Indignação 1.3.3 Humor/Ironia |

ANEXO

ANEXO A

Universidade Federal do Ceará
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. Nº 017/11

Fortaleza, 25 de fevereiro de 2011

Protocolo COMEPE nº 017/11

Pesquisador responsável: Elívia Camurça Cidade

Título do Projeto: “Juventude indolente: modos de vida e fatalismo de jovens em condições de pobreza”

Levamos ao conhecimento de V.S^a. que o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – COMEPE, dentro das normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e complementares, aprovou o protocolo e o TCLE do projeto supracitado na reunião do dia 24 de fevereiro de 2011.

Outrossim, informamos, que o pesquisador deverá se comprometer a enviar o relatório final do referido projeto.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink that reads 'Mirian Parente Monteiro'.

Dra. Mirian Parente Monteiro
Coordenadora Adjunta do Comitê
de Ética em Pesquisa
COMEPE/UFC